

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA



Tauani Bisognin Ramos

O CAMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA CIDADE DO RIO GRANDE

Rio Grande
2019

Tauani Bisognin Ramos

O CAMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA CIDADE DO RIO GRANDE

Monografia de Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Leistner

Rio Grande
2019

RESUMO

Este trabalho busca promover um mapeamento das políticas culturais na cidade de Rio Grande, região sul do Rio Grande do Sul, com intuito de avaliar o modo como se processa a estruturação e atualização do campo ligado a tais políticas, bem como investigar as possíveis concepções de cultura que balizam as agências e projetos culturais locais. Do ponto de vista do recorte empírico, a pesquisa enfoca as ações e percepções de gestores públicos municipais ligados à área da cultura, assim como os coletivos e grupos alvos das políticas culturais desenvolvidas na cidade. Em termos metodológicos, a investigação se utiliza da análise documental e entrevistas semiestruturadas, podendo ser compreendida nos termos de uma pesquisa qualitativa. Como resultados, foi possível perceber que a estruturação do campo vem se formando de modo democrático, muito embora observe-se que as relações desse mesmo campo se encontram burocratizadas, o que se revela como fator de exclusão para alguns grupos. Por fim, a concepção de cultura já apresenta concepções interessantes, próximas à uma perspectiva democrática e antropológica. Todavia, ainda não atingiu percepções mais atuais que enfocam a cultura em termos de empoderamento identitário e ligada ao desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Políticas culturais. Campo da cultura. Perspectivas acerca da ideia de cultura.

ABSTRACT

This work intends to map cultural policies in the city of Rio Grande, southern Rio Grande do Sul, evaluating how their policies are structured and updated, as well as to investigate the possible culture conceptions that guide the agencies and cultural projects. From the point of view of the empirical cut, the research focuses on the actions and perceptions of municipal public managers related to the area of culture, as well as on the collective and target groups of the cultural policies developed in the city. As a methodology, the research is based on documental analysis and semi-structured interviews, and can be understood as a qualitative research. As results, it was possible to perceive that the structure of the field has been forming in a democratic way, although it is observed that the relations of the same field are bureaucratized, which is revealed as a factor of exclusion for some groups. Finally, the conception of culture already presents interesting conceptions, close to a democratic and anthropological perspective. However, it has not yet reached more current perceptions that focus on culture in terms of identity empowerment and linked to economic development.

Keywords: *Cultural policies. Field of culture. Perspectives on the idea of culture.*

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Agentes entrevistados	31
QUADRO 2 - Equipamentos	33
QUADRO 3 - Representantes dos Fóruns Setoriais.....	36

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	49
APÊNDICE B – Entrevista com Ricardo Freitas da Silva – Secretário de Município da Cultura	51
APÊNDICE C – Entrevista com Goreti Butierres - Assessora de Gabinete	60
APÊNDICE D – Entrevista com Miguel Angelo Isoldi – Representante da Sociedade Civil - Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural	65
APÊNDICE E – Entrevista com Cristiano Acosta - Fórum Setorial da Cultura Popular	69
APÊNDICE F – Entrevista com Andrea Jaqueline Acosta Santorum – Suplente no Fórum Setorial da Música	73

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Plano Municipal de Cultura.....	79
ANEXO B – Ata nº 10.080 - Centésima Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Décima Sétima Legislatura - Câmara Municipal de Rio Grande.....	138
ANEXO C – Lei nº 8.312 de 10 de janeiro de 2019.....	152

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Problema de pesquisa	10
1.2 Objetivos de pesquisa	11
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	11
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	12
1.3 Justificativa social e científica	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Conceitos e definições sobre as Políticas Culturais	14
2.2 Teoria do Campo Social: a perspectiva de Pierre Bourdieu	18
2.3 O conceito de cultura e suas reformulações nas ciências sociais e na perspectiva das agendas governamentais	22
3 METODOLOGIA	27
3.1 Classificação da pesquisa	27
3.2 Instrumentos de coleta de dados	29
4 ANÁLISE DA PESQUISA	32
4.1 História da Secretaria de Município da Cultura – SeCult: a formação do campo das políticas culturais em Rio Grande	32
4.2 As ideias sobre a noção de cultura no contexto pesquisado	38
5 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	48
ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Rio Grande é a mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido fundada em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Paes¹, encarregado da expedição militar portuguesa que tinha como tarefa assegurar aos lusitanos a posse das terras do Sul, que eram objeto de disputa entre Portugal e Espanha. Em consequência da relevância histórica e política de sua fundação, a cidade detém inúmeros Patrimônios Históricos e Culturais, haja vista que foi a primeira capital do Estado e teve a primeira Câmara de Vereadores, em 1761. Assim, a cidade carrega uma história de 280 anos, tendo passado por diferentes ciclos econômicos, os quais, além de constituírem sua estrutura material, social e política, também colaboraram para moldar uma cultura municipal característica.

Embora se observe diversos elementos da cultura local que historicamente têm sido alvos de agenciamentos políticos específicos, como no caso de processos de patrimonialização envolvendo a cultura material (KUPSKI e DA SILVA, 2016), é somente a partir do ano de 2012 que o município passou a ter uma Secretaria especificamente voltada à Cultura. E nesse sentido, é com intuito de compreender o modo como se dá a estruturação recente das políticas culturais nesse contexto que essa pesquisa se constitui. Dito de outro modo, trata-se de investigar o modo como se organiza o campo das políticas culturais na cidade de Rio Grande, em termos de suas contradições e relações de poder entre os diferentes agentes vinculados a este segmento, bem como de perceber as prováveis concepções acerca da ideia de cultura que se inserem nos projetos políticos desenvolvidos.

Como se sabe, as políticas públicas destinadas à cultura objetivam despertar na sociedade mais criatividade, humanismo, criticismo e, assim, propiciar um melhor desempenho em diversificadas áreas da sociedade como um todo (SILVA, 2007). Logo, as políticas culturais estão intrinsecamente ligadas à ideia de universalidade de acesso aos bens culturais, simbólicos, materiais ou imateriais. A democratização e o acesso à cultura alcançam valores de acolhimento por diversos atores sociais. Conforme pondera Silva (2007, p. 11), podemos perceber as políticas culturais no seguinte sentido: “De maneira geral, os objetivos gerais que guiam outras políticas

¹ Para mais informações sobre o município de Rio Grande, indica-se a leitura de Martins (2005).

sociais se aplicam às políticas culturais, que também são consideradas como meios para enriquecer a existência das pessoas e criar igualdade social”.

Ampliando essas ideias, como afirma Bourdieu (1974), a produção cultural reside na afirmação de sua pretensão à legitimidade cultural, o setor cultural sendo, ao mesmo tempo, um campo de atuação governamental e uma atividade econômica. Porém, acaba gerando, conforme pondera Bolán (2006, p. 54), uma relação de disputa e de jogos políticos, através dos quais se constata o “interesse e a tensão existentes entre o poder político e o campo da cultura e da arte”, tal produção estando relacionada às estruturas de poder que permeiam as relações sociais.

Decerto, ao se trabalhar com o tema das políticas culturais nos deparamos com uma imensa lista de ações complexas, orientadas aos aspectos materiais ou simbólicos que envolvem a ideia de cultura, observando-se desde a preservação de monumentos históricos, atividades de fomento ao campo das artes, música, cinema e outros, ou ainda a valorização e preservação de práticas e formas de pensamento de grupos diversos.

Contudo, mais do que perceber a variedade de ações próprias desse campo, é devido levar em consideração as linhas políticas e ideológicas que se encontram no poder, verificando os grupos que são contemplados nesses empreendimentos, bem como aqueles que acabam sendo excluídos das alocações de recursos e ações das políticas culturais. Sabe-se que é primordial a garantia dos direitos culturais, da própria cultura e da produção cultural, bem como o acesso à cultura.

Logo, a cultura é elemento fundamental da atividade governamental e uma pauta importante no processo social. Foi com base nessas perspectivas que surgiu a preocupação central da pesquisa aqui desenvolvida, através da qual se busca realizar o mapeamento do campo das políticas culturais da Cidade do Rio Grande.

1.1 Problema de pesquisa

Recentemente, o campo das políticas culturais no país tem passado por uma série de transformações, não apenas no que se refere ao modo como estas são entendidas, mas ainda nas formas como são desenvolvidas e implementadas (RUBIN, 2012). Desse modo, além das questões que conduzem a investigação, o estudo aqui

proposto também visa efetuar um levantamento de referenciais teóricos e bibliografia da área da sociologia que aborde as políticas culturais.

No que se refere à questão-problema a ser respondida na investigação, propõe-se o seguinte questionamento: como está se formando o campo das políticas culturais do município do Rio Grande? A presunção aqui elencada se baseia principalmente neste questionamento e visa uma análise sobre as políticas desse setor no município.

Assim, de modo reiterado, o trabalho busca compreender não apenas a estruturação das políticas culturais da localidade – consideradas como parte de um campo de relações sociais específico, com capitais e hierarquias próprias, no sentido de Bourdieu (2007), mas ainda avaliar as diferentes concepções de cultura afirmadas nos projetos políticos desenvolvidos. Nesse último caso, como podemos verificar em alguns trabalhos (NUSSBAUMER, 2007), as diferentes visões acerca da ideia de cultura não se restringem aos debates teóricos e conceituais (CUCHE, 1999), mas apresentam contradições que podem revelar diversas relações de poder, especialmente quando definidas no âmbito político e governamental, caso de possíveis concepções elitistas, restritivas ou qualquer outra perspectiva que proponha a dominação cultural de determinados grupos sobre outros.

1.2 Objetivos de pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Para a consecução da pesquisa, se propõe a analisar o processo de estruturação das políticas culturais do município do Rio Grande, através de um mapeamento dos projetos empreendidos pelas instituições e agentes públicos envolvidos com essa área, verificando-se ainda as percepções que emergem no contexto local sobre esses projetos, tanto por parte dos agentes públicos quanto a partir dos coletivos que são alvos daquelas políticas. A partir de tal enfoque, busca-se compreender as relações de poder contidas na estruturação do campo das políticas desse setor, bem como as concepções de cultura que se encontram inseridas nos projetos sob desenvolvimento e na visão dos grupos que fazem ou não parte do cenário cultural do município.

1.2.2 *Objetivos específicos*

- Identificar os agentes envolvidos nas políticas culturais da cidade, bem como o poder que exercem na estruturação desse campo específico, avaliando as hierarquias e a distribuição dos capitais próprios desse mesmo campo entre os atores que o compõe.

- Perceber quais grupos são contemplados pelas políticas em curso, assim como aqueles que não se enquadram nas mesmas (e por quais motivos), propondo-se ainda avaliar os potenciais fatores relacionados à valorização ou esquecimento de identidades culturais locais e específicas.

- Avaliar os possíveis conceitos de cultura que emergem no contexto social pesquisado, tanto no que se refere a versão oficial do conceito presente nos projetos políticos quanto na visão dos atores que são alvo das políticas estudadas.

1.3 Justificativa social e científica

O conceito de política cultural assume diversas interpretações, pois uma política cultural é formada por um conjunto de princípios, objetivos, estratégias, bem como pelos meios que serão necessários para alcançar um objetivo e, por fim, as ações que serão realizadas. Em linhas gerais, o principal objetivo das políticas culturais é promover o fortalecimento da produção, difusão e consumo cultural. Sendo assim, a promoção da cultura é a finalidade básica e geral das políticas culturais.

Alguns autores, como Canclini (2005, p. 70), dizem que as políticas culturais devem “obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”, o que é corroborado por Coelho (1997, p. 293) ao dizer que a política cultural pode ser entendida como um “programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários”, tendo por objetivo suprir as necessidades culturais de uma população.

Porém, é complexa a definição sobre essas necessidades, tais políticas sendo formuladas não apenas pelo setor público, mas em conjunto com outros agentes do campo da cultura, realidade que gera conflitos e relações de poder. É neste ponto que se compreende a justificativa científica desta pesquisa, constatando-se um tema propício para reflexões sobre a área cultural na sociedade atual, especialmente no

que se refere às tensões, desigualdades e complexidades que abarcam os sujeitos e coletividades envolvidas.

Se o tema colocado em pauta se demonstra propício para atualizar as análises sobre as relações de poder no domínio cultural, o contexto escolhido na pesquisa também corrobora no sentido de justificar a investigação. Como dito acima, o município de Rio Grande não detinha uma Secretaria de Cultura até 2012, uma secretaria autônoma, pois a mesma era integrada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Foi somente a partir da Lei nº 7.265, de 04 de julho de 2012 (que dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento do poder executivo municipal e o quadro de cargos em comissão e funções de direção, chefia e assessoramento) que se define a competência e finalidade do setor cultural na gestão municipal. Em outras palavras, observa-se, a partir da criação da Secretaria, a emergência de um conjunto de ações potencialmente comprometidas com o setor, o que favorece uma análise sobre as políticas culturais.

É devido ainda ressaltar que, em paralelo à formação da Secretaria de Cultura Municipal, a cidade de Rio Grande vem desde 2005 sofrendo importantes transformações de cunho econômico, o que decorre do enfraquecimento das atividades produtivas do polo naval gaúcho (estabelecido na cidade), até então percebido como importante fator de desenvolvimento regional. E, uma vez que as políticas culturais têm sido constantemente associadas a projetos de geração de renda e empoderamento identitário em contextos de escassez de oportunidades de trabalho e depreciação urbana, torna-se interessante avaliar os propósitos das políticas do setor em formação neste contexto. Estariam as práticas estudadas nesta investigação vinculadas às tendências políticas atuais segundo as quais a cultura tem se transformado em um recurso econômico e/ou sociopolítico (YÚDICE, 2006)?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como forma de garantir a compreensão das atividades propostas na elaboração desse trabalho, neste referencial teórico serão abordados aspectos sobre o conceito e definições de políticas culturais, refletindo-se sobre o que são e como operam. Em seguida será tratada a teoria de Pierre Bourdieu, sobre o Campo Social, perspectiva que baliza a intenção de mapeamento do campo das políticas culturais em Rio Grande. Por fim, será revisado o debate em torno do conceito de cultura, não apenas nas ciências sociais, mas ainda na perspectiva do modo como tal conceito aparece nas instituições políticas que lidam com cultura ao longo da história.

2.1 Conceitos e definições sobre as Políticas Culturais

Antes de adentrar no tema das políticas culturais, se deve introduzir o verbete política, que é agregado, normalmente, para indicar a esfera das ações que têm relação direta ou indireta com a aquisição e o exercício do poder soberano, sobre uma comunidade de indivíduos em um território (BOBBIO, 2003). Sendo assim, a política é considerada a ciência de saber governar um povo, em um Estado. A governabilidade se dá através da escolha do povo, sendo ela exercida pelo poder público, conforme expressa Machado e Kyosen (2000, p. 01), e “tem como objetivo estabelecer os princípios que se mostrem indispensáveis à realização de um governo”.

Ao se conceituar “política”, verbete polissêmico, está pode ser considerada como um espaço no qual o povo, pelos seus representantes, determina orientações e as opções para todo o conjunto, a fim de satisfazer as necessidades sociais. Para os ingleses o termo pode ser definido de três formas, conforme elencado por Silva (2007):

Polity para a esfera da política e para diferenciar o mundo da política da sociedade civil, *politics*, como a atividade política na disputa de cargos políticos, o debate partidário etc., *policies*, para a ação pública, ou seja, os processos que elaboram e implementam programas e projetos públicos. (MULLER; SUREL, 2004, apud SILVA, 2007, p. 48).

Sendo assim, ao se conceituar “política” se percebe que esta visa às necessidades coletivas, com base em ações do governo para com os governados em combate às desigualdades; ou seja, visando o bem-estar comum.

Compreendido o que é política, faz-se necessário definir o que é cultura, sendo está ligada às características de um determinado povo, uma região, aquilo que diferencia ou identifica um grupo de pessoas. É a identidade própria de um grupo em um território e em um determinado período de tempo. Na visão antropológica, “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 3). Assim, o conceito de cultura é entendido como um conjunto de símbolos que irá expressar modos de pensar e sentir, valores, identidades e diferenças. Tem um sentido diferente do senso comum, significando tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo e que confere uma identidade dentro deste grupo de pertença.

Contudo, para a consecução desta pesquisa, fez-se necessária a compreensão e significação do “que é” e para “quem são” as Políticas Culturais. Para alcançar esse entendimento, é preciso se apropriar do que até o momento já foi discutido na literatura disponível sobre a temática das políticas culturais.

Conforme Rubim (2012), historicamente, o surgimento das políticas culturais liga-se à criação do Ministério dos Assuntos Culturais francês, contexto em que, no ano de 1959, surgiu o primeiro ministério que trataria especificamente sobre as questões culturais. Desde então, os estudos sobre políticas culturais partem da análise sobre a intervenção de entidades públicas na esfera cultural, avaliando-se quais seriam suas prioridades para a cultura e como a promovem para a sociedade. Logo, o estudo é sobre a organização das estruturas culturais, sendo que a política cultural é um “conjunto de iniciativas, tomadas por agentes políticos, visando promover a produção, a distribuição e uso da cultura” (COELHO, 1997, p. 293), tornando-se assim uma das responsabilidades do Estado.

Ao se retomar a historicidade do Ministério dos Assuntos Culturais francês, Rubim (2012) salienta que:

A intervenção do novo Ministério, não se deve esquecer, objetivava também a retomada do poderio cultural francês no ocidente e no mundo, bastante abalado no período posterior à Segunda Guerra Mundial, mas subordinava claramente esta perspectiva política a uma finalidade cultural. Historicamente, a relação entre cultura e política foi sempre marcada pelo predomínio da finalidade política e pela instrumentalização da cultura. Agora acontece uma radical guinada, na qual a cultura é o fim e a política apenas o recurso para atingir este fim. (RUBIM, 2012, p. 15).

Como se pode constatar, o objetivo do Ministério Francês, bem como sua visão sobre a cultura, era o de aproximar a cultura francesa da sociedade da época, tomando um conceito de caráter elitista que instrumentalizava a cultura em favor da política, visando criar unidade identitária no interior do Estado nação. Assim, ao tratar sobre as políticas culturais modernas, também não se pode esquecer da Unesco que veio “assinalar e desenvolver o papel estratégico da cultura na construção e/ou consolidação do nacional” (RUBIM, 2012, p. 21), e o marco importante que foi a conferência da Unesco realizada em 1970, trouxe a distinção entre as políticas de democratização da cultura e as políticas de democracia cultural. Nesse caso, enquanto as políticas de democratização dão acesso e ampliam a cultura da elite, democratizando-as, a política de democracia cultural aborda o conceito de cultura em seu sentido sociológico e antropológico, com o intuito de valorizar as práticas culturais populares. Dito de outro modo, entre o surgimento do Ministério Francês e as políticas encabeçadas pela UNESCO, temos uma visão sobre as políticas culturais que passam de um cunho elitista e focado na identidade nacional a uma visão mais polissêmica da cultura, agora compreendida em seu sentido antropológico e ligado à valorização das diferenças. De qualquer forma, evidencia-se que a trajetória das políticas culturais torna a promoção da cultura muito importante para os indivíduos, conforme apresenta Rubin (2012):

A invenção francesa das políticas culturais na contemporaneidade e à amplificação de sua vigência internacional, patrocinada pela UNESCO, possibilitam que o período compreendido entre os anos 1970 e os inícios dos 1980 seja perpassado pela primeira emergência do tema na cena pública mundial, com significativas repercussões em inúmeros países (RUBIM, 2012, p. 21).

Logo, percebe-se que a Unesco, desde de sua conferência de 1970, demonstra a importância das ações do Estado, bem como a participação da sociedade nas atividades relacionadas à cultura, impulsionando, assim, o desenvolvimento das políticas culturais no cenário internacional como fonte de valorização das diversidades (BOLÁN, 2006).

Contudo, e em função do sistema capitalista e do desenvolvimento da ideologia neoliberal, a cultura também começou a ser pensada, no quadro desses esforços políticos, como uma mercadoria e um recurso, no sentido discutido por Yúdice (2006). Segundo esse autor, a partir dos anos 1980, as atividades culturais de

grupos diversos (especialmente os periféricos) também se transformariam em ativos voltados não apenas ao empoderamento identitário, mas ainda à geração de renda, caso das propostas de mercadorização de manifestações culturais específicas como o artesanato, o turismo cultural étnico, a valorização das formas expressivas de culturas periféricas (através da música, do teatro, etc.) e assim sucessivamente. De fato, tais propósitos geraram intervenções da UNESCO, conforme pondera Rubim (2012):

[...] com a ampliação da discussão, busca-se uma alternativa à inserção da cultura no âmbito da OMC e cada vez mais a UNESCO aparece como lugar alternativo e mais apropriado para acolher e tratar da regulação da cultura no cenário contemporâneo. De modo simultâneo a este processo, o conceito *exception culturelle* vai perdendo fôlego e uma outra noção, diversidade cultural, ocupa seu lugar, como termo mais adequado ao embate travado. (RUBIM, 2012, p. 23).

Passando a UNESCO a defender a cultura como bem universal, surgem as articulações das políticas culturais em âmbito internacional com a criação da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, aprovada em 2001, que vai guiar as dinâmicas do setor. Aqui, a referida declaração confere autonomia aos Estados para promoverem, conforme seu entendimento, as políticas culturais locais, ou seja, reafirmando o direito “soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território” (UNESCO, 2006, p. 3).

Com o avanço dos estudos sobre as políticas culturais, percebe-se que as mesmas não se restringem às ações do Estado, pois podem envolver, conforme refere Canclini (2005), atores privados e a sociedade civil de um modo geral:

*Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de **intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios** organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.* (CANCLINI, 2005, p. 78, grifo nosso).

Por certo, quando se trata da cultura no Brasil, necessariamente se relata sobre a grande diversidade cultural do país. E, se no viés desta pesquisa busca-se responder sobre o campo das políticas culturais em um determinado território, mesmo

sendo uma análise em um município específico, este, com toda a certeza, se apresentará com uma grande diversidade. Corrobora com esse entendimento a autora Clélia Neri Côrtes (2012), dizendo que:

[...] a cultura é permeada pelas questões da diversidade e diferenças étnico-culturais; de situação etária; de gênero; de opções sexuais; de pessoas com deficiência etc. Pensar a cultura como rede de significados e métodos através dos quais os homens e mulheres dão forma à sua experiência, como argumenta Geertz (1989), implica compreendê-la no ir e vir de pensamentos, construções e desenvolvimento de ações, no contexto das relações sociopolíticas. Na transversalização da cultura com a política, se evidenciam publicamente as questões das diferenças, da igualdade social. (CÔRTEZ, 2012, p. 140).

A partir desta discussão histórica e conceitual sobre as políticas culturais, chegamos então ao questionamento desta pesquisa: como está se articulando o campo das políticas culturais na cidade de Rio Grande, em termos de ações políticas e conceitos balizadores? Contudo, para avançar na reflexão é necessário ampliar a discussão sobre o conceito de campo social (para visualizar as relações de poder observadas no cenário pesquisado), assim como as diferentes conceituações sobre a ideia de cultura (para refletir sobre tais possibilidades no contexto desta investigação).

2.2 Teoria do Campo Social: a perspectiva de Pierre Bourdieu

Para o embasamento desta pesquisa é preciso compreender o pensamento do autor Pierre Bourdieu (1930-2002), que remete ao conhecimento do homem como um ser social e socializado. Segundo Bourdieu (2002, p. 128):

A sociologia não mereceria sequer uma hora de trabalho se ela tivesse por fim unicamente descobrir as amarras [*ficê/les*] que fazem mover os indivíduos que ela observa, [...] breve, se ela não se desse como obrigação a restituição do sentido de seus atos a estes homens (BOURDIEU, 2002, p. 128).

O intuito do autor é compreender a organização social, haja vista, as inúmeras características do ser social. A sua teoria pretende ultrapassar as dicotomias que emergem do subjetivismo e do objetivismo, o indivíduo e a sociedade, pois ele analisa a sociedade sob as formas que os agentes sociais respondem às disposições do *habitus*.

Posiciona-se Bourdieu com o entendimento sobre a existência de estruturas objetivas, que são independentes da consciência e da vontade dos atores sociais. Porém, no que tange essas mesmas estruturas, as que organizam as práticas sociais, Bourdieu as coloca como um produto da gênese social, de pensamento e de ação.

Logo, as estruturas, na teoria do autor, encontram-se continuamente se constituindo e desconstituindo, tendo como ponto de partida a análise dos mecanismos de dominação, da produção de ideias e da gênese das condutas.

Assim, um dos pontos centrais de sua teoria é a compreensão sobre o indivíduo e o coletivo; no entanto, ele desconsidera o estruturalismo objetivista, pois propõe uma abordagem epistemológica sob a relação entre o ator social e a estrutura social. Para ele (200, p. 235), o “conhecimento praxiológico” tem por objeto

[...] não somente o sistema das relações objetivas que constrói o modo de conhecimento objetivista, mas as relações dialéticas entre as estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. (BOURDIEU, 2000, p. 235).

Torna-se pertinente elencar sobre o habitus, para melhor compreender a relação que ocorre entre a ação e a estrutura, dentro da teoria do Bourdieu. Logo, refere-se à orientação, conduta, visivelmente relacionado à forma de agir do indivíduo; e sem que este perceba, já está incorporado nele através do processo de socialização. Logo, o habitus aparece tanto na forma individual como social, como aponta Ortiz (1983):

O *habitus* se apresenta, pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. (ORTIZ, 1983, p. 17).

Nesses termos, Bourdieu (1983) define habitus como:

[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

Feita essas colocações, percebe-se que o *habitus* é um elemento invisível, porém dinâmico, que se adapta a fim de engendrar as práticas de forma sutil e imperceptível. Assim, o *habitus* faz com que a prática se apresente através de uma “estrutura estruturante” (BOURDIEU, 1983, p. 16), refletida nas experiências e ações que um grupo ou indivíduo efetuam. Sendo assim, pode-se dizer que o *habitus* é um produto da interiorização das condições objetivas, e que são meios e formas que compreendem um sistema durável, o qual funciona de modo que está sempre mantendo o sistema; ou seja, sempre alimentando o sistema para que o mesmo se mantenha como forma dominante. Silva (2016) corrobora com esse entendimento, afirmando que:

[...] estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante, isto é, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que tendem a conformar e a orientar a ação em relação à realidade objetiva que o engendra. (SILVA, 2016, p. 35).

Nesse viés, alinhado com a pesquisa aqui proposta, percebe-se que o *habitus*, conjunto de disposições incorporadas, funciona como uma espécie de “cultura”, a qual organiza as práticas sociais e diz respeito aos valores, às crenças e aos gostos, embora não se deva confundir o *habitus* com cultura e nem tratar como sinônimo de tal conceito. O *habitus* é construindo historicamente ao longo do tempo, tornando-se natural na convivência e na existência dos grupos sociais. Assim, segundo o autor:

O *habitus* [...] é história feita natureza, isto é, negada enquanto tal porque realizada numa segunda natureza. Com efeito, o “inconsciente” não é mais que o esquecimento da história que a própria história produz ao incorporar as estruturas objetivas que ela produz nessas quase naturezas que são os *habitus*. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Portanto, muito embora o *habitus* sugira a ideia de homogeneidade, genericamente, é ele que, por outra via, particulariza os grupos e classes, diferenciando-os entre si. Agora, com o entendimento sobre o conceito de *habitus* e compreendendo que é ele que guia os atores sociais a agirem de determinada forma nos diversos campos que constituem a esfera social, passamos a compreensão do conceito de campo social.

O campo, tanto em seu aspecto micro ou macrossocial (campo social específico ou campo social em geral), é visto por Bourdieu como espaço que contém regras e leis específicas, sendo também influenciado pela sociedade mais ampla.

Sendo assim, o campo é o espaço social em que a luta está ocorrendo, em que os agentes/atores sociais estão disputando o reconhecimento, o poder, a influência, assim como outros atributos teorizados pelo autor a partir do conceito de capital. Dito de outro modo, o capital é aquilo que está colocado sob disputa em determinado campo, assim orientando suas diferenças e hierarquias internas, podendo ser de cunho social (as relações sociais que organizam o campo), cultural (os conhecimentos que conjugam as disputas), material (os recursos que incidem sobre a organização deste espaço social) ou simbólico (elementos de distinção que hierarquizam as contendas de um campo).

Conforme coloca Ortiz (1983, p. 17), para Bourdieu, o campo é definido como o “espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas. O campo se fine como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”.

Em síntese, o campo pressupõe confrontos, tensões, lutas, relações de poder e diferentes lógicas de distribuição dos capitais (sociais, culturais, materiais e simbólicos), e conforme elenca Bourdieu (1983, p. 23), todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. Formado por agentes, tantos indivíduos ou instituições, esses espaços são criados e existem a partir das relações que dentro deles se estabelecem. Para Bourdieu (1983, p. 23), um dos princípios dos campos sociais é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes”, sendo ela a responsável por medir as ações dos agentes ditando o que se pode ou não fazer. Assim, é o lugar que os agentes ocupam nessa estrutura que pode incidir sobre suas tomadas de posição e lógicas de ação – conforme um *habitus* característico. Dentro dos campos existem lutas por controle e legitimação dos bens produzidos, bem como é dentro dos campos que serão estabelecidas as relações e posturas assumidas pelos agentes que dele fazem parte.

Tais conceitos, como *habitus*, campo social e capital têm sido utilizados como instrumentos conceituais que possibilitam o entendimento sobre as relações e os condicionamentos sociais exteriores e as subjetividades dos agentes, conforme esclarece Bourdieu (1983), dizendo que:

Nesta lógica, a prática poderia ser definida como o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social funcionando, neste aspecto, como um espaço de obrigações (violências) que quase

sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem. (BOURDIEU, 1983, p. 45).

Logo, a posição socialmente ocupada pelos agentes sociais num determinado campo corresponde à distribuição dos capitais colocados em disputa, sendo que o *habitus* desses agentes incidirá sobre suas lógicas de ação, bem como na manutenção ou reprodução das estruturas desse mesmo campo. Tanto o *habitus* quanto o campo, assim como o capital, são noções relacionais e reciprocamente inferidas a partir da observação das relações sociais. Nessa pesquisa, com base no entendimento de Bourdieu e desses conceitos, se buscará compreender o campo das políticas públicas culturais em Rio Grande, através da percepção dos agentes envolvidos afim de entender as lutas que ali são travadas, bem como a distribuição dos diferentes capitais disponíveis e a consequente organização do campo social observado.

2.3 O conceito de cultura e suas reformulações nas ciências sociais e na perspectiva das agendas governamentais

Ao se estudar sobre a concepção de cultura é necessário perceber como tal conceito se demonstra complexo. Por isso, é preciso, para compreendê-la, promover um estudo histórico e sociológico sobre a significação deste verbete. Conforme elenca Denys Cuhe (1999):

Por esta razão, se quisermos compreender o sentido atual do conceito de cultura e seu uso nas ciências sociais, é indispensável que se reconstitua sua gênese social, sua genealogia. Isto é, trata-se de examinar como foi formada a palavra, e em seguida, o conceito científico que dela depende, logo, localizar sua origem e sua evolução semântica. Não se trata de se entregar aqui a uma análise linguística, mas de evidenciar os laços que existem entre a história da palavra "cultura" e a história das ideias. (CUCHE, 1999, p. 18).

Corroboram com o entendimento de Cuhe (1999) os autores Marcos Pereira dos Santos e Célia Beatriz de Castro (2012), pois ao se utilizar o verbete cultura pode-se “gerar neologismos”, ou seja, atribuir outro sentido a referida palavra. Advertem os autores dizendo que:

Tal fato resulta, pois, na ampliação indefinida de seu espectro semântico, que por si só é abrangente, fazendo com que a palavra cultura apresente uma faceta individual e outra coletiva, um polo normativo e outro descritivo, uma

ênfase universalista e outra diferencialista. (SANTOS e CASTRO, 2012, p. 71).

A palavra cultura, no que diz respeito à evolução semântica, inicialmente provém do latim, onde “cultura” significava o trato dispensado ao campo e/ou gado. O marco da evolução do verbete cultura, apresentado segundo Cuche (1999) ocorre durante os séculos XVI e XVIII, conforme discorre esse autor, dizendo que:

No começo do século XVI, ela não significa mais um estado (da coisa cultivada), mas uma ação, ou seja, o fato de cultivar a terra. Somente no meio do século XVI se forma o sentido figurado e “cultura” pode designar então a cultura de uma faculdade, isto é, o fato de trabalhar para desenvolvê-la. Mas este sentido figurado será pouco conhecido até a metade do século XVII, obtendo pouco reconhecimento acadêmico e não figurando na maior parte dos dicionários da época. Até o século XVIII, a evolução do conteúdo semântico da palavra se deve principalmente ao movimento natural da língua e não ao movimento das ideias, que procede, por um lado pela metonímia (da cultura como estado à cultura como ação), por outro lado pela metáfora (da cultura da terra à cultura do espírito), imitando nisso seu modelo latino cultura, consagrado pelo latim clássico no sentido figurado (CUCHE, 1999, p. 19-20).

Sendo assim, a palavra cultura vai se desenvolvendo com seus significados conforme as modificações tanto em seu aparato linguístico, como histórico e/ou simbólico. Cabe salientar que “a palavra faz parte do vocabulário da língua do Iluminismo, sem ser, no entanto, muito utilizada pelos filósofos” (CUCHE, 1999, p. 20). Para estes, a cultura era o conhecimento e a sua transmissão para a humanidade. Cuche (1999, p. 21) acrescenta ainda, dizendo que o verbete cultura parte da ideologia do Iluminismo, pois está “associado às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época”. Assim começa a configuração do conceito de cultura, ao longo do século XIX, a partir do surgimento da sociologia e da etnologia, decorrente das reflexões sobre homem e sociedade que resultam na criação dessas ciências.

A etnologia tenta responder de forma objetiva a pergunta sobre “o que é cultura?” Para eles trata-se de compreender o homem único, porém, detentor de uma diversidade. Assim, a primeira definição de cultura, como conceito científico, é dada pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, como sendo um “conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (TYLOR; apud CUCHE, 1999, p. 35).

Como se sabe, o estudo das ciências sociais abarca dois fatores: o epistemológico, através do desenvolvimento das ciências modernas, no qual surge um modelo de racionalidade específico em que o conhecimento é fracionado e diferenciado; e o empírico, relativo à transição entre o mundo tradicional para o moderno. Com isso, surgem problemáticas que eram questões de relação entre o homem e a diversidade, assim como a relação entre cultura e natureza, e que levaram a duas perspectivas: uma focada na redução da diversidade, estudada pelo autor Tylor, também denominada de evolucionismo cultural; outra com foco na diversidade e na particularidade, inaugurada por Franz Boas e denominada culturalismo.

Por um lado, o evolucionismo cultural, focado na ideia de evolução humana iria tratar a cultura com base na ideia de degraus hierarquizados, nos quais os costumes eram classificados e assim comparados, o estudo destes podendo explicar os rumos da sociedade. Para o autor Tylor, a cultura é um conjunto de conhecimentos que evolui, o homem primitivo ficando no passado, a civilização sendo um estágio a ser alcançado. Por outra via, já no culturalismo, o foco residirá nos particularismos, o que se deve à influência da sociedade multicultural americana, surgindo assim a perspectiva do relativismo cultural, onde cada cultura é autossuficiente, autoexplicativa e digna de valor. O autor Franz Boas se dedicou a estudar as diferenças dos grupos humanos em termos particularistas, pois, para ele:

Cada cultura é dotada de um "estilo" particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira. Este estilo, este "espírito" próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos. Boas pensava que a tarefa do etnólogo era também elucidar o vínculo que liga o indivíduo à sua cultura (CUCHE, 1999, p. 45).

Encerrando, desta feita, os estudos sobre cultura no século XIX, se passa aos estudos sobre a temática no século XX, iniciando pela Escola de Sociologia Francesa, com um dos principais autores, Émile Durkheim, focado nos estudos sobre a sociedade. Na perspectiva desta escola:

O termo "cultura" para os pesquisadores franceses continuava geralmente ligado à sua aceção tradicional no campo intelectual nacional: ele se referia unicamente ao campo do espírito e só era compreendido em um sentido elitista, restrito e em um sentido individualista (a cultura de uma pessoa "cult"). (CUCHE, 1999, p. 49-50).

Logo, o foco para os franceses era compreender os vínculos sociais e não as diferenças culturais, como no evolucionismo ou no culturalismo, e isso acarretou na ausência de um conceito específico de cultura. Para Durkheim, ao se observar os vínculos de uma coletividade, os símbolos evidenciavam apenas sobre suas relações com a totalidade social, conforme refere Cuhe (1999, p. 54).

Já na metade do século XX, os estudos sobre a cultura são explanados pelo funcionalismo britânico, surgindo assim a agregação do conceito de função, estudando-se os significados da estrutura e das instituições de uma determinada sociedade, aqui o foco também sendo a sociedade (como na Escola Francesa). Um autor que marca este período é o antropólogo inglês Bronislaw Malinowski, que “propõe então o funcionalismo centrado no presente, único intervalo de tempo em que o antropólogo pode estudar objetivamente as sociedades humanas” (CUCHE, 1999, p. 72). Sendo assim, o funcionalismo é uma reação ao evolucionismo exagerado e aborda a observação direta das culturas em seu contexto presente.

Já, no que se refere a uma análise atual do verbete cultura, Camilleri (2007) explica que:

Entre os empregos atualmente pertinentes da palavra “cultura”, encontramos a acepção tradicional, individual, normativa, ‘promocional’ e ‘perfectiva’ com uma conotação ‘elitista’: a cultura considerada como o conjunto das disposições e qualidades características do espírito ‘cultivado’, isto é, a posse de um amplo leque de conhecimentos e competências cognitivas gerais, uma capacidade de avaliação inteligente e julgamento pessoal em matéria intelectual e artística, um senso da ‘profundidade temporal’ das realizações humanas e do poder de escapar do mero presente. Na outra extremidade do campo semântico dessa palavra, temos, ao contrário, a acepção puramente descritiva e objetiva desenvolvida pelas Ciências Sociais contemporâneas: a cultura entendida como o conjunto dos traços característicos do modo de vida de uma sociedade, uma comunidade ou um grupo, aí compreendidos os aspectos que se podem considerar como os mais cotidianos, triviais ou “inconfessáveis”. (CAMILLERI, 2007, p. 81).

O verbete cultura se demonstrou, conforme apresentado através do tempo, um termo polissêmico, mas que no âmbito das políticas culturais pôde significar três acepções diferentes: (i) uma visão restrita e associada ao romantismo alemão, focado nas artes e na erudição, a qual balizou as primeiras ideias do conceito nas agendas governamentais, sobretudo na valorização das identidades nacionais; (ii) a visão mais próxima da reflexão antropológica apresentada acima, correspondendo ao conjunto de costumes, crenças, hábitos e realizações de uma sociedade em uma determinada época histórica e num determinado território, aqui buscando-se ressaltar a proteção

das diferenças culturais; e (iii) por fim, a visão desenvolvida mais recentemente, como demonstra Yúdice (2006), que propõe pensar a cultura como um recurso a ser gerido em favor de diferentes grupos, em termos de possíveis lógicas de empoderamento identitário ou desenvolvimento econômico.

Em síntese, seja na perspectiva das ciências sociais ou as agendas políticas (de órgãos como UNESCO, Ministérios e Secretarias), sabe-se que o conceito de cultura é amplo e de complexa definição, sua perspectiva podendo levar a visões restritivas ou amplas, as quais, por sua vez, podem incidir sobre as políticas culturais na medida em que promovem ou restringem a promoção de diferentes práticas e expressões culturais.

3 METODOLOGIA

No decorrer deste capítulo serão descritos os passos metodológicos que foram adotados para a consecução da pesquisa. Sendo o método o caminho para obter o conhecimento, conforme é entendido na filosofia. Segundo Minayo (2014), a metodologia representa o caminho a ser seguido no processo de construção do conhecimento, e embasado neste referencial teórico a metodologia contemplará a classificação da pesquisa, bem como a reflexão sobre os instrumentos utilizados na coleta de dados.

3.1 Classificação da pesquisa

O estudo caracteriza-se como exploratório e com abordagem qualitativa. Optou-se por esta abordagem pois, de acordo com Minayo (2014), ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e maneiras através das quais os atores configuram a realidade. Além disso, permite que o pesquisador se envolva diretamente na situação e possibilita observar os agentes no seu cotidiano, convivendo e interagindo socialmente com estes.

Ainda, de acordo com a abordagem do problema, elencou-se esta investigação como uma pesquisa qualitativa, em razão de envolver o levantamento de dados, compreensão de opiniões e expectativas dos agentes que estão envolvidos no processo das políticas culturais no município de Rio Grande - RS, bem como, qual é a concepção de cultura compreendida por eles. Logo Silva e Menezes (2005) definem a pesquisa qualitativa como:

Uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA e MENEZES, 2005, p. 20).

Buscando um maior aprofundamento diante da abordagem qualitativa, do ponto de vista dos objetivos, segundo Gil (1991) a pesquisa exploratória é

caracterizada como um estudo que abarca a compreensão de usuários, nesse caso dos agentes sociais que fazem parte do nicho cultural estudado, com isso:

Visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso. (GIL, 1991 apud SILVA e MENEZES, 2005, p. 21).

Ampliando essas ideias, o presente estudo é classificado como uma pesquisa qualitativa devido à existência de uma relação entre o mundo real e o indivíduo (sua subjetividade). Marconi e Lakatos (2011) descrevem que:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 269).

Diante disto, o método de pesquisa qualitativa entende-se pelos fenômenos e que a eles são atribuídos significados sem requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos. O ambiente natural é a fonte para o pesquisador realizar a coleta de dados e analisar de forma indutiva o comportamento humano.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. Sendo utilizada neste estudo a pesquisa exploratória. Para Vergara (1998), a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento, sendo sistematizado por sua natureza de sondagem/exploração, não comportando hipóteses, sendo que, porém, as mesmas poderão emergir durante ou até mesmo ao final da pesquisa.

Portanto, fez-se uso da pesquisa exploratória, com o intuito de buscar um maior conhecimento sobre o tema das políticas culturais na cidade de Rio Grande, propiciando maior facilidade e assim, conseqüentemente, tornando-o mais acessível o contato com este tema neste contexto específico. Envolvendo, para tanto, o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, as entrevistas e a consecutiva análise dos dados obtidos através dessas técnicas de coleta.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

A pesquisa bibliográfica é aquela que se utiliza de materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos, dissertações, material da internet, entre outros (Gil, 1991). Cabe destacar que a Secretaria de Município da Cultura da Cidade de Rio Grande produz uma revista intitulada “Viva mais Cultura”, que está na quarta edição, cobrindo o período de 2017. Neste sentido, todas as edições publicadas neste período foram observadas para a obtenção de informações sobre a Secretaria de Município da Cultura da Cidade de Rio Grande, visando aqui se compreender as principais atividades desenvolvidas e a ideia de cultura presente nos projetos.

No que concerne à pesquisa documental, essa foi efetuada no Plano Municipal de Cultura (ANEXO A), na Ata nº 10.080 da Câmara Municipal (ANEXO B), a qual aprova o primeiro documento, e na Lei nº 8.312 de 10 de janeiro de 2019 (ANEXO C), que institui o referido plano entre 2018 e 2028.

A autora Vergara (1998) descreve o método da análise documental da seguinte forma:

Investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, vídeo – tape, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros. (VERGARA, 1998, p. 46).

Ainda segundo Vergara (1998), a pesquisa documental é realizada em documentos conservados mantidos pelo órgão produtor, nesse caso a Secretaria Municipal de Cultura de Rio Grande.

Decerto, para cumprir os objetivos da pesquisa também se demonstrou necessária a utilização de entrevistas como principal instrumento de coleta de dados, principalmente no que se refere a entrevistas semiestruturadas. Com isso, Minayo (2014) afirma que a técnica de entrevista faz parte da relação mais formal do trabalho de campo, onde o pesquisador irá buscar informações por meio das falas dos agentes. Assim, a entrevista é utilizada como fonte de informação, pois fornece dados primários e secundários os quais incluem crenças, valores, fatos, opiniões, sentimentos, entre outros dados de diferentes características.

A entrevista semiestruturada se designa como aquela em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema indicado, sem respostas ou condições prontas elencadas pelo entrevistador (MINAYO, 2014). Optou-se por trabalhar com esse tipo de entrevista por permitir maior flexibilidade na coleta de informações, sendo que as perguntas tiveram como base um roteiro que conduziu a entrevista para que correspondesse ou viesse ao encontro dos objetivos investigativos, pois a intenção ao utilizar-se deste método é que a entrevista semiestruturada se transforme num diálogo (MINAYO, 2014).

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, foi utilizado um roteiro definido com questões mais ou menos abertas (APÊNDICE A), norteado como instrumento de coleta e construído especificamente para este trabalho. Importante referir que estes modelos de coleta:

[...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

O referido instrumento foi aplicado aos agentes que compõem o campo das políticas culturais na cidade do Rio Grande – RS. Contudo, cabe salientar que o Conselho Municipal de Política Cultural é composto, conforme artigo 41 da Lei Municipal nº 8.080/17, por “20 (vinte) membros titulares”, sendo formado por “7 (sete) membros [...] representando o Poder Público” e “13 (treze) membros [...] representando a sociedade civil”. Para definir os informantes deste campo, foi efetuado contato via e-mail e rede social (*Facebook*) com os respectivos representantes; no entanto, foram cinco os integrantes deste Conselho que demonstraram interesse em participar da pesquisa, conforme o Quadro 1.

Dessa forma, foram entrevistados cinco gestores, sendo que dois representantes do Poder Público e três representando a sociedade civil.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas qualitativamente. A etapa de análise e interpretação dos dados, fase fundamental da pesquisa, foi

concebida como o momento em que o pesquisador tem a oportunidade de responder o problema de investigação, podendo-se confirmar ou rejeitar as hipóteses que foram inicialmente desenvolvidas.

QUADRO 1 - Agentes entrevistados

NOME	GRUPO	ENTREVISTA
Ricardo Freitas	Secretário de Município da Cultura	APÊNDICE B
Goreti Butierres	Assessora de Gabinete	APÊNDICE C
Miguel Angelo Isoldi	Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural / Fórum Setorial de Organizações da Sociedade Civil	APÊNDICE D
Cristiano Acosta	Fórum Setorial de Cultura Popular	APÊNDICE E
Andrea Jaqueline Acosta Santorum	Fórum Setorial de Música	APÊNDICE F

Fonte: A autora (2019).

Deste modo, com base nas evidências observadas, e de acordo com a metodologia e relações com o referencial teórico, realizou-se a análise do conteúdo das entrevistas obtidas. Para Marconi e Lakatos (2011), a análise e a interpretação dos dados constituem o núcleo central da pesquisa e, apesar de serem duas atividades distintas, estão estritamente relacionadas, conforme será elucidado a seguir.

4 ANÁLISE DA PESQUISA

Tendo por base o referencial teórico pertinente, e a pesquisa realizada através das entrevistas, pretende-se, neste capítulo, identificar os agentes envolvidos nas políticas culturais da cidade de Rio Grande, bem como o poder que exercem na estruturação deste campo específico, assim como perceber quais os grupos que se envolvem com maior frequência nos projetos; por fim, especificar ainda quais os conceitos de cultura que emergem no campo social pesquisado.

Por isso, é de extrema importância se ter em mente no momento da análise dos dados que nenhuma amostra é isenta de uma intencionalidade, pois a forma que cada indivíduo participa dos processos sociais investigados está pertinentemente ligada à sua forma de ver o mundo e sua posição relativa num campo social específico.

Nessa perspectiva, para se atingir as condições necessárias para a realização dessa tarefa, será apresentado, nesse primeiro momento, a história da Secretaria de Município da Cultura e como se deu sua estruturação.

4.1 História da Secretaria de Município da Cultura – SeCult: a formação do campo das políticas culturais em Rio Grande

A cidade de Rio Grande comemorou 280 anos desde a sua fundação, em 2017, e conta com mais de 197 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Logo se percebe a importância cultural que a cidade expressa. Em virtude do fomento oriundo das políticas do Governo Federal ocorrido nos últimos anos no Brasil, durante, principalmente, os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), observou-se um efetivo desenvolvimento das políticas culturais na localidade. Uma vez que se desenvolveram as “conferências de cultura, que resgatam o processo participativo para a construção de políticas públicas na área” (KUPSKI e SILVA, 2016), e dessas conferências surgiram diretrizes que visavam a ampliação da cultura em todo o território nacional.

Cabe elencar, conforme as autoras Kupski e Silva (2016), a importância que teve a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC), bem como o Plano Nacional de Cultura (PNC), tanto que em 2010 o secretário Ricardo Freitas da Silva foi delegado na Conferência Nacional de Cultura, que forneceu os requisitos que os municípios

deveriam enquadrar para ter acesso aos recursos das políticas culturais e, segundo ele, serviriam para incentivar os municípios a se organizarem (SILVA, 2018).

Em Rio Grande, esta mobilização se inicia em agosto de 2012, com a criação da SeCult, sendo que anteriormente a cultura era tratada como uma unidade englobada dentro da Secretaria de Município da Educação - SMEd (BUTIERRES, 2018), na época denominada como Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A organização da estrutura do Poder Executivo Municipal ocorre com a Lei Municipal nº 7.265, de 4 de julho de 2012, a qual desvincula a cultura do setor da educação.

Enfim, uma vez que foi garantida a autonomia da SeCult, também foi designado seu espaço físico, que no primeiro momento era para ficar na sede da SMEd, mas em virtude do quadro de funcionários ser bem mais expressivo que a nova Secretaria (BUTIERRES, 2018) acabou sendo alocada em outras sedes até a definitiva, que hoje fica na Rua General Vitorino, nº 666, centro da Cidade de Rio Grande. Destaca-se aqui que mesmo sendo uma secretaria jovem, a mesma disponibiliza os seguintes equipamentos culturais, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2 - Equipamentos

EQUIPAMENTOS CULTURAIS	LOCALIZAÇÃO
Teatro Municipal	Avenida Major Carlos Pinto, 316
Fototeca Municipal Ricardo Giovannini	Andar térreo do Poço Municipal, Centro
Pinacoteca Municipal Matteo Tonietti	Andar térreo do Poço Municipal, Centro
Atelier Livre do Mercado	Mercado Público Municipal, Centro
Sala Multiuso	Andar térreo do Poço Municipal, Centro
Coral Municipal	Sala Multiuso, no andar térreo do Poço Municipal, Centro
Centro Municipal de Cultura	Rua Marechal Floriano, 91, Centro
Biblioteca Monteiro Lobato	General Osório, 454, Centro
Biblioteca Amaury dos Santos	Avenida Rio Grande, 69, Bairro Cassino
Biblioteca Érico Verissimo	Rua Altamir de Lacerda, 904, Bairro Hidráulica
Centro de Inclusão Digital	Avenida Atlântica, s/n (entre Avenida Rio Grande e Rua Rio de Janeiro), Cassino

Fonte: Revista Viva mais Cultura, da Secretaria de Município da Cultura (2016).

Conforme é possível definir, os equipamentos culturais são espaços que os grupos alvo das políticas culturais locais podem utilizar, claro que respeitando a agenda da SeCult e os ditames definidos em editais, pois conforme pondera a Assessora Goreti Butierres (2018):

Então os Editais Públicos né, principalmente pra ocupação do Ateliê do Mercado, da Sala Multiuso que é muito concorrida a agenda, que é um espaço público, gratuito, para as pessoas exporem seus trabalhos, via edital público, a ocupação do Quiosque, edital público, isso tudo são políticas públicas e que também, enquanto secretaria, tá fazendo uma educação com esse público porque as pessoas não estavam acostumadas, não tinham o hábito das pessoas se inscreverem para um edital. (BUTIERRES, 2018).

Por seu lado, seguindo ainda o mesmo entendimento, o secretário Ricardo Freitas da Silva (2018), diz que:

[...] é um problema que se tem muito, é a pessoa elaborar um projeto! Nós vamos tornar acessível sabe, nós migramos de uma cultura que era de balcão né, que trata, sabe aquela coisa assim: tu toca violão? Vou te convidar para tocar violão aqui, te dá uma oportunidade de mostrar o teu trabalho, nós já, há muito tempo, trabalhamos com editais públicos com cachê, porque é a valorização do artista. Então, a arte tem o seu valor e ela tem que ser remunerada porque é o sustento do sujeito lá, do artista cultural e tal ((pausa)).

E aí, o problema é o seguinte quando a gente recebe os projetos em um papel de pão, eles não são descritivos, não tem plano de ação, ele não tem plano de custo, enfim ((pausa)) e o que eu te digo é isso a gente vai abrir esse editais vai prover a capacitação e depois que ele se insiram, e aí bom, vai ter uma comissão de seleção, que vai selecionar aqueles que tiver, segundo os critérios bem previamente estabelecidos os rebatimentos social, ele pode ter um caráter cultural, se ele é importante para cultura do município fortalecimento. Então essa avaliação toda vai ser feita por uma comissão criada dentro do Conselho de Cultura e vão ser selecionados esses projetos. (SILVA, 2018).

Assim, para além da questão do conhecimento para a confecção de um projeto, mediante as complexidades técnicas demandadas pelos editais, nota-se que o intuito da SeCult é dar acesso aos equipamentos culturais disponíveis. Entretanto, a ideia de exigir projetos acaba esbarrando no capital cultural disponível aos atores alvo, aqui compreendendo-se o que para Bourdieu (1983) corresponde ao conhecimento, as habilidades e informações, que no conjunto são as qualificações intelectuais dos indivíduos que recebem de sua família ou das instituições nas quais foram socializados.

Pode-se inferir, a partir dessa premissa, que o capital cultural está profundamente relacionado com os feitos da dominação; logo, as chances para os grupos que já detenham tal capital num determinado campo de relações são maiores, e que mesmo que seja oferecido um curso ou oficina pela SeCult, é necessário que os agentes já detenham um mínimo deste capital cultural incorporado. Dito de outro modo, o que se verifica nas atividades pesquisadas é que, potencialmente, grupos que detenham conhecimento apropriado para se relacionarem com a lógica dos

editais sairão em vantagem no que concerne à obtenção de recursos ou utilização de espaços disponibilizados pelo setor de cultura do município.

Neste mesmo viés, cabe descrever como se organizou o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. Antigamente, conforme descrito na Lei Municipal nº 6.435/07, os membros do Conselho poderiam ser indicados ou eleitos, mas conforme o secretário Ricardo Freitas da Silva (2018) informou, tudo era feito por indicação. Atualmente, no entanto, com base na Lei Municipal nº 8.080/17, a escolha dos membros tem sido realizada por eleição.

A prática da eleição dos membros do conselho é resultado do Fórum Municipal de Cultura, sendo que o primeiro ocorreu em 18 de abril de 2015, quando foi discutido sobre o cenário atual da cultura na cidade e os anseios futuros. Nesse processo também foi efetuado o “Territórios da Cultura – Fórum Regionais”, que levou a discussão junto às comunidades do interior do município e que fizessem parte dos segmentos culturais populares (SECRETARIA DE MUNICIPIO DA CULTURA, 2016).

Logo, o segundo Fórum Municipal de Cultura ocorreu em 10 de junho de 2017, no qual ocorreu a eleição do novo conselho (atual e que não é mais paritário, ou seja, a maioria dos membros são representantes da sociedade civil) e a apresentação do Plano Municipal de Cultura, que guiará a política cultural por dez anos (SECRETARIA DE MUNICIPIO DA CULTURA, 2017). O mandato do conselho é de dois anos, então, logo deverá ocorrer novo fórum, os eleitos no segundo fórum sendo os listados no Quadro 3.

Em que pese a complexibilidade que envolve o debate sobre políticas culturais, cabe salientar que a atuação da gestão pública no contexto estudado pode ser percebida nos termos de um esforço pela democratização da área, tanto no acesso aos equipamentos existentes quanto na formação das políticas culturais do município. Esta apreciação pode ser verificada nas lógicas de composição do Conselho, a partir de eleições e estratégias de composição abertas e não restritas a processos por “indicação”.

QUADRO 3 - Representantes dos Fóruns Setoriais

I - Representantes da Secretaria de Município da Cultura:	Titular: RICARDO FREITAS DA SILVA Titular: TIAGO COLLARES Suplente: Cintia Campos
II - Representante da Secretaria de Município de Comunicação e Relações Institucionais:	Titular: SHERON NICOLETTE GOMES Suplente: Fernanda Rodrigues da Cruz
III - Representante da Secretaria de Município de Turismo, Esporte e Lazer:	Titular: CEZAR AUGUSTO SOSA
IV - Representante da Secretaria de Município da Fazenda:	Titular: RENATA AMARAL NUNES
V - Representante da Secretaria de Município da Educação:	Titular: SUZANE BARROS ACOSTA
VI - Representante da Universidade Federal do Rio Grande:	Titular: FABIANE PIANOWSKI
VII - Representante do Fórum Setorial de Artes Visuais:	Titular: FÁBIO ORLEANS Suplente: Fúlvia Conceição
VIII - Representante do Fórum Setorial de Artesanato:	Titular: ANA MOTA Suplente: Cleber Alcântara
IX - Representante do Fórum Setorial de Patrimônio Material e Imaterial:	Titular: CÉLIA MARIA PEREIRA
X - Representante do Fórum Setorial de Audiovisual:	Titular: VINÍCIUS ROCHA
XI - Representante do Fórum Setorial de Música:	Titular: ROGÉRIO SOARES Suplente: Andréa Santorum
XII - Representante do Fórum Setorial de Artes Cênicas:	Titular: CID BRANCO
XIII - Representante do Fórum Setorial de Cultura Popular:	Titular: CRISTIANO ACOSTA Suplente: Jorge Martins
XIV - Representante do Fórum Setorial de Culturas Identitárias e Inclusivas:	Titular: EDUARDO VIANNA Suplente: Eduardo Ortiz
XV - Representante do Fórum Setorial de Literatura:	Titular: PAULA MACHADO Suplente: Marco Muller
XVI - Representante do Fórum Setorial de Empresas e Produtores Culturais:	Titular: JOSÉ CARLOS ESPÍNDOLA
XVII - Representante do Fórum Setorial de Trabalhadores da Cultura:	Titular: INGRID DONALD
XVIII - Representante do Fórum Setorial de Organizações de Sociedade Civil:	Titular: MIGUEL ISOLDI Suplente: Celso Santos
XIX - Representante do Fórum Setorial de Cultura:	Titular: PAULO FERREIRA (Mestre Jacaré)

Fonte: Decreto nº 14.720 (2017).

No entanto, ainda transparece a importância de alguns capitais na definição das possibilidades de democratização da área cultural local, seja em termos da posse de determinados capitais culturais (caso do domínio de competências técnicas para participação em editais, como referido mais acima) ou de capital social, nesse caso expressando-se as relações sociais e o acesso a recursos em função das redes de relações (BOURDIEU, 1983). No que diz respeito à possibilidade de as políticas locais atingirem determinados grupos, pois o envolvimento de certos atores nas políticas culturais ainda é modesto, avalia Santorum (2019):

Eu penso ((pausa longa)), que sempre é possível identificar né, alguns segmentos, algumas categorias que se envolvem mais na proposição, na criação, no desenvolvimento dessas políticas culturais né, e **alguns outros grupos é um pouco menos, eu penso que isso pode ter relação também com o acesso.** (SANTORUM, 2019, grifo nosso).

Corroborando o entendimento de Acosta (2019), que afirma que o Conselho:

[...] é aberto a todos, claro, todos são conselheiros, é aberto a todos né! Mas, só que realmente, eu faço parte de dois conselhos, e **é sempre as mesmas pessoas, eu não sei te dizer o porquê**, mas é sempre assim. O conselho da cultura, é o popular, tem o pessoal da música, que sempre comparece, o teatro que agora tá faltando, mas ia muito, mas agora tá faltando, o pessoal do patrimônio comparece sempre né. **São pessoas que já atuavam a mais tempo**, assim, eu não sei, eu não sei se as pessoas desistem também porque acham que vão entrar no conselho e de repente pensando que vão ganhar alguma verba para tocar seus projetos adiante, mas não é assim, nós estamos lá para construir a política mesmo, vê o que por exemplo o Prefeito está fazendo alguma coisa com a verba que vai para cultura anual, o conselho é consultado, ele é consultivo né, para ver o que se faz, para onde vai né? (ACOSTA, 2019, grifo nosso).

Logo, se percebe a importância do capital social dos grupos, e que mesmo a gestão pública tentando mudar essa realidade, ela é latente na composição do CMPCM. Tal realidade já foi, inclusive, descrita pelas autoras Kupski e Silva (2016, p. 663), segundo as quais, no “município, as políticas para a cultura sempre estiveram associadas a uma visão elitista”, bem como, as atividades eram voltadas à “eventos ou espetáculos”, o que não engloba de forma igualitária todos os grupos culturais da cidade de Rio Grande.

Em síntese, as questões aqui colocadas, e a partir dessas reflexões, se buscou identificar os agentes envolvidos nas políticas culturais da cidade, e o poder que exercem na estruturação do campo cultural local. Como visto, embora se constate uma tendência de busca pela democratização do setor, o que se infere pelas iniciativas de composição do Conselho da área, a distribuição de alguns capitais específicos ainda dificulta a plena democratização das políticas culturais da localidade: por um lado, observam-se lógicas de burocratização na distribuição de recursos em função da exigência de determinadas competências para a participação via editais, o que desvela a posse de diferentes capitais culturais como fator estruturante do setor; por outra via, algumas relações sociais ainda são indicativas da maior presença e atuação de determinados atores nesse campo, o que decorre da posse de determinados capitais sociais. Contudo, para dar seguimento a compreensão das relações aqui pesquisadas, se faz importante compreender as

definições da ideia de cultura presentes neste campo de relações, tanto aquelas expressadas pelos agentes públicos quanto pela sociedade civil, para assim compreender as disputas que se engendram no campo das políticas culturais da cidade de Rio Grande.

4.2 As ideias sobre a noção de cultura no contexto pesquisado

Como se sabe, o conceito de cultura, algumas vezes, pode parecer um conceito difuso e contraditório. Mesmo reconhecendo que existem diversos entendimentos sobre o tema é correto afirmar que há uma grande representatividade de estudiosos que dizem que as concepções de cultura convergem, principalmente no que tange sua função de orientação e tradução dos valores simbólicos.

Dessa maneira, buscou-se avaliar aqui os possíveis conceitos de cultura que emergem no contexto social pesquisado. Como foi observado, a cultura tem materialidade institucional e, por isso, iniciaremos descrevendo o entendimento do ponto de vista a SeCult.

Cabe referenciar a pesquisa das autoras Kupski e Silva (2016, p. 663) realizada em gestões municipais anteriores², sendo o “partido, o PMDB, que [...] esteve à frente da Prefeitura Municipal por 16 anos”, e expressava a seguinte visão sobre a ideia de cultura:

[...] as políticas para a cultura sempre estiveram associadas a uma visão elitista e com uma ação restrita, voltada para a prática de eventos ou espetáculos, aliada a um entendimento da cultura como patrimônio material. Isso é evidenciado nas atividades do principal equipamento cultural, a EBAHL, considerada uma escola municipal e, assim, mantida pela SMEC, oferecendo cursos “tradicionais”, como balé clássico, *jazz*, pintura em porcelana e piano. (KUPSKI e SILVA, 2016, p. 663).

Fica evidente que naquela gestão o entendimento sobre cultura relacionava-se a suas compreensões mais “tradicionais” e “românticas”, como “arte”; atualmente, no entanto, com a gestão do Partido dos Trabalhadores, como se percebe com as mudanças já citadas (como a democratização e maior participação da sociedade civil nas políticas públicas culturais que vem sendo desenvolvidas pela SeCult), as ideias sobre o conceito de cultura também se alteram. E isso se transcreve no que o atual

² No período de 1996 a 2012, foi o partido PMDB que esteve à frente do poder executivo do município, para mais informações, indica-se a leitura de Kupski e Silva (2016).

Secretário de Município da Cultura, Ricardo Freitas da Silva (2018) descreve como sendo a cultura:

[...] cultura, é bem genérico assim, mas é aquele **conceito básico** é o **modo de fazer**, de **construir**, é a **identidade do povo**, do **lugar**, do território né, porque ela vai além, é a manifestação do povo, muda muito de região em região né, tu já teve em outros lugares tu percebe que cada um tem a sua cultura. E acho que essa valorização é que tem que estar na pauta a **valorização da cultura local**, principalmente porque **as pessoas da região tem dificuldade de se reconhecerem essa questão do pertencimento**, eu sempre prefiro o quintal do vizinho sempre é o mais bonito né, então acho que **a cultura é assim a valorização do saber local**, da cultura local teve uma época que nós fizemos, quando fazemos primeiro fórum municipal da cultura, **a gente entendeu que não bastava fazer só Fórum na cidade tinha que conhecer as culturas do interior**, daí a gente fez um fórum no Taim, na Ilha dos Marinheiros, na Quinta, no Povo Novo, e não me lembro se escapa mais algum. (SILVA, 2018, grifo nosso).

Apoia esse entendimento a Assessora de Gabinete Goretí Butierres (2018), que também compreende a cultura como sendo:

[...] o **fazer do dia-a-dia**, tudo, toda expressão cultural que a gente vivencia tá na vida das pessoas né, então mesmo tendo o tripé do fazer, do ser e do acontecer né. Que a gente vê nos livros, e lê né. MAS pra mim a **cultura é a vida!** Tudo que se faz não tem nada que eu faço que não envolva alguma coisa cultural, porque **tem um conceito popular, um tanto quanto errado, que cultura é e apresentação, é espetáculo né**, e esse fazer todo que a gente falava antes do artesanato, do artista que trabalha com barro, nesse dia-a-dia que é cultura. (BUTIERRES, 2018, grifo nosso).

Neste sentido, é perceptível que, na visão dos agentes públicos a ideia de cultura tem sido formulada em consonância com uma visão mais antropológica do conceito, de cunho etnográfico, a partir do qual a cultura corresponde a modos de fazer, criar, relacionando-se às vivências e experiências dos indivíduos: a cultura como repertório de visões de mundo, de práticas e como algo socialmente adquirido.

Importante evidenciar que, mesmo sendo passada essa definição de cultura, ainda se vê traços de valorização da cultura como sinônimo de “arte”, haja vista o “projeto verão cultural, que é um projeto que a gente passa na Praia do Cassino de janeiro a fevereiro, e uma das chamadas do edital é para música autoral” (BUTIERRES, 2018), bem como, o “festival de bandas, que é uma característica da cidade” (SILVA, 2018); tem ainda o Festival Popular da Canção Litorânea, que foi “retomado” pela atual gestão, no qual “a temática é sobre a questão da música litorânea que fala do mar que também traz para nossa realidade” (SILVA, 2018).

Faz-se necessário reconhecer que a realidade das políticas culturais locais já não é mais aquela expressa pelas autoras Kupski e Silva (2016, p. 664), em que o “estímulo à diversidade das manifestações culturais da população, [...] nem sempre fez parte da agenda política do executivo municipal”, pois destaca Andrea Jaqueline Acosta Santorum (2019), pertencente ao Fórum Setorial da Música, que:

Então, tem-se trabalhado um pouco mais com esse olhar né, **de que cultura e manifestação cultural não é apenas a manifestação artística do músico, ou do dançarino, ou da dançarina enfim, só esses fazeres artísticos** né, mas que fazer cultural, que a identidade cultural tá na nossa estrutura né, na estrutura do que se faz no município, e a pesca é uma dessas estruturas identitários. (SANTORUM, 2019, grifo nosso).

Logo, se percebe que aos poucos esse pensamento, anteriormente visto como majoritário pelas autoras Kupski e Silva (2016), já não corresponde mais a realidade das políticas culturais do município de Rio Grande. Inclusive, vem se confirmando novos modelos de compreensão, conforme o agente Cristiano Acosta, do Fórum Setorial da Cultura Popular, que entende a cultura como:

[...] o nosso modo de viver, de ver, de viver, de ver, **do jeito que a gente vive é a nossa cultura**, por exemplo, eu ((riso)) to falando demais, eu sou do povo de terreiro então a gente tem essa cultura do povo de terreiro, nós temos a nossa especificidade de viver é diferente do jeito que a gente lida com as coisas. (ACOSTA, 2019, grifo nosso).

Do mesmo modo, o Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, o agente Miguel Angelo Isoldi (2019), também representante da Fórum Setorial de Organizações de Sociedade Civil, que conceitua a cultura dizendo:

[...] a **cultura pra mim está em todo lugar na roupa que vestimos, na comida, nos nossos costumes, nas palavras, na nossa expressão, em tudo que se move**. A arte traduz um pouco dessa informação através de suas múltiplas linguagens. [...] expressa o alicerce em que foram criadas as identidades multiculturais do município, pela diversidade de povos e etnias - açoriana, portuguesa, indígena, africana, latino-americana, francesa, espanhola, italiana, alemã, polonesa, sírio-libanesa e tantas outras - e com essa multiplicidade se traduz a nossa arte e a nossa cultura. [...] Almejamos que nesse tempo e a partir do mesmo, os projetos culturais possam contemplar as diversas manifestações da cultura local, com equidade, enriquecendo e valorizando simbolicamente a nossa plurivocalidade. (ISOLDI, 2019, grifo nosso).

Por fim, o entendimento da agente Andrea Jaqueline Acosta Santorum (2019), que expressou a complexidade em que o conceito de cultura é definido, referindo-se no seguinte sentido:

[...] é uma **pergunta bastante difícil, e bastante complexa de responder**, a o papel da cultura é fundamental em qualquer momento da vida da gente da vida da sociedade é **um papel de resistência**, a gente não vive sem a questão da identidade cultural, sem trabalhar o espaço da cultura pra sociedade, não é por acaso que no momento em que temos todos esses ataques, que iniciaram os ataques ao povo, uma das primeiras ações, ainda lá no governo Temer, foi a retirar o espaço do Ministério da Cultura, aí depois de muitas polêmicas e resistência retorna de forma figurativa e agora, também uma das primeiras ações desse governo eleito foi também acabar com espaço do Ministério da Cultura, com a representatividade, com investimento, enfim né, então tentando ser mais objetiva tá, é como eu me entendo o papel da cultura entendo como um papel de empoderamento, a cultura tem esse papel, a essa importância de dar, de dar, vazão nas nossas subjetividades e de nos fortalecer no momento em que a gente se identifica no outro, na outra, então ações que fomentam e que fortaleçam é esse papel da cultura são cada vez mais importantes porque a gente vem vindo, vem acompanhando o caminho contrário né, âmbito nacional infelizmente. (SANTORUM, 2019).

Nesse último depoimento, a ideia de cultura já adquire um conteúdo mais próximo daquele contido nas agendas políticas internacionais atuais, segundo as quais a cultura tende a ser vista não apenas em termos antropológicos, mas, sobretudo políticos: ela é base das construções identitárias a partir das quais se articula a luta por empoderamento. Assim, ao analisar os entendimentos sobre cultura no campo cultural local, nota-se que houve uma transformação, passando da cultura de sinônimo de tradição e valorização artística, como arte e espetáculo (característica da visão da gestão de governo anterior), à ideia de cultura como luta pela democratização e diversidade cultural, bem como empoderamento identitário, embora ainda se constate resquícios da gestão anterior (a cultura como arte) nos projetos desenvolvidos atualmente pela SeCult.

Por fim, ao se analisar as políticas culturais do município de Rio Grande se percebeu que as mesmas se transformaram, atingindo algumas ideias contemporâneas da visão institucional contida nas agendas internacionais que tem percebido a cultura como recurso: ou sociopolítico (afirmação de identidades) ou econômico (voltada ao desenvolvimento de economias locais), conforme descrito por George Yúdice (2006). No caso de Rio Grande, é sobretudo a ideia de afirmação de identidades específicas que se destaca, assim como a visão mais antropológica do conceito, compreendido como visão de mundo, artes de fazer e modos de saber. No

contexto estudado, por outra via, há pouca relação da ideia de cultura com projetos de geração de renda e empoderamento econômico, podendo esta perspectiva municiar novos questionamentos sobre as políticas culturais locais.

5 CONCLUSÃO

A relevância acadêmica e científica da temática das políticas culturais se destacou desde o início deste estudo, quando me deparei com a pesquisa das autoras Kupski e Silva (2016), que concluíram a investigação sobre temática similar na gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB, na cidade de Rio Grande, e isso agraciou esta pesquisa como um comparativo das políticas culturais no atual governo. O resultado obtido pelas mesmas era de uma visão da cultura como elitista e entendida como legítima, na qual se associavam a arte e espetáculos, e por consequência do engessamento do campo cultural local constatava-se uma disputa na compreensão da cultura; no entanto, na época, os projetos desenvolvidos não atingiram uma gama significativa de agentes.

Ao se buscar o entendimento para o problema desta pesquisa, foi preciso identificar os agentes envolvidos nas políticas culturais da cidade, bem como o poder que exercem na estruturação desse campo específico; para isso foi necessário entender o Sistema Municipal de Cultura, expresso na Lei Municipal nº 8.080/17, bem como a criação da Secretaria de Município da Cultura, órgão do executivo, além do próprio Conselho Municipal de Política Cultural. Nesse ponto da pesquisa, notou-se o caráter do CMPC, majoritariamente formado pela sociedade civil e definido a partir de eleições democráticas, constatando-se que seus membros exercem uma função deliberativa e consultiva junto a SeCult.

Na busca pelos grupos que se evidenciam na ordem das políticas públicas de cultura na localidade, não foi possível descrever de forma assertiva a totalidade de agentes contemplados por aquelas políticas; porém, conforme foi elencado, se percebe que ainda há grupos periféricos não atendidos pelos projetos desenvolvidos. No entanto, também se deve destacar o empenho da SeCult para mudar essa realidade, pois estão descentralizando os projetos, saindo da região central da cidade, o que já se fez perceber nas atividades desenvolvidas em bairros mais afastados e periféricos de Rio Grande.

Ao se avaliar os possíveis conceitos de cultura que emergem no contexto social pesquisado, é possível inferir que houve modificações, e que ficou no passado a ideia da cultura focada na arte, tanto na visão dos agentes públicos quanto dos grupos envolvidos nos trabalhos da Secretaria. Os conceitos, tanto da SeCult quanto dos grupos encontram-se alinhados, o que corresponde à cultura como modo de fazer

e de saber: ou seja, os costumes, crenças, hábitos e realizações dos agentes de um determinado território, se percebendo a busca da não extinção de determinados valores e ideias, em termos de afirmação de identidades específicas.

Nesse momento é necessário retomar o problema da pesquisa, para enfim descrever como está se formando o campo das políticas culturais do município do Rio Grande, no que diz respeito ao acesso, assunto que obteve muito destaque nas falas dos entrevistados. A SeCult mesmo reconhece que este pode ser um empecilho no alcance de determinados grupos aos recursos culturais, seja em função das complexidades contidas via participação por editais ou pelas redes de relações que ainda se pautam, por vezes, por certos clientelismos. Aqui se observa a diferente distribuição de capitais culturais e sociais na estruturação do campo das políticas culturais locais. É com intuito de sanar tais problemáticas, por exemplo, que está na pauta da Secretaria o desenvolvimento de cursos para elaboração de projetos e participação em editais. Todavia, é necessário refletir que essa burocratização já exige capitais culturais e sociais mínimos dos indivíduos participantes.

Conclui-se que transformações consideráveis têm sido realizadas nas políticas culturais empreendidas na cidade de Rio Grande. Porém, os rumos que esses processos irão tomar propõe novos questionamentos, sobretudo em função das mudanças de governo em âmbito federal e estadual, as quais devem influenciar de forma brutal o desenvolvimento das políticas culturais da localidade. Certamente, a possibilidade de compreensão destas dinâmicas revela fatores importantes a serem investigados em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Noberto. A Política. In: SANTILLÁN, J. F. (Org.). **Noberto Bobbio: o filósofo e a política**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural: Temas, problemas y oportunidades**. Cidade do México: Conaculta, 2006.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan.-jul. 2005. Semestral. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 18 março 2019.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo em Perspectiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, p. 99-182. 1974.

_____. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. Trad. de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique (précédé de trois études d'ethnologie kabyle)*. Éditions du Seuil, 2000.

_____. *Le Bal des célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn*. Éditions du Seuil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. 1989. 10ª Ed. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel; Bertrand, 2007.

CAMILLERI, C. **Antropologia cultural da educação**. São Paulo: Rideel, 2007.

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 69-81, 2005.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de Política Cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

CÔRTEZ, Clélia. Cultura, diversidade e política. In: **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

KUPSKI, Larisse; DA SILVA, Rosimeri Carvalho. O campo das políticas culturais em Rio Grande – RS diante das mudanças do governo Lula. In: **Cardenos Ebape**, vol. 14, 2016, pp. 665-671.

MACHADO, Ednéia Maria; KYOSEN, Renato Obikawa. Política e Política Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.3, n.1, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_politica.htm>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Solimar Fraga. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: o caso do município do Rio Grande/RS (1874 - 1970). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 85-100, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

Rio Grande (Município). Lei nº 6.435, de 03 de setembro de 2007. Dispõe sobre a criação do conselho municipal de cultura e do fundo de cultura do município do rio grande e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio Grande**, Rio Grande do Sul, 03 set. 2007. Seção 01.

Rio Grande (Município). Lei nº 8.080, de 07 de março de 2017. Dispõe sobre o sistema municipal de cultura do município do Rio Grande, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, financiamento, revoga a Lei nº 6.435/07 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio Grande**, Rio Grande do Sul, 07 mar. 2017. Seção 01.

Rio Grande (Município). Decreto nº 14.720, de 18 de julho de 2017. Nomeia os membros do conselho municipal de política cultural. **Diário Oficial do Município do Rio Grande**, Rio Grande do Sul, 18 jul. 2017.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Mundo. In: **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 13-27.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: passado e presente. In: **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Marcos Pereira dos; CASTRO, Célia Beatriz de; As relações entre escola e cultura sob o olhar da sociologia da educação: uma abordagem sistêmica. **Revista Imagens da Educação**, v. 2, n. 3, p. 69-78, 2012.

SILVA, Anderson Aparecido Lima da. **A teoria da prática de Pierre Bourdieu**: entre estruturalismo e fenomenologia. *Kínesis*, 35 Vol. VIII, nº 18, Dez. 2016, p.31-45.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Economia e política cultural**: acesso, emprego e financiamento. Coleção Cadernos de Políticas Culturais. Ministério da Cultura, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Volume Três. Brasília. 2007.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Brasília, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ENTREVISTAS

SILVA, Ricardo Freitas da. Entrevista concedida a Tauani Bisognin Ramos. Rio Grande, 11 set. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "B" desta monografia].

BUTIERRES, Goreti. Entrevista concedida a Tauani Bisognin Ramos. Rio Grande, 11 set. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "C" desta monografia].

ISOLDI, Miguel Angelo. Entrevista concedida a Tauani Bisognin Ramos. Rio Grande, 12 mar. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "D" desta monografia].

ACOSTA, Cristiano. Entrevista concedida a Tauani Bisognin Ramos. Rio Grande, 12 mar. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "E" desta monografia].

SANTORUM, Andrea Jaqueline Acosta. Entrevista concedida a Tauani Bisognin Ramos. Rio Grande, 13 mar. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "F" desta monografia].

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____

Representando: () Poder Público () Sociedade Civil.

Qual fórum: _____

Para a criação de políticas culturais do município, quem são os agentes envolvidos? Qual a representatividade que exercem na estrutura da SeCult?

De modo geral, quais os grupos que mais se envolvem nas políticas culturais? Tem algum grupo que a secretaria acaba não enquadrando?

Os projetos emanados da Secretaria Municipal da cultura buscam à valorização da identidade da sociedade Rio-Grandina?

Como você conceitua/entende o papel da cultura?

Atualmente os projetos são tratados como incentivadores da economia municipal? Com a baixa movimentação portuária, a cultura se tornou importante para os Rio-Grandinos?

ANOTAÇÕES:

APÊNDICE B – Entrevista com Ricardo Freitas da Silva - Secretário de Município da
Cultura

ENTREVISTA
Ricardo Freitas da Silva
Secretário de Município da Cultura

Tauani:

Para a criação de políticas culturais do município, quem são os agentes envolvidos? Qual a representatividade que exercem na estrutura da SeCult?

Ricardo:

Quando existia vida inteligente neste país né, partir do Gilberto Gil como Ministro depois o Juca Ferreira se estabeleceu que todos os municípios tivessem que ter um órgão gestor de Cultura para que se fizesse os planos municipais cultura para que se tivesse uma rede de fomento à cultura.

Com incentivo cada vez maior dos pontos de culturas que foi criado depois, inclusive com os fundos: Fundo Nacional, Fundo Estadual e Fundo Municipal de Cultura, ou seja, como todos os municípios praticamente tinham um apêndice a Secretaria de Cultura ou era uma coordenadoria da secretaria de educação ou tava ligada com outras 5 ou 6 secretarias e tal.

Que é um retrocesso que a gente vê hoje né sobre a lógica do enxugamento aí o pessoal tira a cultura daqui porque acha que ela não é interessante então vamos lá saúde, segurança, educação e tal esse discurso aí que é um retrocesso!

Quando houve o golpe, por exemplo, o ministério da cultura quase caiu, o IPHAN³ que é um instituto sensacional que completou 80 anos, eu fui ao Rio de Janeiro para a comemoração, e aí o relato deles é terrível assim porque tem um quadro de 600 funcionários e 400 se aposentam nos próximos dois anos, ele é um quadro que não foi renovado, mas é graça ao IPHAN que o patrimônio do país está preservado.

O descaso ((pausa)) mas assim no ápice do governo Lula que a política tava fundamentada para isso todos os municípios tinham que fazer o dever de casa, nós aqui fizemos, fizemos, agora não tem nem Conferência Nacional de Cultura. Antigamente tu te marcava Conferência Nacional de Cultura no final do ano para tu marcar Estadual e pra marcar a Municipal tu tirava delegados da Municipal pra Estadual e da Estadual pra Nacional.

E aí, era alguma coisa muito oxigenadora porque saía cartas, documentos das conferências que vinham para ser aplicados na prática dos Municípios no dia a dia, e tal, eu te digo isso porque eu já fui Secretário de Cultura de outras cidades, fui delegado na conferência nacional de Cultura 2010, acho que foi, 2009-2010, então Rio Grande também fez isso criou a sua secretaria de cultura, eu fui o primeiro secretário de Arroio Grande que é um município mais 150 quilômetros daqui para baixo em direção a Jaguarão.

Aí, ((pausa)) bom aquele município que não tivesse os elementos fundamentais para acessar os recursos tava fora, as políticas cultura, ou seja era um mecanismo de incentivar e fomentar a organização das, da cultura nos municípios então haveria a possibilidade de repasse do governo federal, do governo estadual. Hoje os mecanismos de financiamento que nós temos é a Lei Rouanet, a LiC Estadual, eventualmente que a LiC Municipal quando existe.

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Tauani:

De modo geral, quais os grupos que mais se envolvem nas políticas culturais? Tem algum grupo que a secretaria acaba não enquadrando?

Ricardo:

Buenas, nós fizemos a nossa parte temos as conferências, depois fizemos dois fóruns municipais de cultura e criamos os cinco elementos para que tu tivesse apto a acessar os recursos que hoje está muito esvaziado, mas enfim, acho que isso é uma organização o conceito de cultura amanhã completa 1 ano né nós fizemos um fórum no último exatamente para tirar da sociedade civil os representantes de cada fóruns setoriais ((pega uma revista⁴ e começa a folhar procurando algo)), então é um conselho que antigamente eram indicados que tinham representantes escolhidos, nós tiramos esse representante da sociedade civil, tu vai ver em algum momento em outra revista.

[**Assessora Goreti:** Não temos mais essa revista!]

Ricardo:

Tem que ter, nos nossos arquivos, como é que tu vai me dizer isso na frente de uma arquivista. ((risos - pausa)).

Buenas, ((pausa)) no último fórum foi de onde nós tiramos os representantes, a gente fez o fórum, reuniu os coletivos, os coletivos retiraram seus representantes houve a discussão, basicamente a gente trabalhava com o diagnóstico e o prognóstico né. O que que a gente ... o que que a gente pensa como é que tá a cultura local e o que que a gente quer para os próximos anos, que que seria o ideal.

Trabalhamos nisso, estamos finalizando, amanhã tem uma reunião às 18 horas que a gente vai bater o martelo no Plano Municipal depois vai publicar que nem a revista PORQUE O REGISTRO É FUNDAMENTAL!

E aí, ((pausa)) trabalhar em cima do Plano muitas das metas que estão no plano a gente já cumpriu. No no fórum tinha uma demanda que a criação de um atelier livre, público, acessível aos artistas e usuários, está aqui uma matéria (abre a Revista e mostra) que fala sobre ele onde tem cerâmica, tem desenho, tem pintura, tem entalhe em madeira e tal então esse é o nosso norteador de políticas cultural, construir com o Conselho que é fiscalizador e deliberativo, também, que possa ser indutor do desenvolvimento.

Aí, a gente trabalha com três pilares, que é uma recomendação da conferência que eu participei, que é trabalhar a cultura em três dimensões a dimensão simbólica e nós temos uma riqueza muito grande aqui nessa questão que trata da identidade, trabalhar com a dimensão social né, cultura agregada tudo, e inclusiva enfim, trabalhar com a dimensão econômica. Que tinha um estigma de que fazer cultural é algo que é adereço que não é uma coisa essencial, mas tu pode gerar renda, tu pode alavancar inclusive o turismo Cultural de uma cidade, muitas cidades que a matriz econômica delas é a partir do Turismo Cultural, do seu patrimônio, da sua riqueza cultural.

E assim nós temos trabalhado então quando a gente trabalha paralelamente com a gestão e os tempos estão cada vez mais escasso, então a gente tem que buscar mecanismos, nós estabelecemos parcerias, nós né trabalhamos com Lei de incentivo como patrocínios enfim mas é uma forma de realizar aqueles eventos.

⁴ Revista Viva mais Cultura.

Para fomentar a cultura de uma maneira geral através dos agentes, coletivos nas áreas dos fóruns setoriais como a literatura, como teatro, como a dança, como a música, como a cultura popular, nós estamos abrindo após aprovação do Plano, porque o plano vai ser aprovado e enviado para câmara e aí a gente tem conselho, tem o plano, tem o órgão gestor, tem o sistema de cadastramento que a gente está finalizando aí que é um mapeamento cultural.

E ((pausa)) que mais, ã e o Fundo Municipal de Cultura que é um outro elemento que a gente tá dentro da lei que criou a lei que o sistema Municipal de Cultura, então tem o sistema, tem o plano, tem todos esses elementos dentro do da Lei do Sistema, e o fundo é talvez o mais importante deles porque ali vai ser depositado recurso para financiar esse coletivos, então tão logo seja possível a gente abre editais nessas várias áreas, se o sujeito que publicar um livro ele vai concorrer, a gente vai fazer oficina de formação de como participar, como os formulários com tudo vai divulgar enfim, i os coletivos ou os gente ou enfim a cadeia cultural toda que desejar participar vai fazer essa formação.

Porque ((pausa)) ele, é um problema que se tem muito é a pessoa elaborar um projeto! Nós vamos tornar acessível sabe, nós migramos de uma cultura que era de balcão né, que trata, sabe aquela coisa assim: tu toca violão? Vou te convidar para tocar violão aqui, te dá uma oportunidade de mostrar o teu trabalho, nós já há muito tempo trabalhamos com editais públicos com cache, porque é a valorização do artista. Então, a arte tem o seu valor e ela tem que ser remunerada porque é o sustento do sujeito lá, do ativista cultural e tal ((pausa)).

E aí, o problema é o seguinte quando a gente recebe os projetos em um papel de pão, eles não são descritivos, não tem plano de ação, ele não tem plano de custo, enfim ((pausa)) e o que eu te digo é isso a gente vai abrir esse editais vai prover a a a capacitação e depois que ele se insiram, e aí bom, vai ter uma comissão de seleção, que vai selecionar aqueles que tiver segundo os critérios bem previamente estabelecidos os rebatimentos social, ele pode ter um caráter cultural, se ele é importante para cultura do município fortalecimento. Então essa avaliação toda vai ser feita por uma comissão criada dentro do Conselho de Cultura e vão ser selecionados esses projetos.

Então, vamos que seja um livro que fale sobre a Ilha dos Marinheiros, aqui que é uma localidade, depois um CD de um artista local que vai falar, ((pausa)) aí por exemplo tem 5 ou 6 projetos de CD dentro destes vai ser avaliado aquele que dentro desses critérios que eu te disse vai ter maior apelo ou que ele se proponha a ter mais abrangência, daí a Secretaria ficaria com uma cópia, tem as contrapartidas que não são valores, mas são no produto né, então cópias do CD, exemplares do livro, se for uma apresentação de teatro uma ou duas que a gente vai abrir para comunidade e gratuito, enfim, e aí vamo ficar aberto um novo modelo de fomento à cultura então, como eu tava te dizendo, tinha aquela política do balcão, ou seja, a secretaria que fosse coordenadoria, supervisão, seja o que fosse, ela colhia aqueles que eram mais próximos.

E aí, no modelo totalmente diverso do aí que a gente pensa, porque quando a gente quer democratizar tu não vê amigo, não vê inimigo, tu vê todo mundo, então por isso que tu abre um edital e aí participar todos e vai ser selecionada aqueles que por critério de qualidade as vezes é os mais indicados.

Nós temos feitos, deixa eu te mostrar aqui a Fejunca, é edital público uma festa realizada no cassino, uma festa junina e tal, mas todas essas apresentações tem cache e é feita com edital, ou seja, quando a gente fala que faz um projeto já tá previsto

no plano de trabalho, no plano de custo, o custo de caches para os artistas isso ajuda a valorizar os artistas.

Quando a gente faz o arte na parada que, você já viu, ele é por edital público então os artistas mandam suas propostas e são selecionados né. E assim, por diante, o próprio (inaudível) que é um evento que a gente apoia na realização ele tem um processo de seleção também, a oportunidade para o artista, pintor, seja no segmento que for vai ser aberto sempre.

Agora eu tava em uma reunião em que temos a possibilidade de um prédio do correio ser passado para a Prefeitura, então tinha uma discussão com um grupo de artesão e o Cine, a gente faz a gestão não tem problema nenhum, MAS a gestão democrática, VAI PARTICIPAR TODO MUNDO não é para Associação A ou a Associação B ou pra fulano, beltrano, todo mundo aí vai ter que caber ali dentro ou a gente vai criar um número de vagas que comportam o espaço e vai abrir edital, não tem outro jeito, se não, não consigo contemplar todo mundo.

Bueno, o que que acontecia anteriormente fulano, fulano e fulano eram os afilhados e o resto todo ficava fora, não tem como ser assim, eu não posso fazer isso de maneira inversa também, agora eu convido os meus mais próximo e deixo todos os outros que participavam antes, o mundo não se divide assim a gente faz o edital e todo mundo participa.

Tauani:

Os projetos emanados da Secretaria Municipal da cultura buscam à valorização da identidade da sociedade Rio-Grandina?

Ricardo:

Então, ((pausa)) a gente tem valorizado o autoral, tentamos fortalecer o processo de criação para pessoa não ficar repetindo essas músicas muito ruins que são (risadas).

Trabalhar com identidade, tem uma, pena que não tem as outras (referindo-se as Revistas Viva mais Cultura que estavam sobre a mesa), a gente fez uma vez a Parada Leão Marinho, não sei se tu já ouviu também, a Parada Leão Marinho é, lembra das *CowParade*⁵, aquelas vacas que ficavam expostas, nós criamos a ideia de fazer a mesma coisa com animal da região valorizando o meio ambiente, a fauna local e tal, e aí fiz a mesma coisa abri um processo de edital para inscrições de projetos. Uns ficaram fixo, no IFRS outro na FURG, e e depois a gente foi reinventando eles né.

Porque tinha alguns que eles não tinham participação, enfim, a gente tinha a cota de alguns, foram época das Olimpíadas, na época do Ponto de grafite, aí alguns a gente deu pros artistas fazerem intervenções e tal, mas também, nós temos equipamentos, nós temos o Teatro Municipal, nós temos O Atelier que foi criado para isso, nós temos o Quiosque da cultura, o CMC, nós temos agora o Multi Palco, na Henrique Pancada, que daí descentraliza temos um no Cassino e a gente vai ter outro também na periferia.

Quer dizer, tem os equipamentos que a gente já tem a programação e tem outros que a gente, tem só projetos, tem a Fototeca Municipal, a Sala Multiuso e tem

⁵ *CowParade* é uma exposição de arte pública internacional apresentada nas principais cidades do mundo. As esculturas das vacas são em fibra de vidro, decoradas por artistas locais e distribuídas pelas cidades, em lugares públicos como estações de metrô, avenidas importantes, e parques. Depois da exposição, as vacas são leiloadas e o dinheiro é entregue a instituições de caridade.

outros que a gente trabalha fora dos ambientes também, trabalha com os dois shoppings, a gente trabalha com outras secretarias fazendo um ambiente multidisciplinar.

Assim, para ter uma ideia, o Arte na Parada os recursos são do Fundo Municipal de Multas, bom quando eu conversei com o outro Secretário na época para gente fazer um projeto para combater o vandalismo, as pichações e tal, criar algo inovador trabalha com arte urbana, intervenção artística, valoriza os artistas, tanto que ele foi premiado na CNM⁶ no Prêmio Muniência, como soluções inovadoras para cidades no Brasil, ficou entre os 15, depois ficou entre os 5 premiados. Hoje vai ter, em outubro, uma visita técnica para ser elaborado uma cartilha de reaplicação em outros municípios, então tem muita coisa para fazer, mas já tá se fazendo bastante.

((pausa)) Também, tem o Verão Cultural que é realizado no verão com edital também. E aí, a descentralização: Parque Marinha, Vila da Quinta, Taim, Povo Novo, Ilha dos Marinheiros, quer dizer tu leva esses artistas para tocar lá e tu mescla com os artistas de lá também, (vendo uma imagem na revista) tem o seu Jacaré aqui que inclusive é um Conselheiro.

Tem o festival de bandas, que é uma característica da cidade e a gente já fez também, os povos de terreiro que a gente deve ter umas atividades ainda durante muitos anos não se fazia alguma coisa que eles queriam a muito tempo que é o Bará do Mercado ou Toque do Mercado que é no mesmo dia do Padroeiro dia 29 de junho, faz 4 anos que a gente já faz, sei lá eles atiram suas pipocas, fazem manifestações religiosas. Trabalha-se muito com a diversidade!

Alguns que a gentes fez, os eventos que a gente fez e que são retomados é o Mar em Canto que é o festival, nessa aqui (Revista) que é um festival muito legal, que a temática sobre a questão da da música Litorânea que fala do mar que também traz para nossa realidade, pra não ser mais um festival nativista ou mais um festival né, tu tematiza que tem que falar do mar e de suas variáveis todas.

Então pode, ((pausa)) esse aqui foi realizado na SAC (mostrando na Revista) a gente quer ver se retoma isso aí, mas tem muita coisa para fazer.

Fizemos o Salão de Humor que foi muito bom porque também, tem recurso do trânsito, tem um salão de artes visuais com intervenções artísticas aquela aquela intervenção do Lucas (grafite) lá no cassino era uma das atividades. Tem vários, vários!!!

É isso, a gente tá avançando mais, para não fazer uma gestão do secretário da cabeça dele né a gente quer deixar um legado de material para ser seguido. Porque hoje a gente tá aqui e quem sabe daqui dois anos a gente não tá mais, tem pessoas que pensam diferente mas a sociedade é mesma, os grupos que vai estar atuando no campo da cultura vai pegar o plano e dizer o que nós queremos está aqui e que foi construído com uma discussão toda aberta então tu tem instrumento para poder cobrar de quem por ventura não queira executar o que está ali.

Tauani:

Como você conceitua/entende o papel da cultura?

Ricardo:

Olha cultura, é é é bem genérico assim, mas é aquele conceito básico é o modo de fazer, de de construir, é a identidade do povo, do lugar, do território né, porque ela vai além ã é a manifestação do ponto, muda muito de região em região né,

6 Confederação Nacional de Municípios (CNM).

tu já teve em outros lugares tu percebe que cada um tem a sua cultura. E acho que essa valorização é que tem que estar na pauta a valorização da cultura local, ã principalmente porque as pessoas d região tem dificuldade de se reconhecerem essa questão do pertencimento, eu sempre prefiro o quintal do vizinho sempre é o mais bonito né, então acho que a cultura é assim a valorização do saber local, da cultura local teve uma época que nós fizemos, quando fazemos primeiro fórum municipal da cultura, a gente entendeu que não bastava fazer só Fórum na cidade tinha que conhecer as culturas do interior, daí a gente fez um fórum no Taim, na Ilha dos Marinheiros, na Quinta, no Povo Novo, e não me lembro se escapa mais algum.

[Assessora Goreti, complementou dizendo que teve mais um na Vila Leonideo].

Quando a gente chegou no Taim, porque assim, que que nós pedimos, para ir alguém antes e falar com alguém local para organizar uma exposição do que vocês produzem Cultura, quando a gente chegava lá, eu vou te dar dois exemplos, assim no Taim por exemplo tinha uma exposição de tecelagem, ou seja, tem muita ovelha naquela região os caras que tosavam as ovelhas reproduziam o fio e com a roca e o tear produziam o xergão, um tapete para botar no lombo do cavalo para não machucar quando bota a sela em cima, e vendiam na beira da estrada, ou seja, tem uma riqueza cultural de todo o processo do início ao fim aí até na comercialização.

E, tinha outros artesanatos e tal, mas esse me chamou a atenção, pelas uma característica daquele lugar. E aí, quando a gente discutia, o que que a gente pode fazer para botar isso no plano, eles diziam assim “a nossa preocupação é com jovem porque a perspectiva de um jovem hoje é trabalhar na granja, é comprar uma moto e ficar tomando cachaça no boteco”, é porque aí não tinha perspectiva a vida dele começava a terminar ali porque a semelhança com os iguais né quando a gente ver a questão da vulnerabilidade social quando uma criança tem um pai alcoólatra uma mãe, sei lá eu, prostituta e tal, as preferência que ele tem é aquilo ali, desigual.

Então, a referência que ele tem na vida é aquilo ali a menos que tu mostre outro horizonte, tu viu a orquestra de flauta lá embaixo? A ideia de casar juventude com o pessoal da terceira idade, tem de 12 anos há 80 anos ali. O projeto inicial era para a vulnerabilidade social em um bairro chamado Cidade de Aguida, não Castelo Branco, que pelos indicadores é o mais vulnerável assim, no primeiro ano foi isso, mas daí faltou recursos e nós trouxemos eles para cá e fez a orquestra.

E aí, na Ilha dos Marinheiros por exemplo, tinha um sujeito lá que trouxe uns cestos de vime, e disse “eu fiz agora de tardezinha para trazer para exposição”. Como assim, “eu fui lá no pátio na Quinta, nem peguei o vime, transei” e pá pá pá preparou e trouxe, mas é o processo que eles fazem dia-a-dia lá, perguntei para que que serve o Balaio para trazer os hortifruiti e granjeiros que eles plantam as cove, as alface, os morango, espinafre, cenoura, botar dentro dos barcos e trazer para a cidade para vender.

Quer coisa mais genuína do que a essa! Então, só pode saber disso se tu for no lugar, se a gente não faz o Fórum territorial que a gente chamou isso não está presente tanto que a gente botou dentro do Conselho um fórum setorial do interior, né, porque alguém dessas comunidades tem que estar representada. E nas outras localidade aparecem outras peculiaridades, então a cultura é isso, tu entende, é aquele modo de saber fazer, é o saber do local, que tem se preservado, qual é o papel de uma Secretaria de Cultura de um gestor dar visibilidade pra isso, é articular política que possam não deixar morrer e elevar, fazer, como eu te disse, gerar renda.

Então as dimensões simbólico, econômica e cidadã, que eu falei social antes, e o nome é cidadã, é isso é dar dignidade aos artistas porque senão eles mesmo não

se enxergam, daí “eu mesmo faço isso aqui, mas para que serve?”, “faço porque gosto de fazer, mas o que que eu vou ganhar com isso?”.

É isso, tá dentro do saber, e fazer, dos costumes, das tradições e tal, o projeto do Quitanda é um exemplo, em que empoderamos o artesanato, traz o artesanato para a rua, as pessoas que não tinham um espaço par comercializar seus artesanatos, e nós arrumamos o espaço público de certa forma com uma auto-gestão, porque ele é dois dias por semana, tem reuniões e avaliação e eles/elas discutem tal, então a gente fez dois dias por mês, mas ele oscila porque na crise as vezes não vende, umas se desanimavam, e não vão mais.

Então tem mais de 70, quase 80 inscritos, mas nem sempre todo mundo vai, faz parte, enfim, lá no início a gente decidiu que tinha que ter toldo para todo mundo, tinha que ter banca para todo mundo, tinha que ter alguém para trazer os produtos e tal, MAS se tu trabalha dessa forma de paternalismo para um como é que tu quer continuidade para um evento assim não tem como conseguir tudo para todos sempre, não tem como manter tudo isso sempre, então se decidiu por evento auto organizativo.

O que que a gente faz articula, estabelece a localização, falando aqui outro ali, cuidamos da divulgação, inscrições, da higiene e da estrutura básica, enfim, demais cada um que se organiza da melhor forma, funcionou muito bem por um período até o momento que chegou um Cruzeiro com 900 turistas, aí venderam tudo no segundo dia elas já estavam com a tabela em dólar ((risos)). Mas, daí, nem sempre e os Cruzeiros são dia de semana e não batia com a data e tal, já deu uma desanimada, porque é complicado alinhar o turismo e a linha da cultura e economia, e a empresa estava levando nas Charqueadas em Pelotas, tira daqui, mas isso é uma outra discussão. Tem relatos, porque a feira abrange artesanato, brechó, antiquário e tal, é um projeto permanente, todo o primeiro sábado do mês na Praça Xavier Ferreira. Tem o Banda na Praça, tu conhece? A Goreti que é a gestora e organizadora, bandas marciais, Banda da Marinha, da Brigada, e tu coloco no cotidiano da pessoa um pouco de música, toda a quinta-feira.

Tem muita coisa envolvida.

Tauani:

Atualmente os projetos são tratados como incentivadores da economia municipal? Com a baixa movimentação portuária, a cultura se tornou importante para os Rio-Grandinos?

Ricardo:

Então, é deixar isso como legado para que se avance cada vez mais né. Depois disso a gente vai ter que discutir a Lei Municipal de incentivo a Cultura, Federal trabalha com a Lei Rouanet, com a dedução do imposto de renda, a LiC Estadual com a dedução do ICMS, aí nós vamos ter que ver o nosso tributos locais, para formar o bolo para dividir para essa lei de incentivo aí pode ser ITBI, ser também IPTU e ISS, uma discussão interna que a gente tem que fazer junto com a Secretaria da Fazenda, mas é uma construção do Conselho mas que vai pressionar o Governo Municipal e que tem o nosso apoio evidente.

Mas é evidente que quando o recurso é escasso, hoje por exemplo o esforço do governo todo é para pagar folha de pagamento, fornecedores, 13º e tal, ainda mais no segundo semestre agora, a gente já teve um orçamento bem maior, as vacas foram mais gordas aqui na época do Polo Naval as coisas são cíclicas.

Em algum momento as coisas vão voltar de novo e a gente tem que se preparar para isso para quando tiver recurso começar a trabalhar porque senão ele vai para outro lugar entendeu, o dinheiro não para né, já teve eventos que se gastava muito mal, a gente não tendo dinheiro é que sabe como se gasta bem, também né já se gastou absurdos com coisas que eram estruturas para um dia, dinheiro que se gasta em alguns eventos desse do passado hoje a gente faz 3 ou até 4 de uma semana ou até mais.

Temos até bastante eventos, se acompanhar a página no Facebook, como tem evento, e isso é um grande mérito disso é a própria página porque nós fazemos muito, somos um grupo pequeno somos 30 opa, digo, 34 e a gente se divide muito, então às vezes a gente tem três eventos simultâneos e tá cada um cuidando de um lado, assim né quando a gente assumiu a gente decidiu que cada um ia ser um gestor cultural na verdade é isso.

Então começamos a distribuição que cuida o quê, um do Ateliê, tem outro que cuida da sala, o tempo todo (inaudível) então uns estão aqui outros estão lá, dependendo do evento que for tem uma coordenação, eu também sou fotógrafo, ajudam a montar palco. Então, ((pausa)) e aí, a página da secretaria tem 7.622 seguidores no Facebook, as outras secretarias, te dizer pra tu ter um parâmetro, assim, são assim, são muito mais populosas e tem menos seguidores tal, porque a gente nem impulsiona nem nada, a gente simplesmente registra aquilo que tá acontecendo e as pessoas vão marcando e mostrando pra um e pra outro mostrando o que tá acontecendo aqui e ali.

Porque se tu não registra, hoje nós temos 4 canais de comunicação é o site, onde a gente armazena os editais para *Link*, o *Blog* onde a gente deposita, a Revista não acontece do nada eu tenho que ter o registro para depois fazer a compilação de todo o material e fazer uma edição, se eu não tenho registro eu não posso fazer isso aqui (mostra uma Revista) isso aqui é uma prestação de contas, isso aqui é uma maneira de mostrar o que a gente faz se não as pessoas não sabe e mesmo assim não vai faltar a gente que diga Rio Grande não tem cultura, Rio Grande não tem o que fazer, não a onde ir e tal.

Um exemplo, é Pelotas se a gente olhar a nossa página tem mais seguidores que a deles, mas eles chegaram em outro ponto o foco deles é patrimônio, ou sei lá, de repente eles não divulgam.

E aí, eles estão no foco do patrimônio na cultura, mas também eles têm 14 arquitetos dentro da Secretaria, daí eles também estão em outro avanço nas políticas de financiamento, então você tem que fazer escolhas né. Tudo isso que tá aí a gente faz ou está envolvido, mas apoia realizando também.

Respondi tudo, é muita coisa, a lógica errada de achar que cultura é adereço, cultura tem que ser o carro chefe, isso que a gente mudou essa lógica e buscamos investir na nossa cultura.

APÊNDICE C – Entrevista com Goreti Butierres - Assessora de Gabinete

ENTREVISTA
Goreti Butierres
Assessora de Gabinete

Tauani:

Para a criação de políticas culturais do município, quem são os agentes envolvidos? Qual a representatividade exercem na estrutura da SeCult?

Goreti:

Até 2012, a nossa Secretaria é uma secretaria jovem, né, até 2012 era Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aí em agosto de 2012, depois nós vamos confirmar as datas, foi criada a Secretaria de Município da Cultura (SeCult), porque antes era uma unidade de cultura que existia dentro da secretaria de educação, tinha um unidade, não era nem núcleo, então era a unidade de Cultura que tratava da cultura do município mas dentro da Secretaria de Educação, tinha uma diretora de Cultura, uma delas foi a Marcia Granada, que hoje é a nossa regente do Coral, depois a Eliza Mara Calveti e depois o Luiz Henrique (inaudível) que foi o primeiro Secretário de Cultura de Rio Grande, a secretaria foi criada na Lei que criou a secretaria disse que a sede da secretaria deveria ser o Sobrado dos Azulejos, mas na época o secretário de educação como o contingente de pessoal da SMED é bem maior que o da Cultura, e é até hoje, a SMED continuou no Sobrado e a Secretaria de Cultura foi para o Mercado Municipal, aonde costumava funcionar o núcleo, não como é que eu falei antes, aã a Diretoria de Cultura, e aí então a sede da Secretaria ficou sendo no Mercado e depois em 2014 nós fomos lá para a Buarque de Macedo e o ano passado nós viemos para cá para essa casa.

Só que assim, a Secretaria teve um ganho muito grande porque, assim, a secretaria foi criada pelo Secretário e uma Secretaria de Adjunta e uma diretora artística que é a Cíntia, o resto dos funcionários eles eram da SMED e prestavam serviços para a Cultura aí depois quando o Prefeito Alexandre Lindenmeyer assumiu o primeiro mandato aí começamos aumentar o quadro da secretaria quadro de funcionários vieram primeiro veio uma bibliotecária por concurso, depois veio três técnicos em artes, técnicos superior em artes, né que é o Cássio, o Carlos Conde e a Cristiane e a Claudinha e a Janaína, são cinco técnicos superior em artes.

Uma administrativa que a Cristiane, e as outras duas, aí as meninas a Cíntia Campos e a Luciana assinaram um termo na SMED que iam ficar na Secretaria de Cultura, e isso teve que se dar até dezembro de 2014. Então hoje a gente está aqui nessa casa, já tem um contingente de funcionários que dá para fazer a secretaria funcionar sim e levar adiante as políticas públicas né, que é o o o mote da secretaria fazer com que as políticas públicas aconteça aí nisso nós já fizemos um Fórum de Cultura, uma Conferência Municipal, no tempo ainda que era o Secretário Celso, primeira conferência, depois os fóruns regionais, depois do fórum criamos a Lei, a Lei que criou o sistema Municipal de Cultura, o sistema não a Lei que criou o Conselho, o fundo e o o o, me fugiu agora o nome, nesse que tá aí na revista que tu viu foi, foi, foi, foram eleitos os Conselheiros, do atual Conselhos de Políticas Públicas do Município, de políticas culturais e esse conselho agora está trabalhando na minuta da Lei que vai ser enviada à Câmara de Vereadores, do conselho, do Sistema de Cultura e a trabalhar dentro do de orientação do ministério.

Sim, o primeiro avanço é o da Secretaria, criação da secretaria. Isso aí não tinha e depois o governo, atual governo fez, manteve a secretaria e empoderou a secretaria no sentido de ter funcionários, de ter uma sede melhor, né, porque ali no

Mercado nós estamos apertadinho ali, num Chalé daqueles onde hoje funciona o nosso Ateliê. Nós temos três bibliotecas, na nossa rede dentro do que são ligados ao núcleo do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas Públicas, têm o núcleo que antes não tinha, o Arquivo Público foi incorporado a Secretaria, então são avanços que vai se tendo, por se ser uma Secretaria vai se dando esse, essa autonomia né, claro né financeira também não é o que a gente também gostaria, mas se tem uma rubrica anual para trabalhar com cultura e os nossos projetos mais também é com patrocínio né.

Tem o conselho, né, que vai criar as políticas, as bibliotecas que são públicas e desenvolvem projetos. Conselho Municipal de Políticas Culturais esse é o nosso ganho né, porque o conselho ele não é paritário muito pelo contrário ele tem, 7 membros do ente público e os outros 13 membros são da sociedade civil pelos segmentos: música, dança, teatro, circo, políticas inclusivas... Entendi, isso aí é os maiores ganhos né, acontece que antes o Conselho ele era paritário, metade-metade, e ele não era deliberativo, e esse agora ele não é paritário, tem o maior número dos conselheiros da sociedade civil e ele é deliberativo. Então conselho que vai decidir o que vai se fazer com a verba quando se tiver o fundo efetivado, tudo vai ser o conselho que vai decidir não é o poder público é o Conselho de Políticas Públicas que vai decidir!

Essa, acho que foi um dos ganhos mais interessantes, assim, um outro ganho que a gente tem também, todas as ações da secretaria que envolvem os seguimentos são feitas as chamadas através de edital público isso antes não existia era feito era feito convite, aí às vezes entrava artista que era mais conhecido. Então os Editais Públicos né, principalmente pra ocupação do Ateliê do Mercado, da Sala Multiuso que é muito concorrido agenda que é um espaço público, gratuito, para as pessoas exporem seus trabalhos, via edital público, a ocupação do Quiosque, edital público, isso tudo são políticas públicas e que também enquanto secretaria tá fazendo uma educação com esse público as pessoas não estavam acostumadas, não tinha o hábito das pessoas se inscreverem para um edital.

Tanto que uma das primeiras ações que nós vamos fazer assim que for, implementada a política, tá dentro do da Sistema é fazer um curso de formação pra que as pessoas aprendam a escrever projetos, a entender um edital, porque às vezes a pessoa não entende o edital, daí liga pra cá perguntando essa parte aqui...que não entendi o que quer dizer isso?

Isso dá uma transparência e também democratiza, que todos têm a mesma chance, a mesma chance, na verdade tu está empoderando o artista tu tá dando pra todos eles a oportunidade, ficarem no mesmo patamar, porque você sabe escrever um projeto porque tá na academia, mas eu que moro lá num bairro mais distante, que tenho pouco estudo também vou saber escrever um projeto, assim que vai ser o meio-dia entrar vai ser o meio de conseguir se empoderar ainda mais porque através dos editais que a gente vai abrir, por exemplo o ponto de cultura, estou dando um exemplo né! Não estou dizendo que a gente vai abrir um edital para o ponto de cultura! Tu vai ter uma verba, mas daí tu vai ter que saber como que tu vai gerenciar essa verba, tu vai ter que dar oficinas, o que tu vai fazer com esse dinheiro, como é que tu vai prestar conta depois. Tu dá, mas tu tem que empodera para as pessoas saberem o que tão fazendo, entendeu?!

Tauani:

De modo geral, quais os grupos que mais se envolvem nas políticas culturais? Tem algum grupo que a secretaria acaba não enquadrando?

Goreti:

São pelos segmentos, os segmentos: música, teatro, dança, arte circense, políticas inclusivas, que daí entra ali os LGBTs, os negros, os índios, a dança, já falei né, a cultura popular que de entra os CTGs, termo de santinho, tá me faltando são 12 segmentos.

Tauani:

Os projetos emanados da Secretaria Municipal da cultura buscam à valorização da identidade da sociedade Rio-Grandina?

Goreti:

SIM, por exemplo nosso projeto verão cultural, tá, que é um projeto que a gente passa na Praia do Cassino de janeiro a fevereiro, e uma das chamadas do edital é para música autoral, então o artista tem que tocar 80% de música autoral, música que ele fez né. Isso é uma maneira de além de divulgar o trabalho do artista, mostrar que ele faz em casa!

Outro projeto que nós temos que mostra o processo criativo das pessoas e além de tudo ajuda na questão do fomento da cadeia cultural é a nossa Quitanda Cultural que são ali mais ou menos 70 artesã e artesãos escritos né. Eles não pagam nada para ficar na praça sempre no primeiro sábado e no segundo sábado de cada mês, a gente leva uma atração artística, banda (inaudível, mas era o nome da banda) no segundo sábado, no primeiro sábado aí a Janice que é a coordenadora do projeto vê capoeira ou outro artista pra se apresentar estatua de rua né. Então são projetos que além de ã estar marcando, vamos dizer assim, ah o fazer, o processo criativo dos artistas ele tá fomentando a cadeia cultural, que as pessoas estão ali para vender seu artesanato, o seu pão caseiro que fazem em casa né.

E, outra coisa, aqui todos os nossos editais pra apresentação os nossos artistas são remunerados, todinhos, para dança, teatro e música autoral, no verão cultural o cachê tem sido de R\$ 1.500,00 reais por uma apresentação de 50 minutos, e a gente tem primado para não baixar esse valor! E outras músicas que o povo popularmente chama de cover né é R\$ 800,00 reais, o autoral e os grupos de teatro e dança são R\$1.500,00 reais porque são grupos grandes né, então os artistas são trabalhadores da cultura então eles tem que ser remunerados!

O espaço público do Mercado, o Ateliê Livre, gente abriu edital para ocupação, então oficina que tá ali ele além de passar o saber para as pessoas, as pessoas pagam uma pequena taxa de valor popular, que não passa de R\$25,00 a R\$30,00 reais, então as pessoas tão aprendendo, o artista exercendo seu processo criativo e tá ajudando outras pessoas em um espaço público, então ali tem: escultura, escultura em cerâmica, desenho, tem aquarela, desenho de mangá, entalhe em madeira, e agora a partir de amanhã e entra essa aqui que é a escultura de modelagem em argila oleosa, que é uma coisa meio nova aqui para Rio Grande. E ele inclusive vai ensinar fazer a massa! Então não é fazer um show e mostrar, não a gente está empoderando as pessoas né, esses artistas que muitas vezes estavam lá escondidinho no seu ateliê sem ter, muitas vezes, nenhuma remuneração, NÃO É UM SALÁRIO, mas já é alguma ajuda para ele comprar o material e eles querem mostrar e querer dividir com os outros pessoas que fazem.

Tauani:

Como você conceitua/entende o papel da cultura?

Goreti:

Para mim a cultura é o fazer do dia-a-dia, tudo toda expressão cultural que a gente vivencia tá na vida das pessoas né, então mesmo tendo o tripé do fazer, do ser e do acontecer né. Que a gente vê nos livros, e lê né. MAS pra mim a cultura é a vida! Tudo que se faz não tem nada que eu faço que não envolva alguma coisa cultural, porque tem uma um conceito popular, um tanto quanto errado, que cultura é e apresentação, é espetáculo né, e esse fazer todo que a gente falava antes do artesão, do artista que trabalha com barro, nesse dia-a-dia que é cultura.

Tauani:

Atualmente os projetos são tratados como incentivadores da economia municipal? Com a baixa movimentação portuária, a cultura se tornou importante para os Rio-Grandinos?

Goreti:

Acho, ã, que ainda não alcançamos essa ligação entre economia e cultura, mas a gente remunera os artistas que participam dos editais.

APÊNDICE D – Entrevista com Miguel Angelo Isoldi - Representante da Sociedade Civil - Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural

ENTREVISTA
Miguel Angelo Isoldi
Representante da Sociedade Civil
Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

Tauani:

Para a criação de políticas culturais do município, quem são os agentes envolvidos? Qual a representatividade que exercem na estrutura da SeCult?

Miguel:

A informação que te textualizo agora é: Como funcionam os mecanismos que foram elaborados a partir das Conferências Nacionais e Estaduais que visavam normatizar a cultura em todo território brasileiro!

O município de Rio Grande possui um Sistema Municipal de Cultura, compreendido como um instrumento de gestão, instituído pela Lei Municipal nº 8.080, de 07 de março de 2017. Nesse sistema para o funcionamento da cultura, existem cinco exigências que o município teve que cumprir para ser contemplado com recursos estaduais e federais.

((Pausa)) A realidade que temos hoje após a extinção do Ministério da Cultura-MinC, é que ficamos isolados tendo que captar recursos privados para alavancar as ações e projetos culturais em Rio Grande. Para compor o sistema Municipal de Cultura do Município de Rio Grande, criamos: **1º Conferências Municipais de Cultura - CMC**

A Conferência Municipal é a reunião da sociedade civil e do poder público para avaliação, análise e proposição de grandes diretrizes de políticas culturais. Constitui-se numa instância de participação social, na qual ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no Município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

2º Secretaria de Município da Cultura – SECULT. É o órgão gestor diretamente ligado ao executivo municipal.

3º Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. O CMPC é uma instância de caráter permanente, consultiva e deliberativa, vinculada à estrutura do órgão gestor da Cultura, que deve garantir dotação orçamentária para seu funcionamento e apoio administrativo. Atuando na formulação de diretrizes e estratégias e no controle da execução das políticas públicas de cultura.

É uma instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura político-administrativa do Poder Executivo, constituído por membros do Poder Público e da Sociedade Civil. Criado por lei, tem como principais atribuições: ((leu))

- Propor e aprovar, a partir das decisões tomadas nas conferências, as diretrizes gerais do Plano de Cultura e acompanhar a sua execução;

- apreciar e aprovar as diretrizes gerais do Sistema de Financiamento à Cultura e acompanhar o funcionamento dos seus instrumentos, em especial o Fundo de Cultura;

- fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos decorrentes das transferências federativas.

O Conselho deve ter na sua composição pelo menos 50% de representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, e ser instituído em todas as instâncias da Federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

4º Fundo Municipal de Cultura. São recursos financeiros públicos ou privados para financiamento da cultura. **5º Plano Municipal de Cultura – PMC.** O PMC de Rio Grande é uma das premissas condicionais de integração do município ao Sistema Nacional de Cultura.

O PMC tem duração **decenal** e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Tauani:

De modo geral, quais os grupos que mais se envolvem nas políticas culturais? Tem algum grupo que a secretaria acaba não enquadrando?

Miguel:

Os representantes dos segmentos culturais que compõem o CMPC estão envolvidos na criação dessas políticas públicas, exigindo do executivo municipal, através da SECULT, editais públicos e mais investimento na área cultural, também a aplicação desses recursos não só na promoção, bem como na produção e formação dos agentes culturais.

Tauani:

Os projetos emanados da Secretaria Municipal da cultura buscam à valorização da identidade da sociedade Rio-Grandina?

Miguel:

Em relação à valorização da nossa identidade, precisamos sim criar fóruns de discussão para ampliar nosso olhar sobre todas as ações culturais, sejam elas relacionadas principalmente ao nosso patrimônio imaterial, aquilo que ainda não nos foi revelado, que se encontra a margem da sociedade rio-grandina, a exemplo o Terno de Santinho, cantoria trazida pelos açorianos e que data mais de 200 anos e que está prestes a ser extinta, tendo hoje o último cantador, o Mestre Jacaré, que ainda mantém esse patrimônio na comunidade do Povo Novo.

Tauani:

Como você conceitua/entende o papel da cultura?

Miguel:

Como conceituar cultura, ((pausa)) a cultura pra mim está em todo lugar na roupa que vestimos, na comida, nos nossos costumes, nas palavras, na nossa expressão, em tudo que se move. A arte traduz um pouco dessa informação através de suas múltiplas linguagens. Em relação ao papel da cultura, te mando o texto que escrevi para compor a apresentação do Plano de Cultura! Se achares procedente, podes aproveitar!

Tauani:

Atualmente os projetos são tratados como incentivadores da economia municipal? Com a baixa movimentação portuária, a cultura se tornou importante para os Rio-Grandinos?

Miguel:

Bem essa relação dos projetos com a baixa movimentação portuária, eu não entendi, até porque não sei de se alguém que tenha sido contemplado com recursos privados para projetos culturais.

Acho que a cultura é importante para qualquer sociedade, embora em Rio Grande o fomento ou os investimentos na cultura são **baixíssimos**, com o recurso da pasta da SECULT, mal se mantém os aparelhos culturais do município. Uma política cultural a ser implementada no município, seria uma Lei criada pelo legislativo de que uma empresa que se instalasse aqui recebendo incentivo fiscal teria que investir no Fundo de Cultura, através de doações para podermos oferecer a comunidade cultural, editais públicos.

Tauani, em 2004, 2005 o governo federal através do Ministro Gilberto Gil, criou um programa chamado Cultura Viva, foi e será o maior programa criado até agora no Brasil. Dentro desse programa, através da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, foram criados editais de fomento para Pontos de Cultura, Ação Griô, Pontos de Leitura, Pontos de Mídia Livre, Aretê Pequenos Eventos, Interações Estéticas, Residências Artísticas, Cine Clubes e tantos outros. Quando a Cultura brasileira emergia com seus brasis, quando passávamos a nos conhecer, tudo acabou! Desculpa o desabafo, nos resta lutar aqui, resistir pra que tudo não vire terra arrasada. Pautamo-nos nas palavras de um pensador, culto não é aquele que conhece várias culturas e sim aquele que conhece sua própria cultura! Depois vou procurar o nome do cara, ok?

APÊNDICE E – Entrevista com Cristiano Acosta - Fórum Setorial da Cultura Popular

ENTREVISTA
Cristiano Acosta
Fórum Setorial da Cultura Popular

Tauani:

Para a criação de políticas culturais do município, quem são os agentes envolvidos? Qual a representatividade que exercem na estrutura da SeCult?]

Cristiano:

Sou também Presidente de um Ponto de Cultura: Instituto Cultural Filhos de Aruanda, ganhou certificado de ponto de cultural em 2016.

Esse Fórum da cultura popular abrange o carnaval, é porque assim ficou uma dúvida se botaria cultura de rua ou qual é, ficou um pouco de Hip-Hop. O fórum responsável pela cultura “religiosa” não tem ninguém, infelizmente, representando no momento. Então essa cadeira está vazia né, eu até me inscrevi no dia, mas no dia eu até me inscrevi o nome é Setorial Identitária, políticas identitárias, mas aí eu não consegui e por isso fui para a popular. Era por voto.

Daí, eu até dou uns pitacos, pra dar uma mexida. O bom seria tu ir em uma reunião, está todo mundo, é no caso os que ficaram.

No caso seriam todas as setoriais mesmo, as setoriais e a maioria do que faz parte do Conselho são aqueles agentes que atuam mesmo nas comunidades assim, a muito tempo. Assim, o conselho ele tem parte do governo e parte da sociedade civil organizada, algumas Secretarias de Governo comparecem bastante, claro, a Cultura, mas tem outras que nem tanto, a Educação comparece, outras não comparecem muito, mas a ideia do Conselho é essa tanto o governo como a sociedade civil se organizem.

Assim, quanto a representatividade, o conselho foi formado porque teve pequenas conferências, micros regiões de Rio Grande, dali saiu diretrizes para grande conferência, fórum-fórum, não, i chamaram de fórum setoriais depois do fórum de cultura, entendesse? Quem foi eleito nas pequenas foi para o grande e depois de lá saiu os conselheiros, então todas essas diretrizes foram tratadas no fórum e foi para dentro de um documento né. E aí, a gente foi, claro, fazendo manutenções, diminuindo aumentando, í e dentro de cada uma das suas setoriais para ficar uma coisa conforme, para poder ir lá para câmara para ser aprovado, então essas diretrizes saíram realmente de dentro das Comunidades, dentro da setoriais, o pessoal do skate se reuniu, pessoal do hip-hop, pessoal da capoeira, pessoal do teatro, se reuniram e ó as diretrizes são essas, porque quando tem alguma diretriz. Então, a gente o responsável da setorial vai lá e pergunta pros agentes ó que vocês acham e traz pra dentro do Conselho.

Tauani:

De modo geral, quais os grupos que mais se envolvem nas políticas culturais? Tem algum grupo que a secretaria acaba não enquadrando?

Cristiano:

Não, é assim ó, é aberto a todos claro, todos são conselheiros é aberto a todos né! Mas, só que realmente, eu faço parte de dois conselhos e é sempre as mesmas pessoas, eu não sei te dizer o porquê, mas é sempre assim. O conselho da cultura, é o popular, tem o pessoal da música, que sempre comparece, o teatro que agora tá

faltando, vai ser muito, mas agora tá faltando, o pessoal do patrimônio comparece sempre né.

São pessoas que já atuavam mais tempo, assim, eu não sei, eu não sei se as pessoas desistem também porque acham que vão entrar no conselho de repente pensando que vão ganhar alguma verba para tocar seus projetos adiante, mas não é assim, nós estamos lá para construir a política mesmo, vê o que por exemplo o Prefeito está fazendo alguma coisa com a verba que vai para cultura anual, o conselho é consultado, ele é consultivo né, para ver o que se faz, para onde vai né. E o Governo como está agora, a primeira coisa que tem que cortar é da Cultura, né.

É aberto para todos, as vezes pode dizer assim ó a setorial do hip-hop não tem mais ele está incluído dentro de uma setorial, a cultura do povo de terreiro está dentro das identitárias, inclui ainda LGBT, todas a identitárias estão ali dentro.

Tauani:

Os projetos emanados da Secretaria Municipal da cultura buscam à valorização da identidade da sociedade Rio-Grandina?

Cristiano:

Sim, sim, sim, tanto no verão cultural, que é aberto tu te inscreve, e agora vai sair uns editais também, o Conselho vai decidir como vai ser o edital e vamos buscar eles, mas eles já fazem a bastante tempo. Vai ter curso de como elaborar os projetos, mais acesso, quando eu comecei lá em 2010, a entrar nessa coisa de editais, de coisa, foi difícil, daí eu fiz um curso na Petrobras e da Flacso - Faculdade Latino Americana, pra aprender porque se não, ia ficar boiando, é bem complicado algumas coisas que eles pedem. Agora tem uns editais que já deixam tu enviar por áudio, tu fazer a planilha físico-financeira diferente para facilitar cada vez mais né.

Tauani:

Como você conceitua/entende o papel da cultura?

Cristiano:

Eu entendo por cultura o nosso modo de viver, de ver, de viver, de ver, do jeito que a gente vive é a nossa cultura, por exemplo, eu ((riso)) to falando demais, eu sou do povo de terreiro então a gente tem essa cultura do povo de terreiro, nós temos a nossa especificidade de viver é diferente do jeito que a gente lida com as coisas. Não é só uma religião, a gente gosta de falar que a não é só uma religião a religião uma das coisas que faz parte da nossa cultura da nossa tradição. A gente não busca salvação a gente busca evolução!

Tauani:

Atualmente os projetos são tratados como incentivadores da economia municipal? Com a baixa movimentação portuária, a cultura se tornou importante para os Rio-Grandinos?

Cristiano:

Vamos ver se eu entendi, olha eu não vejo assim, por exemplo se a gente ganha um edital, a gente contrata, a gente gasta, é isso?

[Explicada a pergunta]

Não é, a Secretaria faz um belíssimo trabalho desde o ano de 2010, o governo anterior até agora, a gente nunca teve o que reclamar, só que na maioria das vezes é

um incentivo logístico né, de atuação, de interligação de rede, MAS o que nós produtores pequenos, infelizmente é o financeiros, é o financeiro que a gente sempre precisa, infelizmente!

Nós no Instituto, temos vários projetos, mas é o financeiro que acaba nos impedindo sabe, a gente faz as coisas devagar sabe, a agente podia tá mais adiantado, mas a Secretaria sempre procura nos apoiar sabe. O que eu acho que falta aqui em Rio Grande é botar em pratica a LiC, a Lei de incentivo à Cultura, é uma pauta do conselho é botar, porque agente independente do polo tem várias empresas: tem a refinaria, as empresas de adubo que atuam a muito e poderia, o Porto poderia abrir editais e não sei porque não abrem, o Bannisul também, poderia ser mais atuante o Banco do Brasil, a gente sempre vê editais mais pra cá não sempre São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre, e a gente acaba não sendo incluído.

A nossa Secretaria é bem atuante, tem 13 museus em Rio Grande, aqui em Rio Grande são três pontos de cultura são: ã o Artestação, o Instituto que é nosso, a gente recebeu o certificado em 2016, e tem o da Boneca Rana, também que é da Professora Ingrid. Antes né, era uma política que tu tinha também um incentivo financeiro para ti continuar atuando como Ponto de Cultura, infelizmente agora não é mais, de repente seria uma forma de a Secretaria, de uma Lei do fundo de cultura, da LiC, ó também os Pontos de Cultura vão continuar atuando, fazendo, porque antigamente no antigo governo do Estado tinha, cada Ponto de Cultura recebia anualmente pra poder continuar.

Eu conheço vários produtor cultural, acho que é assim que se fala, não são registrados, mas eles fazem dentro das comunidades, algum deles dizem “aí eu não gosto de me envolver com política”, mas infelizmente tudo é política né, a gente não pode confundir política com politicagem né, a gente tem que ser líder cultural e político, pra poder. Tem que ser político de articulação, porque que nem a gente diz independente de governo nó vamos estar sempre atuando e a gente tem que saber conversar.

Só abrindo um parêntese, nós do Instituto Cultural Filhos de Aruanda, nós temos aqui o único do estado e maior do estado, festival de tambores dança que abarca toda a cultura do povo de terreiro né, tem as pessoas que se escreve, tem as categorias, pessoas ganham prêmios, troféus, a Secretaria sempre ajuda com o que pode, mas sempre falta, porque a gente a gente tem gasto com limpeza, com local, com produção, com bah é muita coisa, a gente tem que trazer artistas pra se apresenta entre as apresentações dos concorrentes, a gente gasta em torno de, mal mal como a gente não gostaria de fazer mal, em torno de R\$8.000,00 reais, pra fazer bem a gente teria que ter uns R\$15.000,00 – R\$16.000,00 mil reais, e a gente sai tudo do bolso, a gente não tem, fora que a gente também uma feira de artesanato para os produtores locais irem lá venderem, mostrarem os seus trabalhos.

Espero que tenha sido a contento, vista sim o Ponto, agora dia 30 nós temos um evento que é dentro do março lilás, em combate contra a violência que as mulheres sofrem, é 1º fórum das mulheres umbandistas, o sagrado feminino contra a violência, se quiser aparecer ou divulgar.

APÊNDICE F – Entrevista com Andrea Jaqueline Acosta Santorum - Suplente no
Fórum Setorial da Música

ENTREVISTA
Andrea Jaqueline Acosta Santorum
Suplente no Fórum Setorial da Música

Tauani:

Para a criação de políticas culturais do município, quem são os agentes envolvidos? Qual a representatividade exercem na estrutura da SeCult?

Andrea:

Então, ((pausa)) enfim se buscou no fórum, onde foi eleito na o conselho, se buscou a maior diversidade de Agentes Culturais tentando compreender toda adversidade possível nas representações né. Então falando de forma geral os agentes envolvidos na criação das políticas culturais são agentes da sociedade civil né nesse novo contexto, na nova formação do Conselho com a maior representatividade da sociedade tá.

E também alguns agentes representantes de instituições né de algumas secretarias e também da Universidade por exemplo.

Bem, essas representatividades na instituição né, temos por exemplo uma cadeira da secretaria que é ocupada pelo secretário municipal de cultura, né, temos algumas outras pessoas ligadas a instituição que representam secretarias, então eles exercem um papel diretamente ligados na estrutura não só da Secretaria de Cultura como das outras, né que integram Secretaria né turismo, educação que também integram ã, o conselho, mas como já havia respondido, tem uma maioria de pessoas que representam a sociedade civil e que não tem uma ligação direta com a secretaria e integram a estrutura da secretaria.

Tauani:

De modo geral, quais os grupos que mais se envolvem nas políticas culturais? Tem algum grupo que a secretaria acaba não enquadrando?

Andrea:

Eu penso ((pausa longa)), que sempre é possível identificar né alguns segmentos, algumas categorias que se envolvem mais na proposição, na criação, no desenvolvimento dessas políticas culturais né, e alguns outros grupos é um pouco menos, eu penso que isso pode ter relação também com o acesso.

Nós temos, por exemplo, o movimento hip-hop, citando só um exemplo tá!

O movimento hip-hop é um movimento super rico, super atuante, mas que por vezes até pouco tempo na verdade, não tinha muita abertura para construção dessas políticas, para o diálogo então penso que isso vem mudando no âmbito Municipal, claro né, isso vem mudando e acho que a atuação do Conselho ela é fundamental é justamente para descentralizar tirar de dentro da estrutura da instituição ou do centro da cidade as ações que falam sobre criação de política cultural.

Então, a trabalhar com a perspectiva de descentralizar, trabalhar nas periferias, de trabalhar nos bairros, essa construção possibilita que outras comunidades, outras categorias, né que daqui a pouco não se sentem à vontade ou não encontram abertura né dentro da instituição dessa questão toda de trabalhar no entorno da secretaria no centro, é não se sentem à vontade para esse tipo de construção, trabalhando dessa forma descentralizada penso que fica mais plural e

possibilita que, outros agentes, outros a gente se sintam pertencentes, né, dessa criação.

Tauani:

Os projetos emanados da Secretaria Municipal da cultura buscam à valorização da identidade da sociedade Rio-Grandina?

Andrea:

Eu penso que sim, é ((pausa)) é, e e e penso também que isso acontece fruto de muito diálogo, muita troca, né com as categorias, com os segmentos que representam as diversidades culturais do município né, mas posso dar um exemplo aqui também né, a pesca, a pesca ela é fundamental na identidade cultural de Rio Grande né, uma cultura, a cultura da pesca e tem toda uma questão envolvendo essa comunidade. Então, tem-se trabalhado um pouco mais com esse olhar né, de que cultura e manifestação cultural não é apenas a manifestação artística do músico, ou do dançarino, ou da dançarina enfim, só esses fazeres artísticos né, mas que fazer cultural, que a identidade cultural tá na nossa estrutura né, na estrutura do que se faz no município, e a pesca é uma dessas estruturas identitárias.

Assim, né, fora isso também tem como já tinha citado o hip-hop né, e Rio Grande também tem uma identidade bastante é ((pausa)) acho que forte né, fortalecida no movimento hip-hop independente de ser a manifestação do canto, do DJ ou da dança, também tem a vivência e o modo de vida das comunidades. Então acredito que sim, que a secretaria vem buscando essa valorização da identidade e é a gente já conversou várias vezes sobre isso em encontros sobre a cultura e a identidade cultural, que é bastante complexo buscar a identidade cultural de Rio Grande porque ela é bastante plural bastante diversa né.

A gente tem aí historicamente a questão fabril das fábricas é ((pausa)) digo ali ((pausa)) né no início da criação da cidade a Rheingantz tá ali ainda para a gente não esquecer da nossa história inicial, e essa questão fabril/têxtil já não é mais a base da cidade, a cidade já vem mudando há bastante tempo, mas temos a questão das empresas da Barra, mas enfim, penso que todas essas questões acabam, sim ligando a nossa identidade cultural.

Tauani:

Como você conceitua/entende o papel da cultura?

Andrea:

Poxa ((pausa)) vida, é uma pergunta bastante difícil, e bastante complexa de responder, ã ã a o papel da cultura é fundamental em qualquer momento da vida da gente da vida da sociedade é um papel de resistência, a gente não vive sem a questão da identidade cultural, sem trabalhar o espaço da cultura pra sociedade, não é por acaso que no momento em que todos esses ataques iniciaram aos ataques ao povo, iniciaram uma das primeiras ações ainda lá no governo Temer foi ã retirar o espaço do Ministério da Cultura, aí depois de muitas polêmicas e resistência retorna de forma figurativa e agora, também uma das primeiras ações desse governo eleito foi também acabar com espaço do Ministério da Cultura, com a representatividade, com investimento, enfim né, então tentando ser mais objetiva tá, é como eu me entendo o papel da cultura entendo como um papel de de empoderamento um papel, a cultura tem esse papel, ã essa importância de dar, de dar, vazão nas nossas subjetividades

e de nos fortalecer no momento em que a gente se identifica no outro, na outra, outra, então ações que fomentam e que fortaleçam é esse papel da cultura são cada vez mais importantes porque a gente vem vindo acompanhando o caminho contrário né, âmbito nacional infelizmente. Né!

Tauani:

Atualmente os projetos são tratados como incentivadores da economia municipal? Com a baixa movimentação portuária, a cultura se tornou importante para os Rio-Grandinos?

Andrea:

Pois então, é até comentei sobre essa questão da minha visão da complexidade né da identidade cultural em Rio Grande e acho que se a sociedade né se se as pessoas em Rio Grande entendem a cultura como importante penso que isso ((pausa)) é que isso é um processo que tá acontecendo ainda, a valorização da sociedade sobre a sua cultura sua identidade cultural ela vem acontecendo tá ã ((pausa)) se a gente falar em manifestações artísticas e culturais, por exemplo a gente até alguns anos atrás sentia uma menor adesão, uma menor participação da sociedade, as pessoas diziam que culturalmente a o público Rio Grande no tinha muito ((pausa, telefone da entrevistada tocou)).

Ah, desculpa, tive que atender porque me ligaram, então seguindo né, você dizer que culturalmente o público ã a população riograndina tinha muito costume, a cultura né, de ficar em casa de não sair para para prestigiar ou pra, enfim, participar de atividades culturais.

Mas eu sinto, e não só eu né, conversando com outras pessoas né da dança, da música, das artes plásticas, enfim, a gente vem sentindo e percebendo que sim que a população vem se interessando mais e talvez a forma de chamar as pessoas para participarem também que já esteja sendo mais hum mais interessante né.

Daqui a pouco você faz um convite ou uma chamada para uma atividade que não toca aquela pessoa ou aquele nicho da sociedade, tu não comunica e o resultado é as pessoas não irem.

Então acho que tem esses dois lados né, tanto o exercício da formação de público, quando se fala em manifestação artística e cultural né, também tem a questão da apropriação da identidade cultural de se entender se enxergar dentro daquela cultura e o quanto aquilo fala de mim né. Isso é exercício né. Acho que as políticas públicas vêm muito nesse sentido vem acontecendo muito isso tá, de ser um dos papéis das instituições, do conselho, né em focar nessas questões da formação de público e daqui a pouco da conscientização das pessoas em se enxergarem dentro dessa dessas identidades cultural e quererem estar é é nas atividades por se enxergarem ali né, então penso que são processos que tá em construção ainda em Rio Grande mas já caminhamos, na minha visão bastante, assim nesse sentido e e é algo na minha visão de bastante resistência né, porque quando em alguns lugares em âmbito Estadual, Federal a gente vê muito disso né, o DESENCORAJAMENTO desse tipo de ação.

E aqui, a gente ainda a sociedade junto com poder por público e com as instituições, caminhando neste nesse outro outro caminho para esse outro lado aqui é de RESISTIR que é de SEGUIR MANTENDO AS POLÍTICAS CULTURAIIS. Não sei se fui, ((pausa)) eu sou uma pessoa meio prolixa e não sou muito objetiva visse, se tu tiver alguma dúvida se algo não ficou muito claro, se enfim se tiver mais algo que eu

possa contribuir tá só me dizer fico a disposição. Mas tu podes mandar *whats*⁷ assim que possível eu leio e te retorno tá. Eu que agradeço, agradeço muito, fiquei muito feliz por essa tua proposta e por ter alguém querendo trabalhar com essa questão tão importante, eu que te agradeço muito viu um grande abraço e força aí para tua a tua conclusão tá, que precisar mais pode contar comigo.

⁷ WhatsApp aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

ANEXOS

ANEXO A – Plano Municipal de Cultura



PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

**RIO GRANDE/RS
2018**

FICHA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PREFEITO

Alexandre Duarte Lindenmeyer

SECRETÁRIO DE MUNICÍPIO DA CULTURA

Ricardo Freitas

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA (Pesquisa, sistematização, redação e revisão)

PELA SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA CULTURA

Cintia Campos

PELO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Débora Amaral- Fundação Universidade do Rio Grande

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE RIO GRANDE:

Biênio 2017/2019

Representantes da Sociedade Civil:

Fórum Setorial de Artes Visuais

Titular: Fábio Orleans

Suplente: Fúlvia Conceição

Fórum Setorial de Artesanato

Titular: Ana Marta Motta

Suplente: Cleber Alcântara

Fórum Setorial de Patrimônio Material e Imaterial

Titular: Célia Maria Pereira

Fórum Setorial de Audiovisual

Titular: Vinícius Rocha

Fórum Setorial de Música

Titular: Rogério Soares

Suplente: Andréa Santorum

Fórum Setorial de Artes Cênicas

Titular: Cid Branco

Fórum Setorial de Cultura Popular

Titular: Cristiano Acosta

Suplente: Jorge Martins

Fórum Setorial de Culturas Identitárias e Inclusivas

Titular: Fernando Tubino

Suplente: Eduardo Ortiz

Fórum Setorial de Literatura

Titular: Paula Machado

Suplente: Marco Muller

Fórum Setorial de Empresas e Produtores Culturais

Titular: José Carlos Espíndola

Fórum Setorial de Trabalhadores da Cultura

Titular: Ingrid Donald

Fórum Setorial de Organizações de Sociedade Civil

Titular: Miguel Isoldi

Suplente: Celso Santos

Fóruns Regionais de Cultura

Titular: Paulo Ferreira (Mestre Jacaré)

Representantes do Poder Público:

Secretário de Município da Cultura

Titular: Ricardo Freitas

em substituição ao Superintendente em Gestão da Cultura

Titular: Cintia Campos

Suplente: Goreti Butierres

Secretaria de Município da Educação

Titular: Michelle Salort

Secretaria de Município da Fazenda

Titular: Renata Amaral Nunes

Secretaria de Município de Turismo, Esporte e Lazer

Titular: Giovani Xavier de Sá

Secretaria de Município da Comunicação e Relações Institucionais

Titular: Tiago Collares

Universidade Federal do Rio Grande

Titular: Débora Amaral

Suplente: Antônio Carlos de Sá Silveira

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministro de Estado da Cultura

Sérgio Sá Leitão

Secretária de Diversidade Cultural

Magali Moura

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), através da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e Diretoria de Arte e Cultura(DAC), colaborou na elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Universidade Federal do Rio Grande-FURG Reitora

Cleuza Dias

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Daniel Prado

Diretora de Arte e Cultura

Débora Amaral

SUMÁRIO

Apresentação.....	06
Plano Municipal de Cultura.....	07
Cultura para todos e todas.....	08
É tempo de cultura em Rio Grande.....	09
Introdução.....	10
Rio Grande: Uma cidade histórica, Noiva do Mar e Patrimônio do Rio Grande do Sul.....	12
Diagnósticos-A cultura que temos.....	17
Sistema Municipal de Cultura.....	18
Desafios e oportunidades.....	23
Planejamento – A Cultura que queremos.....	35
Anexo I-Equipamentos, projetos e espaços públicos-breve diagnóstico da cena cultural.....	39
Referências.....	58

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Cultura - PMC- de Rio Grande é uma das premissas condicionais de integração do município ao Sistema Nacional de Cultura, bem como instância fundamental do Sistema Municipal de Cultura, compreendido como um instrumento de gestão, instituído pela Lei Municipal nº 8080, de 07 de março de 2017.

O Sistema Municipal de Cultura orienta a instituição de marcos legais e instâncias de participação social, o desenvolvimento de processos de planejamento e avaliação de políticas públicas, assim como o desenvolvimento das políticas culturais. O PMC é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de cultura, com a previsão de ações de curto, médio e longo prazos. Além disso, o Plano Municipal se configura como elemento essencial para a eficácia do Sistema Municipal de Cultura e para a consolidação dos processos de participação da sociedade na formulação de políticas culturais.

Com duração decenal, o Plano Municipal de Cultura de Rio Grande foi elaborado pelo Conselho Municipal de Política Cultural, com base nos múltiplos diálogos estabelecidos nas Conferências e Fóruns Municipais de Cultura.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

O Plano Municipal de Cultura traz os anseios de toda a comunidade artístico cultural do município do Rio Grande e através da construção coletiva nas Conferências, Diálogos, Pactos e Fóruns Culturais, expressaram suas ideias, demandas e expectativas para o fomento dos seus programas, projetos e ações. Através de fragmento da poesia de Ângelo Vigo “quando aqui aportaram os primeiros navios cinzentos o sol dourou os mastros ao vento bandeiras de todas as nacionalidades”, expressa o alicerce em que foram criadas as identidades multiculturais do município, pela diversidade de povos e etnias - açoriana, portuguesa, indígena, africana, latino-americana, francesa, espanhola, italiana, alemã, polonesa, sírio-libanesa e tantas outras - e com essa multiplicidade se traduz a nossa arte e a nossa cultura. A importância do Plano Municipal de Cultura para o município do Rio Grande deverá se dar através das políticas públicas que deverão ser incrementadas em sua aplicação, pelos editais públicos oriundos do Fundo Municipal de Cultura, direcionados às comunidades, agentes culturais, artistas e produtores. O Conselho Municipal de Política Cultural através de representantes da sociedade civil nos Fóruns Setoriais e do poder público, aprovaram o Plano de Cultura para sua implementação ao longo dos próximos dez anos! Almejamos que nesse tempo e a partir do mesmo, os projetos culturais possam contemplar as diversas manifestações da cultura local, com equidade, enriquecendo e valorizando simbolicamente a nossa plurivocalidade.

Miguel Angelo Isoldi

Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural

CULTURA PARA TODOS E TODAS

Trabalhar para todos, não para poucos ou para alguns. Assim temos pautado a atuação da Secretaria de Município da Cultura no município do Rio Grande, em busca de uma política pública permanente e comprometida com o segmento cultural da cidade. É neste contexto que apresentamos o Plano Municipal de Cultura, que nada mais é do que o resultado concreto de um trabalho articulado com a sociedade, sujeito da sua história e protagonista na sua construção.

Para isso, consultamos diversos segmentos que compõem a multiculturalidade do município do Rio Grande. Da cultura portuguesa, dos Ternos de Reis e de Santinho, à cultura africana, do Toque do Mercado, perpassando as culturas polonesa, libanesa, alemã, italiana e outras tantas que compõem um mosaico tão representativo e tão singular nesta cidade. Cultura viva, como o vai e vem das suas águas e o permanente intercâmbio promovido pelo seu porto marítimo.

Diálogos, debates e seminários, que culminaram em uma grande discussão coletiva ocorrida no Fórum Municipal de Cultura, permitiram a elaboração de um diagnóstico e um prognóstico do segmento, apontando os rumos para o desenvolvimento, a preservação e o fortalecimento da cultura riograndina, compilados neste documento.

Em 2013, aderimos ao Sistema Nacional de Cultura, mecanismo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura criado pelo governo federal, através do Ministério da Cultura. Com a anuência dos poderes Legislativo e Executivo e, especialmente, da comunidade rio-grandina criamos a lei que institui o Sistema Municipal de Cultura. O Plano Municipal de Cultura é muito mais do que uma nova etapa: consolida um novo momento para a cultura papareia, uma política de governo e um legado positivo para a história da cidade.

Reafirma as três dimensões da cultura balizadoras da nossa gestão: a simbólica, a cidadã e a econômica. Entendemos a cultura como vetor de desenvolvimento, cadeia produtiva que gera emprego e renda para a cidade. Que ocupa as praças e espaços públicos, dá voz às comunidades e empodera a sociedade civil. Para nós, cultura não é só para o centro. É para o interior, para a periferia, para o município como um todo.

O caminho é longo, mas não estamos sozinhos. Com transparência, participação e isonomia caminhamos juntos. A cultura está em todo o lugar, por isso, reafirmamos o nosso compromisso para universalizar o acesso e democratizar a cultura.

Ricardo Freitas

Secretário de Município da Cultura

É TEMPO DE CULTURA EM RIO GRANDE

O maior patrimônio da nossa cidade são as pessoas. E são essas pessoas, este povo acolhedor que aqui vive, às margens da Lagoa dos Patos, que contribuíram - e seguem contribuindo – para a formação cultural do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande nasceu aqui, há 280 anos e, com ele, toda uma tradição cultural que remonta grandes expoentes da nossa cidade. Aqui nasceu Apolinário Porto Alegre, idealizador da Sociedade Partenon Literário, pilar da cultura rio-grandense. Em Rio Grande, nasceu Carmen da Silva, precursora do feminismo no Brasil. O escultor Érico Gobbi e suas mãos criativas, reconhecido por nós e pelo mundo. Thadio de Amorim e sua arte caricatural, o olhar social das lentes de João Zinclar, as notas musicais de Inah Emil Martensen, o nosso garoto da rua, Bebeco Garcia, lenda do rock gaúcho e nacional. Nasceu, em Rio Grande, a poesia marginal, mas não menos importante de Írio Rodrigues, o nosso querido e para sempre lembrado poeta pobre.

Nossa cultura é viva, como o movimento do nosso Porto ou da máquina de costura. Está presente no nosso cotidiano, basta olharmos ao redor. Na arquitetura dos nossos prédios históricos, na beleza singular das nossas ilhas, nas comunidades tradicionais, como o Povo Novo e a Vila da Quinta, na alegria das nossas festas populares, no sincretismo religioso de Iemanjá e de Navegantes, na pluralidade do nosso povo. Caldo cultural, que originou esta brava gente. No cultivo artesanal da nossa pesca, no modo de fazer o barco, a rede, no preparo da anchova e da jurupiga, na resistência da agricultura, das sementes crioulas, na fé e no imaginário do Terno de Reis e de Santinho.

Nos azulejos portugueses e no Largo das Quitandeiras. Na história de Bento Gonçalves da Silva, ícone farroupilha, eternizado no coração da cidade.

Está arraigada nos ensinamentos dos que já se foram e dos que continuam transmitindo, de geração em geração, a história do nosso povo. Como as águas que banham o nosso estuário, nossa cultura se renova permanentemente, com a formação de novos artistas e coletivos; e recoloca a nossa cidade em um patamar que jamais deveria ter saído: de protagonismo.

Alexandre Lindenmeyer
Prefeito Municipal

Introdução

Temos um Plano Municipal de Cultura. Um plano plural, democrático e elaborado a muitas mãos, que estabelece os objetivos, as diretrizes, ações e metas para o segmento da cultura, em Rio Grande, para os próximos dez anos. Uma construção coletiva, iniciada ainda em 2013, quando assinamos o Acordo de Cooperação Federativa junto ao Ministério da Cultura. Um compromisso com os cidadãos e as cidadãs do nosso município, que irradiam história e cultura desde a sua formação. Uma proposta transparente, inclusiva e participativa, de acordo com o Plano Nacional de Cultura, norteador da política cultural nacional, e alinhada ao Plano Estadual de Cultura. Um longo caminho, que recoloca o município do Rio Grande nos trilhos da cultura nacional.

Planos de cultura podem ser compreendidos como instrumentos de planejamento de médio e longo prazo. Eles podem, e devem, contribuir para que ações planejadas em um dado momento possam ser executadas ao longo de dez anos, ultrapassando, assim, períodos de gestão. É uma ferramenta, portanto, que contribui para dar estabilidade às políticas culturais.

Foram muitas etapas até chegarmos neste momento, reuniões públicas, plenárias, discussões no centro, nos bairros, no interior, nas comunidades, como as ocorridas no Fórum Municipal de Cultura. Estes múltiplos encontros possibilitaram diálogos que nos auxiliaram a construir um documento abrangente, que busca atender a diversidade cultural do povo riograndino. A aprovação do nosso Plano, atende a meta número um do Plano Nacional de Cultura, inserindo Rio Grande no mapa da cultura brasileira.

A Secretaria de Município da Cultura realizou no ano de 2012, fóruns setoriais que atendiam aos segmentos então constantes na lei que criou o primeiro Conselho Municipal de Cultura, LEI Nº 6435, De 03 de setembro de 2007: Segmento de Dança; Segmento de Música; Segmento de Teatro, Circo e Ópera; Segmento de Cinema, Fotografia e Vídeo; Segmento de Artes Plásticas e Artes Gráficas; Segmento de Literatura; Segmento de Folclore e Artesanato; Segmento de Preservação e Restauração do Acervo do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural; Segmento de Museus, Bibliotecas e Centros Artísticos e Culturais; Segmento de Blocos, Escolas de Samba e Carnaval de Rua; Segmento de Bandas Marciais e/ou Musicais; Segmento de Arqueologia e Parques Temáticos.

Nestas reuniões chamadas “Pactos Culturais” foram compiladas demandas específicas de cada segmento, constantes nesse Plano Municipal, que se somam às demandas apresentadas na IV Conferência Municipal de Cultura, realizada no ano de

2013, no I Fórum Municipal de Cultura, realizado no ano de 2015, nos Fóruns Territoriais realizados também no ano de 2015 e no II Fórum Municipal de Cultura, realizada em 2017.

A consolidação do Plano Municipal de Cultura proporcionará avançar na política de transferência fundo a fundo com o estado e a União, garantindo novas possibilidades para o fomento da cultura local, ampliar a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas, através do Conselho Municipal de Política Cultural e trabalhar na capacitação dos agentes culturais para a elaboração e encaminhamento de projetos, a partir de instrumentos como o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) e do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura (PROMFAC).

Uma proposta que transcende governos, que visa à valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da cultura do Rio Grande. Viva, como é a cultura, as nossas águas, o nosso povo. Elaborada para e pela comunidade local, protagonista neste processo.

Rio Grande: Uma cidade histórica, Noiva do Mar e Patrimônio do Rio Grande do Sul

Rio Grande é a cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul está localizada na margem sul do estuário que conduz ao Oceano Atlântico as águas da imensa laguna, conhecida como Lagoa dos Patos. Os primeiros navegadores que no século XVI singraram o Atlântico Sul, imaginaram que o canal lagunar que interrompia as extensas áreas arenosas fosse um grande rio, o que deu origem ao nome da cidade e do próprio Estado do Rio Grande do Sul.

A cidade foi fundada em 19 de fevereiro de 1737, pelo Brigadeiro José da Silva Paes, comandante de uma expedição militar portuguesa cujo objetivo era assegurar aos lusitanos as posses das terras do sul. Naquela época, lusos-brasileiros e espanhóis-castelhanos defrontavam-se em encarniçadas batalhas em território hoje pertencente ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai, antiga Colônia do Sacramento. Por isso, a barra do então chamado Rio Grande de São Pedro, representava um ponto estratégico para a instalação de um reduto militar, local escolhido por Silva Paes para erguer o Forte denominado Jesus, Maria e José.

Em 1751, o povoado que aí se formou foi elevado à condição de vila. No entanto, em 1763, a Vila de São Pedro do Rio Grande caiu sob o domínio espanhol, sob o qual permaneceu por 13 anos, até abril de 1776, quando foi reconquistada definitivamente pelos portugueses.

Em 1835 a Vila do Rio Grande de São Pedro passou a denominação de Cidade do Rio Grande. Devido a Revolução Farroupilha Rio Grande retornou a condição de Capital da Província, pois ocorreu a transferência da Sede do Governo Imperial, ameaçada pelos Farroupilhas para o nosso município.

A posição geográfica estratégica da cidade consolidou-se também em tempos de paz. A condição de único porto marítimo do Estado, por onde passavam todos os imigrantes e todo o comércio internacional, aliada à riqueza pesqueira e agropecuária da região, atraíram os colonizadores europeus e definiram as bases da economia atual: atividades portuárias e pesqueiras, refinação de petróleo, indústria, comércio, turismo e serviços.

A cidade, que hoje possui aproximadamente 207 mil habitantes, sedia o 5º Distrito Naval, o 6º Grupo de Artilharia de Campanha, 6º Batalhão de Polícia Militar, a Universidade Federal do Rio Grande, as Faculdades Anhanguera, a Estação de Apoio Antártico, a Refinaria de Petróleo Riograndense (antiga refinaria Ipiranga, o marco inicial do refino de petróleo no Rio Grande do Sul) e um moderno e movimentado porto internacional de águas profundas, destinado a ser o porto concentrador de cargas do Mercosul. Rio Grande tem se destacado em âmbito estadual e nacional ao longo dos últimos anos com a ampliação do canal no porto da cidade e novos investimentos deram novo fôlego à economia do município. Um polo naval está se consolidando

em Rio Grande. Seus inúmeros museus, seus prédios históricos e com valor arquitetônico, seu peculiar ecossistema, a proximidade da Estação Ecológica do Taim, os impressionantes Molhes da Barra (Constituído de dois braços de pedras que adentram o oceano, tendo como função principal manter constante a profundidade do canal para a navegação, além de servir também como quebra-mar. Considerada uma das maiores obras de engenharia do século XIX (menor apenas que os canais de Suez e do Panamá) oferece passeio nas vagonetas à vela, que deslizam sobre trilhos, movidas pela brisa marítima) e o excelente balneário do Cassino, dentre outros atrativos, fazem do Rio Grande, o principal polo turístico da metade sul do Estado.



É também dos municípios que compõem a "Costa Doce", o maior complexo lacustre do mundo. Lagoas: Mangueira, Mirim e dos Patos.

A principal imigração ocorrida no município foi de portugueses provenientes da Póvoa de Varzim, Aveiro, zona da Bairrada e do arquipélago dos Açores, que influíram profundamente na cultura e na arquitetura da cidade. Outras etnias que também se estabeleceram na cidade foram os africanos, italianos, alemães, poloneses, árabes libaneses e, em menor número, árabes palestinos, ingleses, espanhóis e japoneses.

O município do Rio Grande possui uma área de 3090,33 km². Em 2010 apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de 0,744 o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,861, seguida de Renda, com índice de 0,752, e de Educação, com índice de 0,637. Rio Grande ocupa a 667^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Rio Grande – RS			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,314	0,491	0,637
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	30,49	42,11	58,36
% de 5 a 6 anos na escola	24,95	66,80	83,50
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	57,75	73,47	87,90
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	28,84	45,49	53,79
% de 18 a 20 anos com médio completo	15,51	26,77	41,13
IDHM Longevidade	0,717	0,804	0,861
Esperança de vida ao nascer	68,02	73,21	76,66
IDHM Renda	0,651	0,702	0,752
Renda per capita	458,75	631,79	859,20

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Quanto sua estrutura etária, entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 50,62% para 44,32% e a taxa de envelhecimento, de 7,84% para 9,27%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 56,07% e 6,60%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Razão de dependência- Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

Taxa de envelhecimento- Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Estrutura Etária da População - Município - Rio Grande – RS						
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	50.567	29,33	48.066	25,77	42.286	21,44
15 a 64 anos	110.478	64,07	123.848	66,39	136.657	69,29
População de 65 anos ou mais	11.377	6,60	14.630	7,84	18.285	9,27
Razão de dependência	56,07	-	50,62	-	44,32	-
Taxa de envelhecimento	6,60	-	7,84	-	9,27	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 14,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 10,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 23,6. Já na UF, a taxa era de 12,4, em 2010, de 16,7, em 2000 e 22,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Rio Grande - RS			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	68,0	73,2	76,7
Mortalidade infantil	23,6	14,1	10,6
Mortalidade até 5 anos de idade	27,7	16,6	12,4
Taxa de fecundidade total	2,6	2,5	2,0

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 3,5 anos na última década, passando de 73,2 anos, em 2000, para 76,7 anos, em 2010. Em 1991, era de 68,0 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos

indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 83,50%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 87,90%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 53,79%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 41,13%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 58,55 pontos percentuais, 30,15 pontos percentuais, 24,95 pontos percentuais e 25,62 pontos percentuais.

Em 2010, 80,68% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 80,49% e, em 1991, 80,33%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 23,17% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 9,90% e, em 1991, 7,27%.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 42,11% para 58,36%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 30,49% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 5,52% eram analfabetos, 54,94% tinham o ensino fundamental completo, 38,45% possuíam o ensino médio completo e 11,22%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

A renda per capita média de Rio Grande cresceu 87,29% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 458,75, em 1991, para R\$ 631,79, em 2000, e para R\$ 859,20, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,36%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,62%, entre 1991 e 2000, e 3,12%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 23,27%, em 1991, para 17,05%, em 2000, e para 6,99%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,54, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,51, em 2010.

DIAGNÓSTICO -A CULTURA QUE TEMOS

Este diagnóstico está organizado em dois momentos, o primeiro tem por objetivo apresentar a composição do Sistema Municipal de Cultura, sua organização institucional, evidenciando a infraestrutura básica para a cultura e para a gestão de políticas culturais à luz das metas nacionais. O segundo momento apresenta os desafios e oportunidades apontados na IV Conferência Municipal de Cultura onde o cenário cultural da cidade foi avaliado por meio dos seguintes eixos temáticos: Implementação do Sistema Municipal de Cultura, Produção Simbólica e Diversidade Cultural, Cidadania e Direitos Culturais e Economia Criativa.

Inicialmente, torna-se necessário contextualizar o conceito de cultura no qual este plano está comprometido. A cultura desempenha diferentes papéis na sociedade. Ela pode ser vista sob diferentes perspectivas e considerada em diferentes dimensões (simbólica, política e econômica). Durante muito tempo, quando se falava em “cultura” normalmente estava-se referindo à esfera das artes e do patrimônio. Com o passar do tempo o conceito de cultura foi sendo ampliado, incorporando outros segmentos para além dos tradicionais.

O texto-base da II Conferência Nacional de Cultura enxerga a cultura humana como “o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural.” Pensar em “Culturas no plural” implica em reconhecer a diversidade das manifestações e valorizar os diversos sotaques, valores, crenças, festas e práticas, que caracterizam os diferentes grupos que constituem o Brasil.

Este plano municipal de cultura pactua dos princípios da dimensão política da cultura, estabelecido no Art. 215 da Constituição Brasileira de 1988, que afirma que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais.” Com isso a Constituição faz duas afirmações que merecem destaque: em primeiro lugar, ver na cultura um direito e, em segundo, postular a legitimidade de intervenções do Estado no campo da cultura. Sendo assim, a ideia da cultura como um direito deve formar a base para políticas públicas de cultura no nosso país e do nosso município. São direitos culturais:

- Direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito ao patrimônio cultural)
- Direito à participação na vida cultural
- Direito à livre participação nas decisões de política cultural
- Direito autoral
- Direito ao intercâmbio cultural (nacional e internacional)

A política nacional e a lei 8080/2017 que dispõe do Sistema Municipal de Cultura considera a cultura em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio de diversas línguas, valores, crenças e

práticas. Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, os quais variam de tal forma que só é possível falar em culturas humanas, no plural. Adotar a dimensão simbólica possibilita superar a tradicional separação entre políticas de fomento à cultura (geralmente destinadas às artes) e de proteção do patrimônio cultural, pois ambas se referem ao conjunto da produção simbólica da sociedade.

A dimensão cidadã fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais. Essa dimensão está garantida na Constituição Brasileira.

A dimensão econômica compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura, hoje, é considerada elemento estratégico da chamada nova economia ou economia do conhecimento, que se baseia na informação e na criatividade, impulsionadas pelos investimentos em educação e cultura.

Desta forma, o presente diagnóstico busca apresentar as demandas culturais do Município do Rio Grande, compreendidas por meio das perspectivas aqui apresentadas, um diagnóstico comprometido com a construção de uma política pública municipal que valoriza as diversidades culturais e busca criar mecanismos que garantam o acesso aos direitos culturais, através da implementação de um Sistema Municipal de Cultura.

SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos. Neste sentido, tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural; assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, e de todos os distritos, regiões e bairros do Município; articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas,

considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município; promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis; criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC; e estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura

De acordo com a lei nº 8080/2017 o Sistema Municipal de Cultura deve orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federado e da sociedade civil por meio dos seguintes princípios:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

O Sistema Municipal de Cultura – SMC do Rio Grande está organizado em três segmentos:

I. Coordenação:

a) Secretaria de Município da Cultura – SECULT

Instalada em 10 de julho do ano de 2012, em conformidade à Lei Municipal nº 7265, de 04 de julho de 2012, a Secretaria de Município da Cultura tem como finalidade o planejamento, proposição, articulação, coordenação, execução e avaliação das políticas públicas na área da cultura, em sintonia com órgãos federais, estaduais e com o Conselho Municipal de Política Cultural.

Compete à Secretaria de Município da Cultura:

- o planejamento, proposição, articulação, coordenação, integração, execução e avaliação das políticas municipais relativas à cultura, no âmbito de competência do

Município, em sintonia com órgãos federal, estadual e com o Conselho Municipal da Cultura;

- a formulação de políticas e diretrizes de desenvolvimento cultural para o Município, observadas as peculiaridades locais;
- o fomento de pesquisas nas áreas de atuação da Secretaria de Município da Cultura;
- o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial e atuar na formação da consciência pública sobre a necessidade de proteger, melhorar e conservar o patrimônio cultural e artístico existente no Município;
- a articulação com outros órgãos e Secretarias de Município para a integração de suas atividades;
- a organização, manutenção e desenvolvimento das instituições do Sistema Municipal de Cultura, integrando-se às políticas e planos culturais da União e do Estado;
- a manutenção de intercâmbio com entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de planos, programas e projetos culturais;
- a manutenção e gestão dos equipamentos públicos da área da cultura vinculados administrativamente à Secretaria de Município;
- a atualização do banco de dados e informações gerenciais;
- outras competências correlatas a serem regulamentadas por decreto.

II - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

a) Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

O Conselho Municipal de Política Cultural é uma instância de caráter permanente, consultiva e deliberativa, vinculada à estrutura do órgão gestor da Cultura, que deve garantir dotação orçamentária para seu funcionamento e apoio administrativo. Atua na formulação de diretrizes e estratégias e no controle da execução das políticas públicas de cultura.

É uma instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura político-administrativa do Poder Executivo, constituído por membros do Poder Público e da Sociedade Civil. Criado por lei, tem como principais atribuições:

- propor e aprovar, a partir das decisões tomadas nas conferências, as diretrizes gerais do Plano de Cultura e acompanhar a sua execução;
- apreciar e aprovar as diretrizes gerais do Sistema de Financiamento à Cultura e acompanhar o funcionamento dos seus instrumentos, em especial o Fundo de Cultura
- fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos decorrentes das transferências federativas.

O Conselho deve ter na sua composição pelo menos 50% de representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, e ser instituído em todas as

instâncias da Federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

b) Conferência Municipal de Cultura – CMC

A Conferência Municipal é a reunião da sociedade civil e do poder público para avaliação, análise e proposição de grandes diretrizes de políticas culturais. Constitui-se numa instância de participação social, na qual ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no Município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

III - Instrumentos de Gestão

a) Plano Municipal de Cultura - PMC

O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMF

O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município do Rio Grande, que devem ser diversificados e articulados. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município do Rio Grande: o orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA); o Fundo Municipal de Cultura e o Programa de Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISSQN e ITBI, conforme Lei Municipal nº 5.580, de 06 de dezembro de 2001.

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC

O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

- coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e

racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura - PMC e sua revisão nos prazos previstos;

- disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;
- exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura - PMC.

d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC

O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC tem como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura. Neste sentido, deve promover: a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população; e a formação nas áreas técnicas e artísticas. Estes segmentos e suas composições atuam de forma integrada e dialógica, construindo assim uma rede de ação que garante o exercício de uma política cultural descentralizada e constituída por princípios de uma gestão democrática, como podemos visualizar na imagem a seguir:



DESAFIOS E OPORTUNIDADES:

Aqui temos como objetivo apresentar a percepção do que precisa ser superado e alavancado pelo município. Os desafios emergem das dificuldades e obstáculos diagnosticados pelo estudo e pela compreensão da realidade atual e que exigem superação para se chegar a uma nova realidade necessária e desejada, ao mesmo tempo faz emergir, também, a visão de oportunidades. Desafios e oportunidades estimulam a superação de situações adversas, impulsionam o interesse coletivo e mobilizam iniciativas.

Assim, o presente diagnóstico resulta da realização da IV Conferência Municipal de Cultura onde avaliou-se o cenário cultural da cidade por meio dos seguintes eixos temáticos: **Implementação do Sistema Municipal de Cultura, Produção Simbólica e Diversidade Cultural, Cidadania e Direitos Culturais e Economia Criativa**; bem como reuniões realizadas por segmentos, durante a programação dos Fóruns Municipais de Cultura, realizado nos anos de 2015 e 2017, e dos Fóruns Territoriais realizados também no ano de 2015. Os segmentos reuniram-se nos seguintes grupos (fóruns setoriais): Artes Visuais, Artes Cênicas, Literatura, Audiovisual, Música, Empresas e Produtores Culturais, Organizações de Sociedade Civil e Trabalhadores da Cultura, Culturas Identitárias e Inclusivas, Artesanato, Patrimônio Material e Imaterial e Cultura Popular:

a) Síntese dos Eixos Temáticos:

Eixo 1 - Implementação do Sistema Municipal de Cultura

Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none">- Realizar atividades públicas com o objetivo de apresentar a estrutura e finalidade da Secretaria de Município da Cultura: objetivos, orçamento, pessoal, qualificação, estruturas e a forma de relacionamento com os níveis estadual e federal;- Garantir a renovação periódica das esferas de participação e representação social;- Garantir a continuidade dos processos de livre participação popular na orientação das políticas de cultura, para além das Conferências de Cultura	<ul style="list-style-type: none">*Realização dos Fóruns e Conferências Municipais;*Aprovação da Lei Municipal 8080/2017 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura;*Agendar reuniões periódicas, com datas pré-estabelecidas, para continuar as discussões, através da criação de Fóruns permanentes organizados através do Conselho Municipal de Políticas Culturais.
<ul style="list-style-type: none">- Reestruturar as leis de incentivo à cultura	<ul style="list-style-type: none">*Criar uma política de compensação em relação aos impactos culturais e sociais provocados pelos empreendimentos da iniciativa privada;*Garantir o investimento público nos fundos municipal, estadual e federal, além da

	<p>captação junto à iniciativa privada;</p> <p>*Garantir as condições para preservação, salvaguarda, difusão e promoção do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, vinculando percentuais do orçamento e dos fundos públicos.</p>
<p>- Democratizar o acesso às informações acerca do orçamento público, bem como a participação popular na sua definição;</p> <p>- Democratizar as informações e a deliberação acerca das finalidades do orçamento e do Fundo Municipal.</p>	<p>*Promover debates públicos para construção de estratégias de ampliação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura.</p>
<p>- Garantir, no âmbito do Plano Municipal de Cultura, a democratização das informações e da deliberação acerca das finalidades e atribuições da gestão municipal de cultura;</p> <p>- Garantir as condições de acesso às várias manifestações culturais, sejam elas eruditas ou populares</p>	<p>*Criar uma política de comunicação online e impressa que garanta a visibilidade ao Sistema Municipal de Cultura;</p> <p>*Garantir recursos para a divulgação e mobilização dos processos de participação popular.</p>
<p>- Promover e viabilizar a adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura</p>	<p>*Democratizar as informações relacionadas ao Sistema de Indicadores, com plataformas digitais;</p> <p>*Promover o mapeamento da produção cultural da cidade.</p>
<p>- Promover a formação de gestores públicos e da sociedade civil;</p> <p>- Promover o suporte à comunidade cultural, na elaboração de projetos com incubação, capacitação e divulgação de editais em parceria com a Universidade, dentre outros.</p>	<p>*Colocar em funcionamento o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC previsto na Lei 8080/2017.</p>

Eixo 2 – Produção Simbólica e Diversidade Cultural

Desafios	Oportunidades
<p>- Criação, produção, preservação, intercâmbio, integração e circulação de Bens Artísticos e Culturais.</p>	<p>*Educação e formação artística e cultural, principalmente nas escolas, nas associações de bairros, nas escolas de samba, clubes de futebol, museus e praças, através da realização de ações itinerantes que promovam o envolvimento dos agentes culturais da cidade.</p>
<p>- Democratização da comunicação e cultura digital, através da realização de ações desenvolvidas nas associações de bairros</p>	<p>*Criação de jornais e rádios comunitárias.</p>
<p>- Valorização do patrimônio cultural e proteção aos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais</p>	<p>*Valorização, fortalecimento e ampliação dos Pontos de Cultura da cidade.</p>

Eixo 3 – Cidadania e Direitos Culturais

Desafios	Oportunidades
- Democratização e ampliação do acesso à cultura e descentralização da rede de equipamentos, serviços e espaços culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais, valorização da diversidade cultural, acessibilidade e tecnologias sociais.	<ul style="list-style-type: none"> *Revitalização e criação de espaços públicos para atender as demandas e manifestações multiculturais; *Garantia do direito à cultura através da descentralização dos espaços culturais Realização de fóruns e seminários para discutir as políticas culturais do município qualificando os agentes culturais através de palestras e oficinas; *Tornar as escolas públicas e universidades como um equipamento de cultura (com uso inclusive aos finais de semana) para formação, difusão e reflexão das práticas culturais; *Mapeamento de atividades, lugares, grupos e fazeres culturais formulando mecanismos de difusão para fortalecer a identidade territorial e explicitar a diversidade cultural; *Equipar os atuais espaços culturais (e os que vierem a ser criados) com as normas de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.
- Valorização e fomento das iniciativas culturais locais e articulação em rede.	<ul style="list-style-type: none"> *Implantar no município as ações do programa Cultura Viva do MINC; *Realização de um censo com cadastramento de artistas e produtores culturais do município.
- Garantir formação para diversidade, proteção e salvaguarda do direito à memória e identidades	<ul style="list-style-type: none"> *Desenvolver programas e práticas pedagógico-culturais de valorização das identidades, memórias da comunidade tradicional do município; *Reconhecer as escolas como um ponto de cultura potencial que inclua no currículo escolar aulas de educação patrimonial com educadores populares, mestres e griôs; *Mapeamento do patrimônio cultural da cidade (material e imaterial) e criar mecanismos de salvaguarda e divulgação; *Criar mecanismos de remuneração (bolsas) para agentes comunitários culturais.

Eixo 4 – Economia Criativa

Desafios	Oportunidades
- Qualificação para realização de projetos, através de curso especializado, para que possam ser aprovados e realizados.	*Criar um Centro de Apoio ao Artista, com assistência jurídica e contábil, visando o atendimento e esclarecimento para artistas através da aplicabilidade da Lei Cultura Viva.

- Levantamento para identificação do território criativo, característico de Rio Grande: temos que saber o que somos.	*Apoio para ações que identifiquem grupos locais, mapeamento de artistas com cadastro, até mesmo a nível nacional (SNC); *Agrupar artistas em Associação de forma geral para que Rio Grande se fortaleça como um território cultural.
- Criar condições para o intercâmbio cultural internacional.	*Intercâmbio cultural na forma de eventos em conjunto à prática do turismo.
- Incentivar as políticas – PAC – Cidade Histórica	*calendário de apresentações semanais para tornar a cultura local um hábito; *Utilização de espaços públicos para manifestações culturais, como o coreto da praça Tamandaré; *Centro de Referência para informações em lugar amplamente divulgado; *Espaços de diálogos para os diversos segmentos culturais a fim de descentralizar a informação; *Buscar a participação da população local nos eventos realizados.

b) Síntese das Setoriais:

Setorial: Artes Visuais

Desafios	Oportunidades
- Qualificar os processos de gestão e organização das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de ações nas artes visuais, visando reconhecer e valorizar as diferentes identidades culturais do município, dando maior visibilidade às produções locais.	*Criar o Fundo de apoio para custeio de artistas, com recursos destinados à apoio financeiro para participação em eventos em outras localidades do estado, do país e internacional; *Garantir a existência do Atelier Livre do Mercado para fomentar o desenvolvimento do ensino de arte, ações voltadas à formação de artistas locais e residência artística, e buscar ampliação desta proposta na constituição de novos espaços, instituindo a ação nos Prédios das Estações Ferroviárias do Centro, dos distritos da Vila da Quinta e do Povo Novo; *Garantir a aquisição de equipamentos e materiais diversificados para manutenção do Ateliê Livre, oportunizando a produção de diferentes linguagens artísticas; *Realizar mapeamento visando registrar e dar visibilidade aos espaços de produção, promoção, criação e formação existentes no município;

	<ul style="list-style-type: none"> *Qualificar a curadoria de concursos, festivais e seminários alinhados com os coletivos das diversas linguagens; *Criar um sistema virtual de cadastro com espaço para currículo e fomento de produtos de arte para artistas locais; *Realizar simpósios, seminários, fóruns e encontros no campo das artes; *Criar mecanismos de gestão que amplie o acesso dos artistas locais aos eventos culturais do município. *Criar espaços gratuitos de exposição para divulgação e comercialização das produções artísticas junto a eventos com fins lucrativos e festas populares; *Avaliar, qualificar e criar mecanismos para a aplicabilidade da Lei N° 7182/2012, que autoriza a execução de obras de arte em edificações.
<p>- Garantir espaços no município que oportunizem o acesso da comunidade à múltiplas intervenções artísticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Buscar recursos para o desenvolvimento de Arte na rua e nas escolas; *Criar e fortalecer os espaços culturais nos bairros para dar visibilidade e acesso as produções de arte; *Criação de mais Galerias e Espaços Expositivos abertos à comunidade; *Articulação com espaços públicos para o desenvolvimento de editais que oportunizem a realização de exposições artísticas, fomentando políticas de acesso aos artistas locais e de outras regiões por meio de residência artística; *Dialogar com a Secretaria de Educação para avaliar as propostas da Escola de Belas Artes e da Escola Viva, criando ações de maior articulação entre a educação e a cultura, bem como fortalecer o acesso da comunidade para além das ações de ensino das artes, promovendo tempos e espaços de visitação, colaborando assim para a formação de público.

Setorial: Artes Cênicas

Desafios	Oportunidades
<p>- Solidificar a política cultural do município no campo das artes cênicas, visando o desenvolvimento de estratégias que contemplem a diversidade artística e cultural do município.</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Proporcionar através do poder público cursos de qualificação artística, lembrando que existem profissionais qualificados também na região;

	<p>*Garantir o fomento de editais e estratégias que contemplem o processo criativo/montagem, manutenção e circulação de espetáculos locais;</p> <p>*Valorizar os artistas e grupos locais, oportunizando maior acesso aos eventos promovidos no município;</p> <p>*Realizar mostras não competitivas entre os segmentos das artes cênicas, como: teatro, ópera, circo e dança;</p> <p>*Apoiar eventos de integração que envolvam grupos de tradição gaúcha, hip-hop e outras manifestações de cultura popular;</p> <p>*Dialogar com a SMEd visando compreender os processos de ensino das artes nas escolas, visando oportunizar o desenvolvimento de ações nas quatro linguagens, por profissionais capacitados com formação específica.</p>
- Criação de novos espaços e manutenção dos espaços existentes para realização de apresentação e processo, respeitando a especificidade de cada segmento das artes cênicas.	<p>*Manutenção e ampliação de equipamentos e estrutura do Teatro Municipal;</p> <p>*Projetos itinerantes para levar produções culturais às periferias;</p> <p>*Estimular a criação de teatros de bolso públicos para os bairros do município;</p>

Setorial: Literatura

Desafios	Oportunidade
- Fortalecer a gestão das bibliotecas públicas e conveniadas.	<p>*Criar o Sistema Municipal de Biblioteca Pública;</p> <p>*Qualificar o convênio junto a Biblioteca Rio-grandense através de projetos culturais e de patrimônio;</p> <p>*Fomentar editais para a publicação de livros de autores e de coletivos rio-grandinos;</p> <p>*Criar a sala de leitura que abrigue livros de autores rio-grandinos e rio-grandenses;</p> <p>*Capacitar agentes em leitura e contação de histórias, envolvendo profissionais das bibliotecas escolares;</p> <p>*Colocar em funcionamento a política nacional promovendo ações voltadas para o desenvolvimento de políticas que colaborem para a formação de leitores, bem como fomentar editais que oportunizem residência literária.</p>
- Criação de Plano Municipal de Livro, Leitura e Literatura.	<p>*Contemplar no plano de leitura ações de fomento aos coletivos literários da cidade;</p> <p>*Prever no plano municipal do livro, meios para manutenção e aquisição de acervo para as bibliotecas municipais e projetos literários.</p>

- Fomentar uma agenda literária que oportunize apresentações de produtores literários, inclusive com espaço para laboratório literário.	*Realizar uma Festa Literária anual; *Resgatar a realização do Prêmio Apolinário Porto Alegre com ênfase em temáticas locais.
---	--

Setorial: Audiovisual

Desafios	Oportunidades
- Criação e implementação de políticas públicas que fomentem produções de audiovisual	*Criar um laboratório de audiovisual aberto a comunidade e que oportunize espaços para criação, produção, apresentação e divulgação de projetos produzidos no município; *Criar ações que integrem os produtores de audiovisual do município com ênfase no acesso a informação; *Promover capacitação e qualificação profissional para o segmento, em todos os níveis; *Incentivar circuitos de exibição e exposição nas comunidades; *Fomentar editais com oportunidade para a produção audiovisual; *Criar uma agenda cultural do segmento com promoções diversas que valorizem a produção local

Setorial: Música

Desafios	Oportunidades
- Criação e implementação de políticas públicas para a música no município.	*Realizar mapeamento dos espaços culturais públicos e privados e dos músicos locais; *Garantir espaços permanentes para a realização de apresentações dos músicos locais e promover a descentralização da cultura local; *Viabilizar a aquisição e a criação de equipamento público municipal de sonorização e iluminação de qualidade, para a realização de eventos musicais; *Contratar profissionais com capacitação técnica e artística para a realização de serviços de sonorização e iluminação; *Garantir a realização de Fórum permanente; *Planejar e executar uma proposta de criação de um estúdio público de gravação, que poderá ser articulado a demanda do laboratório de audiovisual;
- Desenvolvimento de ações e propostas que contribuam para valorização e visibilidade dos músicos locais	*Realizar oficinas de música para a formação e qualificação dos músicos e da comunidade rio-grandina;

	<ul style="list-style-type: none"> *Criar festivais, circuitos e eventos municipais de música, que oportunizem espaços de divulgação da produção local; *Criar eventos voltados a mostra de música autoral, visando incentivar e valorizar os compositores;
- Criação de propostas, convênios e projetos que favoreçam maior integração junto as escolas da rede municipal	<ul style="list-style-type: none"> *Otimizar o uso dos instrumentos musicais, em especial os das bandas escolares, visando a manutenção do projeto em diferentes escolas; *Implantar projetos musicais com escolas; *Construir junto a proposta pedagógica de ensino da Rede Municipal a compreensão e reconhecimento da transversalidade da música com demais áreas da arte *Fomentar editais de contratação de educadores musicais para realização de oficinas e projetos nas escolas; *Oportunizar encontros permanentes de banda marcial e musical;

Setorial: Empresas e Produtores Culturais

Desafios	Oportunidades
- Implementar a política nacional, estadual e municipal de incentivo à cultura, de acordo com a legislação vigente.	<ul style="list-style-type: none"> *Oportunizar capacitação acerca das políticas de incentivo fiscal existentes; *Criar mecanismos de informação sobre as políticas de incentivo fiscal de forma ampla; *Capacitar as empresas sobre o funcionamento de incentivos fiscais para o financiamento da arte local; *Ampliar o número de editais contemplando processos criativos, circulação e manutenção dos produtos culturais; *Garantir espaços formativos, com vistas a qualificar os espetáculos artístico culturais do município, para que possam participar dos processos de contratação para eventos promovidos pelo poder público;

Setorial: Organizações de Sociedade Civil e Trabalhadores da Cultura

Desafios	Oportunidades
- Implementação de Políticas Públicas Culturais objetivando o fortalecimento das Organizações de Sociedade Civil e Trabalhadores da Cultura.	<ul style="list-style-type: none"> *Oportunizar descentralização da cultura; *Fomentar ações culturais através de editais para o respectivo segmento; *Ativar os instrumentos de financiamentos culturais (Lei de Incentivo à Cultura/LIC Municipal); *Implementar espaços culturais de forma descentralizada, buscando parcerias intersetoriais;

	<p>*Apoiar a PEC 150/2003 referente a orçamento destinado a cultura;</p> <p>*Adquirir estrutura móvel dotada de aparelhagens específicas, por parte da SECULT, para a realização de atividades culturais;</p> <p>*Priorizar a meta orçamentária do vigésimo para o primeiro lugar no Plano de Ações, para mostrar a importância da cultura no âmbito do Município atingindo o orçamento de 0,16% a 1%;</p> <p>*Produzir ações culturais com o fomento da SECULT;</p> <p>*Pleitear os recursos não executados da Câmara dos Vereadores do Município do Rio Grande, para que sejam destinados ao Fundo de Cultura;</p>
--	--

Setorial: Culturas Identitárias e inclusivas

Desafios	Oportunidades
<p>- Participação de representantes das comunidades tradicionais junto ao Poder Público garantindo maior espaço de diálogo.</p>	<p>*Formalizar parcerias com escolas, associações de bairro, sindicatos e demais entidades, por intermédio do poder público, objetivando a criação de pólos culturais, centros integrados, entre associações, comunidades tradicionais indígenas, afro-brasileira, quilombolas, povos de terreiro, juventude, LGBTI,);</p> <p>*Desenvolver projeto de ações culturais em parceria com as secretarias do município;</p> <p>*Desenvolver projetos artístico-culturais em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande/FURG e a Prefeitura Municipal, para geração de emprego, renda e inclusão social;</p> <p>*Solicitar junto a Câmara de Vereadores do município do Rio Grande para reconhecimento da presença indígena e seus conhecimentos como Patrimônio Imaterial;</p> <p>*Criar espaços para manifestação das culturas identitárias;</p>

Setorial: Artesanato

Desafios	Oportunidades
<p>Qualificação, valorização e divulgação do artesanato local.</p>	<p>- Oportunizar espaço institucional para a comercialização, exposição e oficinas de artesanato e trabalhos manuais, com infraestrutura e segurança;</p> <p>- Realizar feiras de artesanato em diferentes locais;</p>

	<p>- Valorizar o artesanato local utilizando-o na decoração de eventos realizados no município;</p> <p>*Estimular a comercialização do artesanato local em eventos e em datas comemorativas;</p> <p>*Realizar formação na área de Artesanato e de Gestão;</p> <p>*Manter o Projeto Quitanda Cultural, integrando atrações culturais e oferecendo mais segurança ao local;</p> <p>*Criar políticas de valorização do Artesanato comercializado no Cassino, compreendendo a sua singularidade.</p>
--	--

Setorial: Patrimônio Material e Imaterial

Desafios	Oportunidades
<p>- Incentivar a educação com o foco em patrimônio, na criação de legislação específica e programas especiais;</p>	<p>*Criar um setor específico de patrimônio na SECULT para a gestão do patrimônio material e imaterial formando um sistema paritário representado pelo órgão gestor, sociedade civil e outros segmentos, garantindo corpo técnico permanente e agente político para captação de recursos;</p> <p>*Publicizar legislações do município referentes ao patrimônio com o intuito de sua valorização e preservação;</p> <p>*Incentivar à preservação de bens patrimoniais através de captação em linhas de financiamento;</p> <p>*Formar um corpo técnico e de especialistas para a gestão do patrimônio;</p> <p>*Realizar fóruns e encontros multidisciplinares para a discussão acerca de temas relacionados ao patrimônio e suas estratégias de preservação;</p> <p>*Participar do grupo de trabalho no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico para maior integração nas discussões acerca de bens patrimoniais no município;</p> <p>*Salvaguardar o Arquivo Municipal;</p> <p>*Contratar na gestão administrativa uma equipe permanente observando o perfil adequado à temática, nas áreas de Arqueologia, História e Arquitetura, além de proporcionar capacitação continuada;</p> <p>*Criar um Sistema de Informação de Georreferenciamento/SIG, incluindo os inventários e banco de dados para cada segmento do patrimônio: Edificado, Monumentos, Arqueológico, Paisagem Urbana entre outros, disponibilizando a acesso as novas tecnologias.</p>

Setorial: Cultura Popular

Desafios	Oportunidades
<p>- Promover a cultura popular em suas mais diversas expressões, respeitando a pluralidade e fortalecendo as suas ações;</p>	<ul style="list-style-type: none">*Criar espaços, feiras, festivais, oficinas, nas diversas localidades do município, com a cooperação entre gestores públicos e privados para o fomento à cultura;*Desenvolver projetos e fomentar editais voltados à cultura Afro Brasileira e Povos Originários, de acordo com as Leis Nº 10.639 e a Lei Nº 11.645, no que tange a literatura, dança, música, pesquisa histórica, carnaval, teatro, sendo assim, com os diversos segmentos da cultura popular;*Criar parceria entre o setor público/privado para viabilizar a possibilidade de restauração de clubes negros para a criação de centros culturais, tornando-os equipamentos de fomento a cultura popular, sendo assim com os demais segmentos da cultura popular;*Oportunizar cooperação entre os povos tradicionais de matriz africana e o setor público para que se inclua no calendário anual de eventos do município, manifestações dos povos tradicionais de matriz africana;*Contribuir para o efetivo cumprimento da Lei Nº 10.639 e a Lei Nº 11.645 para que haja qualificação de profissionais nas escolas com conhecimento amplo da cultura dos povos tradicionais, de matriz africana e indígena;*Promover a formação de agentes e promotores culturais nas comunidades, de acordo com as suas demandas;*Promover a universalização de acesso e meios de produção e fruição cultural, para as culturas populares;*Oportunizar que as culturas populares, através dos povos tradicionais possam criar espaços de aprendizado de preservação e cuidado com a sustentabilidade do meio ambiente;*Oferecer oficinas e/ou cursos para formação de como participar de editais culturais;*Criar mecanismos para salvaguarda de bens materiais e imateriais de valor patrimonial da cultura Afro Brasileira, Povos Tradicionais e Originários do município;

Setorial: Regionais de Cultura

Desafios	Oportunidades
Fortalecer a cultura regional através de ações culturais e integração comunitária	*Apoiar a realização de eventos regionais, de acordo com as demandas de cada comunidade; *Incentivar o intercâmbio de artistas locais em eventos culturais; *Apoiar na divulgação de atividades culturais realizadas nas regiões, atingindo um público maior; *Proporcionar parcerias para a realização de eventos nas escolas a fim de alcançar o público infantil; *Incentivar a preservação das danças tradicionais e folclóricas, como um bem cultural regional;

Planejamento – A Cultura que queremos

Partindo da análise realizada através do diagnóstico cultural, foi possível construir uma proposta que apresenta a Cultura que queremos. O capítulo 3 deste plano tem por propósito apresentar o planejamento de diretrizes, prioridades, metas e estratégias que serão desenvolvidas a curto e longo prazo, no período de vigência deste plano.

Diretrizes e Prioridades

As diretrizes do Plano Municipal de Cultura são os princípios orientadores das ações na execução deste plano. Em conformidade com o Plano Nacional de Cultura, são elas:

- Reconhecer e promover a diversidade de expressões culturais no município, respeitando suas dinâmicas e protegendo suas formas de fazer e transmitir;
- Desenvolver a descentralização das políticas, programas, projetos e ações públicas, de modo a promover sistemas e circuitos que os valorizem e integrem;
- Consolidar o Sistema Municipal de Cultura e promover a participação social e o acesso à informação na gestão cultural do município, estruturando um Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais que sirva de ferramenta para a formulação, implantação, monitoramento e revisão das políticas;
- Expandir e qualificar a infraestrutura de espaços culturais aptos a oferecerem serviços públicos acessíveis e de qualidade em todas as regiões da cidade, considerando os equipamentos públicos e os espaços culturais independentes;
- Promover a ocupação dos espaços públicos com atividades artísticas e culturais, assegurando o direito à cidade e a transformação da cultura urbana;
- Conhecer, reconhecer, salvaguardar, valorizar e difundir os bens e paisagens culturais do município e ampliar o acesso aos acervos municipais;
- Promover a formação artística, técnica e de gestão cultural, com ênfase na ampliação do acesso e na descentralização territorial;
- Oferecer programação cultural diversificada através de uma política integrada que atinja todas as regiões da cidade, em diálogo com os vários públicos, territórios, linguagens e práticas culturais;
- Consolidar a cidadania cultural como pilar das políticas públicas de cultura, fortalecendo o acesso aos meios de produção e difusão cultural;
- Ampliar e qualificar as políticas para as artes, promovendo a produção, circulação, acesso e fruição nas diferentes linguagens artísticas;
- Desenvolver estratégias que reconheçam e fortaleçam a economia da cultura, contemplando a diversidade de cadeias e arranjos produtivos, a promoção da sustentabilidade e a interação com os mercados e instituições culturais que atuam na cidade.

Objetivos Gerais e Específicos

- Definir as políticas públicas que efetivem o exercício do direito constitucional à cultura;
- estabelecer um sistema público e participativo de gestão dessas políticas;
- ampliar o acesso à produção e fruição da cultura em todo o município do Rio Grande;
- reconhecer a cultura do município do Rio Grande como possibilidade de desenvolvimento socioeconômico;

Estratégias, Metas e ações

As estratégias, metas e ações descritas no Plano Municipal de Cultura foram elaboradas a partir da construção coletiva resultante dos Fóruns Municipais, Fóruns Regionais, Conferências e reuniões de segmentos realizadas nos últimos cinco anos.

META 01- Sistema Municipal de Cultura institucionalizado, com seus componentes ativos.

Assegurar a implementação e regularização total do Sistema Municipal de Cultura, e todos os seus componentes até o segundo ano de vigência do Plano Municipal de Cultura.

META 02- Sistema Municipal Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) ativo e atualizado.

Assegurar a implementação da plataforma de cadastro do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), com o objetivo de democratizar o acesso às informações na área da cultura, divulgando estatísticas, oportunidades, perfis de grupos, instituições e equipamentos, além de outras informações sobre as ofertas e demandas na área, até o segundo ano de vigência do Plano Municipal de Cultura.

META 03- Mapa Digital da Cultura no município ativo e atualizado.

Assegurar a implementação do Mapa Digital da Cultura no município, a fim de divulgar e reunir informações da área cultural, sincronizadas com a plataforma do SMIIC, até o terceiro ano de vigência do Plano Municipal de Cultura.

META 04- Política de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais.

Garantir a inclusão dos conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais na educação formal, através da elaboração de leis municipais específicas, e da criação de grupos de trabalho para assegurar a difusão desses saberes, até o quarto ano de vigência do Plano Municipal de Cultura.

META 05- Sistema Municipal de Bibliotecas implantado.

Garantir a implementação do Sistema Municipal de Bibliotecas, até o segundo ano de vigência do Plano Municipal de Cultura.

META 06- Sistema Municipal de Patrimônio Cultural implantado.

Garantir a implementação do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural implantado, até o terceiro ano de vigência do Plano Municipal de Cultura.

META 07- 50% das manifestações culturais mapeadas através do cadastro do SMIIC, atendidas pelas políticas públicas de promoção da diversidade cultural.

Garantir a democratização do acesso às políticas de cultura do município através do cadastro do SMIIC, atingindo no prazo de cinco anos de vigência do Plano Municipal de Cultura, 50% das manifestações cadastradas na plataforma.

META 08- Lei Municipal de Incentivo à Cultura atualizada.

Assegurar que no prazo máximo de um ano, a contar da aprovação do PMC, seja enviada à Câmara Municipal para aprovação, uma atualização da LEI Nº 5580, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2001, de Incentivos Fiscais para realização de projetos culturais no município.

META 09- 30 projetos financiados anualmente através do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (SMFC).

Assegurar que no prazo máximo de três anos, a contar da aprovação do PMC, no mínimo 30 projetos sejam financiados anualmente pelo Fundo Municipal de Cultura e pela Lei de Incentivo à Cultura.

META 10- Implantação do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura, aumentando a qualificação através de cursos, oficinas, seminários e fóruns (PROMFAC).

Assegurar que no prazo máximo de três anos, a contar da aprovação do PMC, O PROMFAC esteja implantado e em funcionamento, qualificando gestores, pesquisadores e trabalhadores da área da cultura.

META 11- 100% dos professores das escolas públicas da educação básica, com acesso à formação continuada com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural (PROMFAC).

Garantir a oferta de formação continuada aos professores da rede pública de ensino, através do Programa de Formação na Área da Cultura (PROMFAC), até o quinto ano de vigência do Plano Municipal de Cultura.

META 12- 100% dos equipamentos públicos, como museus, teatros e bibliotecas atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações que promovam a fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

Garantir a adaptação dos equipamentos públicos para atender às leis de acessibilidade, no prazo máximo de cinco anos, a contar da aprovação do PMC.

META 13- 100% das Bibliotecas Públicas, Museus e Centros de Inclusão Digital modernizados.

Garantir a modernização dos Centros de Inclusão Digital, das bibliotecas e museus públicos, no que tange às suas instalações, equipamento e acervos, no prazo máximo de dez anos, a contar da aprovação do PMC.

META 14- Aumento de 100% no número de Centros de Inclusão Digital.

Assegurar a implantação de, no mínimo, mais um Centro de Inclusão Digital, no prazo de três anos, a contar da aprovação do PMC.

META 15- Criação de um Núcleo de Produção Audiovisual.

Assegurar a implantação de um Núcleo de Produção Audiovisual no município, no prazo de cinco anos, a contar da aprovação do PMC.

META 16- Criação de um Núcleo de Arte Tecnológica e Inovação.

Assegurar a implantação de um Núcleo de Arte Tecnológica e Inovação no município, no prazo de sete anos, a contar da aprovação do PMC.

META 17- Realização de Fóruns e Conferências anuais.

Assegurar a realização de um Fórum Municipal da Cultura por ano, através do Conselho Municipal de Política Cultural, a fim de proporcionar a discussão dos avanços em relação ao Plano Municipal de Cultura, entre os segmentos. Uma Conferência Municipal da Cultura, através da parceria entre Secretaria de Município da Cultura e Conselho Municipal de Política Cultural, para ampliar o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, a contar da aprovação do PMC.

META 18- Criação de dois Centros Regionais de Cultura, em bairros da cidade distantes do centro.

Garantir a criação de dois Centros Regionais de Cultura, descentralizando as ações e as políticas públicas na área, no prazo de oito anos a contar da aprovação do PMC.

META 19- Estímulo à criação de novos espaços culturais.

Criar ações que fomentem a criação de espaços culturais que atendam às demandas dos segmentos, num prazo de cinco anos a contar da aprovação do PMC.

META 20- 1% do Orçamento Municipal para a Cultura.

Viabilizar a destinação de 1% do orçamento líquido da Prefeitura Municipal para a Cultura no Município, incluindo a alimentação do Fundo Municipal de Cultura e o orçamento da Secretaria de Município da Cultura, até o terceiro ano de vigência do PMC.

ANEXO I

Equipamentos, projetos e espaços públicos: breve diagnóstico da cena cultural

Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME – FURG)

Resgata a memória da Fundação Universidade Federal de Rio Grande (Furg), sua construção e fundação.

Possui em seu acervo fotografias, objetos de uso pessoal, documentos, jornais, projetos, relatórios, teses, publicações, mapas, quadros e placas que contam a história da Furg desde a criação das primeiras faculdades na década de 50.

Realiza reuniões e mesas redondas mensais sobre a história da FURG, com a participação de professores e funcionários ativos e aposentados, autoridades universitárias, acadêmicos, pós-graduandos e profissionais da comunidade.

Surgiu por ocasião da passagem dos 25 anos da FURG (1994) e foi reativado cinco anos depois, por ocasião das comemorações dos 30 anos da FURG (1999). Em 17 de dezembro de 1999, foi instituído como um órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantil. Em 7 de janeiro de 2000, foi inaugurado o Museu Histórico do NUME, instalado no pavilhão central do Campus Cidade da FURG.

Escola de Belas Artes Heitor de Lemos-EBAHL

Instituição municipal da cidade do Rio Grande que se originou de uma lei que deu essa denominação à Escola de Belas Artes Municipal, originária esta da transmutação do Conservatório de Música do Rio Grande. A EBAHL tem por objetivo proporcionar o ensino de Arte nas Áreas de Música, Dança e Artes Plásticas, conta com grupos de dança e conjuntos instrumentais, a galeria BRECHE (exposição de artistas e alunos) e a Biblioteca Valeska Inah Emil Martensen (especializada em Artes Plásticas, Dança e Música). Atualmente encontra-se vinculada à SMEd, Secretaria de Município da Educação.

Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen

O Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen, CMC, é uma instituição vinculada à Secretaria de Município da Cultura, fundado em 1985. O prédio que hoje abriga o Centro Municipal de Cultura é uma construção do final do século XIX e início do século XX. Foi mandado construir por Oscar Felipe Rheingantz, que ali viveu com sua esposa Alayde, e, onde nasceu sua filha Anna Maria, em 1907. A casa foi construída com porão alto, em estilo eclético, e volume central recuado buscando libertar-se dos padrões rígidos de alinhamento que caracterizam o Período Colonial e Imperial. O Centro Municipal de Cultura realiza palestras, lançamento de livros, oficinas de arte, bem como desenvolve diferentes projetos.

Teatro Municipal do Rio Grande

Inaugurado em 3 de maio de 1929. Foi construído para atividades do Cine Theatro Avenida por Antônio Marques Figueiredo e João Pereira de Andrade. Com fachada em estilo neoclássico composta por três portas principais separadas por dois pilares de seção retangular, encimadas por vitrais e emolduradas por cercadura em massa em continuidade com as duas pilastras externas. Apresenta outras duas portas menores nos extremos da construção e portões que dão acesso aos

corredores laterais. No alto do frontispício há a epígrafe com o nome da casa de espetáculos e a data de sua construção.

Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

O acervo da Fototeca Municipal teve sua formação dentro do Arquivo Histórico do Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen, setor desta instituição que objetivava salvaguardar documentos textuais, fotografias, livros, e demais acervos relacionados com história e memória da cidade do Rio Grande.

Este setor do Centro Municipal de Cultura recebeu no ano de 1986 uma Coleção de Fotografias da Professora de Canto e Piano, Inah Emil Martensen. Em 1º de Julho de 1997, para atender aos propósitos e demandas da comunidade a Prefeitura Municipal do Rio Grande cria através do Decreto nº 6985, a Fototeca Municipal e mais tarde, o Prefeito Municipal, através do Decreto 10288 de 27 de maio de 2009 assinou a denominação da instituição, que passou a chamar-se Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Pinacoteca Municipal Matteo Tonietti

Criada em 2 de setembro de 1985, pelo o decreto nº 4.609 a Pinacoteca Municipal Matteo Tonietti - Prefeitura Municipal do Rio Grande. É uma instituição que visa através das exposições na galeria de arte ou fora dela, criar diálogos e reflexões sobre linguagens artísticas, mostrando aos visitantes diferentes técnicas possíveis de ser aplicadas em obras de arte, transformando-as em patrimônio artístico e cultural da cidade.

Sala Multiuso

A Sala Multiuso, localizada no prédio da Prefeitura Municipal do Rio Grande, é um equipamento cultural reconhecido como sendo de utilidade pública. A Sala esta sob a gestão da Secretaria de Município da Cultura – SeCult, a qual mantém um funcionário Técnico Superior em Artes Visuais, que é responsável pelo agendamento das atividades artístico - culturais; dar orientações para quem vai usufruir do espaço de modo gratuito, além de zelar pelos equipamentos lá existentes.

Destacamos que o referido prédio é tombado pelo IPHAN. É um espaço democrático destinado ao exercício da arte e da cultura no município do Rio Grande e região.

Sobrado dos Azulejos

O prédio, situado nas esquinas das ruas Marechal Floriano e Francisco Marques, no centro histórico, é o único sobrado urbano do século XIX em estilo neoclássico e todo revestido de azulejos portugueses da região sul do país.

Foi construído por Antônio Benone Martins Viana em 1862. Caracteriza bem o uso de azulejos na fachada, um modismo brasileiro da época e muito apreciado na região norte e no litoral nordeste do Brasil. Posteriormente, o revestimento das fachadas com azulejos tornou-se moda também em Portugal.

Atelier Livre do Mercado

Espaço cultural localizado no Mercado Público Municipal. Oferece diversas atividades, nos segmentos ligados à área de Artes Visuais, para a comunidade em geral, com o objetivo de proporcionar acesso à diversidade de práticas artístico- culturais, através de oficinas permanentes.

Quiosque da Cultura

Espaço cultural localizado no canteiro central da Avenida Rio Grande, s/n, entre as ruas Itaqui e Uruguaiana, no Bairro Cassino. Oferece diversas atividades, em diferentes segmentos, para a comunidade em geral, e para os estudantes das escolas municipais, com o objetivo de proporcionar acesso à diversidade de práticas artístico-culturais, através de oficinas permanentes e gratuitas.

Casa da Cultura

Construção datada de 1928, adornada em estilo enxaimel (ou Fachwerk), abriga a Secretaria de Município da Cultura, e Conselhos Municipais ligados à área cultural. Localizado à Rua Vitorino, 666.

Biblioteca Municipal Amaury dos Santos

Localizada no Cassino, a Biblioteca Pública Municipal Amaury dos Santos foi criada pelo Decreto 4657 de 10 de outubro de 1985. Atualmente abriga projetos como Ondas da Leitura, Projeto Tecendo Memórias e Biblioteca Além do Horizonte, que é voltado para as instituições de ensino para que venham conhecer a biblioteca e saber um pouco mais sobre bibliotecas públicas.

Biblioteca Municipal Infantil Monteiro Lobato

A Biblioteca Pública Infantil Monteiro Lobato, foi fundada em 21 de janeiro de 1956 na cidade de Rio Grande - RS. Sua primeira sede foi à rua Marechal Floriano, nº256. O nome foi sugerido em homenagem a esta ilustre figura da Literatura Infantil Brasileira.

No ano seguinte a biblioteca mudou-se para uma das dependências da Biblioteca Rio-Grandense - conhecida por ser a mais antiga e de maior acervo no Estado do Rio Grande do Sul -, onde encontra-se atualmente.

Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo

A Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo, tem suas origens na sede da representação do Instituto Nacional do Livro/MEC, instalada no município do Rio Grande em 02 de março de 1971, mediante convênio entre este Instituto e a Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Inicialmente denominada sala de leitura Zenir de Souza Braga, situava-se à Av. Portugal, nº. 30. Conforme decreto nº. 3068 de 1975, passou a ser denominada Érico Veríssimo. Nessa época a referida sala de leitura, situava-se a Rua Dr. Nascimento, nº.249. Em dezembro de 1998 a Biblioteca foi novamente transferida, situa-se desde esta época até os dias de hoje no interior do prédio do CRAS- Hidráulica – Centro de Referência e Assistência Social – Hidráulica, situada a Rua Altamir de Lacerda, nº. 904.

Centro de Inclusão Digital- Cassino

Localizado na Avenida Atlântica, esquina com a Avenida Rio Grande, na antiga rodoviária do Balneário Cassino, o espaço é dotado de cinco computadores e equipamentos de informática para uso coletivo.

EQUIPAMENTOS PRIVADOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Museu da Cidade do Rio Grande-Coleção Histórica - Fundação

A Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande ocupa uma área do Prédio da Alfândega, cuja construção data do ano de 1875. Conta com aproximadamente 6 mil peças em seu acervo.

Originalmente, parte da coleção inicial foi doada pela Biblioteca Rio-Grandense, e à esta somaram-se peças conseguidas junto à comunidade rio-grandina. Em apenas três meses após a iniciativa, era inaugurado o Museu da Cidade do Rio Grande junto as antigas instalações da Leal Santos Pescados S/A, na rua General Portinho.

Museu da Cidade do Rio Grande-Coleção Arte Sacra- Capela São Francisco – Fundação

A Coleção Arte Sacra do Museu da Cidade do Rio Grande foi inaugurado em 29 de junho de 1986, ocupando o Consistório da Capela São Francisco de Assis.

O local abriga um acervo riquíssimo de aproximadamente 2 mil peças, que são expostas de acordo com as programações do Museu. Dentre as peças em exposição, sobressaem-se as esculturas em madeira policromada, os crucifixos em jacarandá, os oratórios dos séculos XVII e XIX, os paramentos, os objetos e adornos litúrgicos em prata e metais preciosos, além, é claro, da imagem de São Francisco de Assis, feita em madeira policromada, em estilo barroco legítimo e datada do século XVIII.

Museu da Comunicação Rodolfo Martensen - FURG

O Museu de Comunicação Rodolfo Martensen busca resgatar a memória da comunicação em suas diferentes vertentes. Coleções de discos, aparelhos de rádio e equipamentos de TV são alguns dos objetos do acervo. Muitas curiosidades do rádio estão documentadas em seu acervo. Possui uma grande coleção de aparelhos de rádio, diversos modelos de diferentes épocas do século XX, alguns inclusive em perfeito funcionamento. Toda história do rádio pode ser acompanhada através de peças significativas que estão no museu.

Museu Naval

Tem como tema a história da instalação da Capitania dos Portos e das diversas Organizações Militares da Marinha na Cidade do Rio Grande, como o Comando do 5º DN, a Estação Naval, o Grupamento de Fuzileiros Navais, o Serviço de Sinalização Náutica do Sul, o 5º Esquadrão de Helicópteros de Emprego geral, a Estação Rádio da Marinha, o Grupamento Naval do Sul e o Depósito Naval, suas atuações e envolvimento na comunidade e região. Coloca à disposição dos visitantes a história e a ação da Marinha no extremo Sul do Brasil.

Museu do Porto

Neste museu pode ser apreciada a evolução dos equipamentos de navegação e de transporte de mercadorias ou ainda os equipamentos usados em funções paralelas às atividades do maior complexo portuário do Estado: o porto de Rio Grande.

Lá encontra-se a primeira locomotiva do DEPREC (Departamento de Portos, Rios e Canais) e o vagão-leito usado pelos técnicos e engenheiros da Compagnie Française du Port Rio Grande do Sul, para fiscalização das obras de construção dos Molhes da Barra e do porto, no

início do século XX. Existem ainda fotos, mapas, jornais, cartas náuticas, livros-registro do porto, memoriais descritivos de obras e equipamentos de navegação.

Bibliotheca Rio-Grandense

Fundada em 1846, é uma das mais antigas instituições culturais do Rio Grande do Sul. Seu acervo é riquíssimo, conta com mais de 450.000 volumes. Guarda peças significativas referentes à Guerra do Paraguai e à história de nosso estado. Mais de 2.000 obras raras podem ser encontradas nesta biblioteca que ocupa um prédio em estilo neoclássico.

Ecomuseu da Ilha da Pólvora

O Eco-Museu da Ilha da Pólvora foi inaugurado em 22 de abril de 1999. Conta com o apoio do Exército Brasileiro que conjuntamente com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande, viabilizaram a sua criação. Possui sua exposição e os serviços de apoio aos visitantes instalados numa casa em estilo neocolonial, construída na ilha em 1856, para abrigar o paiol do exército, agora totalmente recuperado. Através deste museu, que dista 400m do Museu Oceanográfico, está consolidada uma ação ambiental no sentido de uma proteção mais eficaz do patrimônio natural e cultural da região.

A Ilha da Pólvora é uma das ilhas do estuário da Lagoa dos Patos, possuindo 42 hectares de marismas (áreas periodicamente alagadas pela maré) que servem de habitat para várias espécies de aves, roedores, larvas e juvenis de peixes, moluscos e crustáceos. As marismas da Ilha da Pólvora estão bem preservadas e por isso são utilizadas com propósitos educacionais e científicos. No Eco-museu são desenvolvidos diversos trabalhos científicos de graduação e pós-graduação, dentre os quais, se destacam estudos sobre a vegetação, os crustáceos, as aves e os roedores. Além disso, o CEFAM (Centro de Educação e Formação Ambiental Marinha) utiliza a área da Ilha da Pólvora para realizar, periodicamente, atividades práticas de educação ambiental.

O traslado até a ilha é realizado por embarcação, com saída do píer do Museu Oceanográfico.

Ecomuseu da Picada

É um museu interativo no meio rural. Lá os visitantes podem fazer uma volta ao passado e ver como era a vida no século 19 no meio rural. Oferece passeios a cavalo, caminhadas em trilhas de matas nativas, brincadeiras em figueiras bicentenárias, entre outros atrativos. No local também são realizadas oficinas de sensibilização sobre o meio ambiente.

Museu Oceanográfico Prof. Eliézer de Carvalho Rios

O Museu Oceanográfico “Prof. Eliézer de Carvalho Rios” deu origem ao complexo de museus e centros associados da Fundação Universidade do Rio Grande, atualmente constituído pelo Museu Antártico, o Museu Náutico, o Eco-Museu da Ilha da Pólvora, o Centro de Recuperação de Animais Marinhos (CRAM) e o Centro de Educação e Formação Ambiental Marinha (CEFAM).

Fundado a 8 de setembro de 1953, o Museu Oceanográfico mantém uma exposição pública sobre a vida e a dinâmica dos oceanos, apresentada em painéis, maquetes e diversos equipamentos utilizados em pesquisas oceanográficas.

Nos painéis das salas do Museu, são apresentadas várias conchas que fazem parte da coleção de moluscos, atualmente com 45.000 lotes e considerada a mais importante da América do Sul.

No Museu Oceanográfico funcionam os seguintes laboratórios: Laboratório de Malacologia, Laboratório de Mamíferos Marinhos, Laboratório de Ornitologia e Laboratório de Paleontologia.

Museu Antártico

O Museu Antártico foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1997. Pertence à Fundação Universidade do Rio Grande.

Anexo ao Museu Oceanográfico Prof. Eliezer de Carvalho Rios, o prédio do Museu Antártico é uma reprodução das primeiras instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz. Seu acervo é formado por painéis, fotos, equipamentos sobre a Antártica e alguns objetos utilizados pelos brasileiros, que detalham a história da conquista daquele continente, a dinâmica dos mares e da vida no Pólo Sul e o esforço brasileiro em manter uma base em ambiente tão inóspito. Também fazem parte do acervo amostras geológicas e biológicas da Antártica.

Cine Dunas

O Cine Dunas é uma sala de cinema localizada na Avenida Rio Grande, nº 451, no Balneário Cassino. Fundado em 1º de janeiro de 2005, o Cine Dunas possui uma sala com capacidade para 150 pessoas. É um dos poucos cinemas de calçada ainda existentes no estado. Desenvolve ações culturais no campo da literatura, através de uma biblioteca local, valorização de artistas e artesãos locais.

CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS

JANEIRO

Projeto Verão Cultural

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Semana Municipal do HIP-HOP/RAP POINT

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Feira do Livro

Promoção: FURG-Universidade Federal do Rio Grande/PROEXC-DAC

Parada LIVRE Rio Grande

Promoção: Associação LGBT/RG

FEVEREIRO

Projeto Verão Cultural

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Festa de Iemanjá

Promoção: União Rio-grandina de Cultos Umbandistas e Afro-Brasileiros Mãe Iemanjá (Urumi)

Festa de Nossa Senhora dos Navegantes

Promoção: Paróquia São José

Carnaval do Balneário Cassino

Promoção: Prefeitura Municipal do Rio Grande / Secretaria Especial do Cassino

Carnaval

Promoção: Prefeitura Municipal do Rio Grande / Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer/ Secretaria de Município da Cultura

Semana de Aniversário da Cidade do Rio Grande

Promoção: Prefeitura Municipal do Rio Grande / Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer/Secretaria de Município da Cultura

MARÇO

Março Lilás

Promoção: Prefeitura Municipal do Rio Grande

Dia Internacional do Teatro e do Circo

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

ABRIL

Fórum Municipal de Cultura

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Dia Internacional da Dança

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Projeto Banda na Praça

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

MAIO

Conferência Municipal de Cultura

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

JUNHO

FEJUNCA – Festa Junina do Cassino

Promoção: PMRG/SECULT/SMC

Feira de Artesanato do Rio Grande – FEARG/FECIS

Promoção: AMPERG

Prêmio Apolinário Porto Alegre

Promoção: SECULT

JULHO

Dia Mundial do Rock-Rio Grande Rock Festival

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Jornada de Fotografia

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura/Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

III Salão de Humor de Rio Grande

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

AGOSTO

Semana Municipal da Capoeira

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

FESTIVAL DE BANDAS DO RIO GRANDE- CASSINO

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

3º Mar em Canto- Festival Popular da Canção Litorânea

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

SETEMBRO

29ª Semana de Arte e Cultura

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

OUTUBRO

2ª FLIRG- Festa Literária do Rio Grande

Dia da Criança-Dia Nacional da Leitura

Promoção: Prefeitura Municipal do Rio Grande/SECULT

III Salão Rio-grandino de Artes Visuais

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

NOVEMBRO

Mês da Consciência Negra

Promoção: Prefeitura Municipal do Rio Grande

Dia da Imigração Açoriana

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Semana Municipal da Música

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Festa do Mar

Promoção: FEMAR – Agência de Desenvolvimento

5º Curimba Music-Festival de Tambores

Promoção: SECULT-Secretaria de Município da Cultura

Meeting of Styles 2017- Etapa Brasil

Promoção: AME Produções e SECULT-Secretaria de Município da Cultura

DEZEMBRO

Ondas de Natal

Promoção: Prefeitura Municipal do Rio Grande / Secretaria de Município da Cultura

Reveillon Praia do Cassino

Promoção: Prefeitura Municipal do Rio Grande / Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer

Contato: (53) 32334521

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL NA ÁREA DA CULTURA

LEI Nº 5580, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2001.

(Regulamentada pelos Decretos nº 7862/2002 e nº 7916/2002)

Dispõe sobre incentivos fiscais para realização de projetos culturais no âmbito do município e dá outras providências.

DECRETO Nº 7862, DE 07 DE MARÇO DE 2002.

Regulamenta a Lei nº 5580 de 06 de dezembro de 2001, que dispõe sobre incentivos fiscais para realização de projetos culturais no âmbito do município e dá outras providências.

DECRETO Nº 7916, DE 12 DE JUNHO DE 2002.

Dispõe sobre o regulamento da Câmara Normativa da LIC municipal, criada pela Lei nº 5580, de 06 de dezembro de 2001 e dá outras providências.

DECRETO Nº 7959, DE 08 DE AGOSTO DE 2002.

Nomeia membros da Câmara Normativa da Lei de Incentivo à Cultura Municipal.

DECRETO Nº 8152, DE 18 DE MARÇO DE 2003.

Altera o Decreto nº 7862, de 7 de março de 2002, que regulamentou a lei nº 5580, de 6 de dezembro de 2001.

DECRETO Nº 8153, DE 18 DE MARÇO DE 2003.

Dá nova redação ao artigo 21 do decreto nº 7916, de 12 de junho de 2002, que dispõe sobre o regulamento da Câmara Normativa da LIC Municipal, criada pela Lei nº 5580, de 6 de dezembro de 2001.

LEI Nº 5824, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2003.

Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra (COMDESCCON).

DECRETO Nº 8631, DE 28 DE OUTUBRO DE 2004.

Reconduz membros da Câmara Normativa da Lei de Incentivo à Cultura Municipal.

LEI Nº 6163 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005.

Institui a Semana Municipal de Incentivo à Cultura.

LEI Nº 6358, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2007.

Altera a redação do Artigo 4º da Lei nº 5824, de 10 de novembro de 2003, que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra (COMDESCCON).

LEI Nº 6435, DE 03 DE SETEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Fundo de Cultura do Município do Rio Grande e dá outras providências.

LEI Nº 7130, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Institui a Semana Municipal da Capoeira.

LEI Nº 7229, DE 18 DE MAIO DE 2012.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de participação de artistas locais nas aberturas de shows musicais.

DECRETO Nº 11.830, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia os membros da Câmara Normativa da Lei de Incentivo à Cultura Municipal.

LEI Nº 7530 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera a redação do Art. 1º da Lei nº 7130.

LEI Nº 7664 DE 29 DE JULHO DE 2014.

Altera o art. 2º da lei nº 6435/2007 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Fundo de Cultura do Município do Rio Grande e dá outras providências.

LEI Nº 7954 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal do Povo de Terreiro no Município do Rio Grande e dá outras providências.

DECRETO Nº 13.931 DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia os membros do Conselho Municipal do Povo de Terreiro.

DECRETO Nº 13.961 DE 20 DE MAIO DE 2016.

Declara de utilidade pública para fins de tombamento o prédio sede do Teatro Municipal do Rio Grande.

LEI Nº 8052, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a concessão de meia entrada em eventos culturais, esportivos e educacionais aos profissionais do ensino.

LEI Nº 8080, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município do Rio Grande, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, financiamento, revoga a Lei nº 6435/07 e dá outras providências.

LEI Nº 8083, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

Cria a Semana Municipal do Grafite e da Arte Urbana do Município do Rio Grande.

LEI Nº 8085, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

Torna o Bailinho da Igreja no Balneário Cassino integrante do patrimônio cultural imaterial do Município.

PROJETOS CULTURAIS

Ondas da Leitura (SECULT)

Projeto que integra a programação do Verão Cultural e inclui saraus, contação de histórias, oficinas de escrita, atividades lúdicas e oficinas de desenho.

Projeto Tecendo Memórias (SECULT)

O projeto "Tecendo Memórias" tem o Núcleo de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas Públicas da Secult como coordenador do mesmo. Assim, realiza desde o início de 2016 ação sociocultural mensalmente no Asylo Rio Grande, com o objetivo de valorizar a história de vida dos idosos, enaltecendo a trajetória de cada um.

Projeto Banda na Praça (SECULT)

O projeto leva música e cultura às pessoas que circulam pela Praça Tamandaré, com apresentações quinzenais, realizadas ao final da tarde.

Inventário de Bens Devocionais de Arte Sacra (CMC-SECULT)

Os bens resultantes da Arte Sacra, ou dedicada ao sagrado, formam um dos conjuntos mais importantes da cultura de uma sociedade, já que representam o que ela tem de mais caro, sua fé. Diante da importância deste patrimônio e dos riscos a que está sujeito em nossa cidade, o Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen se preocupou em inventariar os bens móveis sacros encontrados em nossas igrejas, escolas e hospitais, e destinados a usos devocionais, entendendo que o patrimônio musealizado já dispõe de ferramentas de proteção.

Projeto Memória dos Bairros (CMC-SECULT)

Lançado em 2016 o projeto também agrega as secretarias de Município da Educação, Cidadania e Assistência Social e a FURG, e pretende trabalhar questões sobre memória, patrimônio e identidade dentro de bairros do município de Rio Grande. A intenção desta proposta é romper com a tradição de que as experiências a serem lembradas e os lugares de memória a serem resguardados são aqueles eleitos pela versão oficial "vencedora" da história e, por isso, uma versão que limita as representações da história e da memória de grandes parcelas da população.

Projeto Quem Conta um Conto (SECULT)

O projeto leva música e cultura às pessoas que circulam pela Praça Tamandaré, com apresentações quinzenais, realizadas ao final da tarde.

ESPAÇOS DE FORMAÇÃO/OFFICINAS/ PROMOÇÃO DA ECONOMIA DA CULTURA/FEIRAS/FESTAS TRADICIONAIS

Quitanda Cultural

Projeto que cria um espaço de cultura, de convivência, de geração de renda e alimentação da cadeia econômica da cultura, de fruição de bens culturais, de oportunidades e de revitalização e humanização do centro histórico do município, através da participação dos artesãos e artesãs do município.

Quiosque da Cultura

Espaço cultural localizado no canteiro central da Avenida Rio Grande, s/n, entre as ruas Itaquí e Uruguaiana, no Bairro Cassino. Oferece diversas atividades, em diferentes segmentos, para a comunidade em geral, e para os estudantes das escolas municipais, com o objetivo de proporcionar acesso à diversidade de práticas artístico-culturais, através de oficinas permanentes e gratuitas.

Atelier Livre do Mercado

Espaço cultural localizado no Mercado Público Municipal. Oferece diversas atividades, nos segmentos ligados à área de Artes Visuais, para a comunidade em geral, com o objetivo de proporcionar acesso à diversidade de práticas artístico-culturais, através de oficinas permanentes.

Coral Municipal Cidade do Rio Grande

O Coral foi criado através do Decreto nº 8.228, de 14 de julho de 2003, e tem como objetivo divulgar o canto coral através de apresentações articuladas pelo grupo, no atendimento às várias solicitações da comunidade, eventos organizados pelo governo municipal, bem como no atendimento a convites de outros municípios.

Seu repertório é variado, apresentando peças sacras, eruditas, populares, gauchescas e natalinas.

O Coral Municipal é atualmente composto por 32 membros da comunidade riograndina, amadores, apreciadores do canto coral, e é regido desde a sua criação pela maestrina Márcia Helena Guadagnini Granada.

Encontro Livro, Leitura e Literatura

O encontro aborda diferentes temáticas a cada edição. Sempre relacionadas ao universo do livro leitura e literatura. São oferecidas atividades como oficinas, palestras e rodas de conversa.

Eu Amo Ler

O projeto tem o objetivo de promover a leitura e a literatura através da troca de livros realizada em uma feira ao ar livre, nas praças do município.

Música Viva- Teoria na Prática

Projeto de oficinas de iniciação musical, com enfoque na teoria, que integram a programação do Verão Cultural.

Projeto Artesanar

Projeto de oficinas em artesanatos diversos, que integram a programação do Verão Cultural.

Música Viva- Prática do Canto

Projeto de oficinas na área musical, com enfoque em iniciação à prática do canto, que integram a programação do Verão Cultural.

Orquestra de Flautas

O projeto tem o objetivo de ministrar aulas de iniciação musical para crianças e jovens em idade escolar, formando uma orquestra municipal de flautas.

Oficinas de música

Projeto iniciado no ano de 2014, oferece oficinas gratuitas de harmonia e improvisação e de iniciação a violão e guitarra.

Jornada de Fotografia

O encontro tem como objetivo integrar diversas esferas da comunidade, propiciando a discussão sobre o aspecto da fotografia através de multifacetadas opções de estudo sobre a mesma. O evento conta com intensa programação em palestras, rodas de conversa e oficinas.

NUDESE- Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (FURG)

Fundado em 2003 o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE), é um núcleo permanente tendo como objetivo oferecer apoio a projetos que tenham enfoque na promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Suas atividades são desenvolvidas a partir de projetos específicos que visam atender cada uma das seguintes áreas: cooperativas, micro e pequenas empresas, qualificação dos trabalhadores, ações de combate à fome e novas alternativas de produção e consumo. O NUDESE faz parte da PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, desenvolve juntamente com sua equipe interdisciplinar o atendimento e acompanhamento aos projetos voltados para comunidade em geral.

Incubadora Cultura Viva

A Incubadora Cultura Viva é uma ação pioneira no Brasil, criada através da parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande – FURG e o Ministério da Cultura – MinC pretende atuar como uma estratégia de desenvolvimento sociocultural do extremo sul do país através de uma aproximação ações da Política Nacional Cultura Viva e Economia Criativa.

Feira do Livro da FURG

A primeira Feira do Livro realizada na Cidade do Rio Grande, em 1979, surgiu da iniciativa de alguns professores do Departamento de Biblioteconomia e História, juntamente com a Superintendência de Extensão, e se enquadrou dentro das festividades alusivas ao décimo aniversário da Fundação Universidade do Rio Grande.

A Feira do Livro da FURG é um dos eventos culturais mais populares da Região Sul do RS. O seu objetivo principal é estimular o interesse pela literatura, pela ciência e pelas artes, possibilitando à comunidade o acesso gratuito a todas as atividades culturais, fortalecendo a produção cultural local e regional.

Núcleo de Extensão em Música (NEMUS-FURG)

O Núcleo de Extensão em Música localiza-se no Câmpus Carreiros e atende a diversas atividades artísticas como o Movimento Coral FURG e a BIG BAND. Também são realizadas, ocasionalmente, oficinas e shows que são divulgados com antecedência.

Corais da FURG

Vinculado ao Núcleo de Extensão em Música, o Movimento Coral é um projeto de extensão que engloba os corais: Coral Universitário e Nuti (Terceira Idade). Realizam atividades envolvendo a formação, a pesquisa e a difusão da prática coral na FURG, atendendo discentes, servidores e comunidade em geral.

Big Band FURG

Vinculada ao Núcleo de Extensão em Música, o projeto segue orientações do Plano Nacional de Extensão – PNE e do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Pró-cultura. Articula-se junto ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade, organizando ações que visam consolidar permanentemente o desenvolvimento da manifestação musical no âmbito acadêmico e na comunidade local, com vistas à inclusão sócio-cultural. Possui a finalidade de promover e difundir a música instrumental, bem como oportunizar ações sócio-educativas relacionadas à cultura e a música no município.

FURG FM e FURG TV

Chamada inicialmente de Rádio Universidade FM, a emissora foi inaugurada em 16 de dezembro de 1988 focada no conceito de rádio cultural e educativa, com jornalismo e entretenimento. Em 2009, passou por renovação e se tornou Furg FM. Em março do mesmo ano passou a dividir as instalações com a Furg TV, o que unificou e fortaleceu as emissoras. A emissora é vinculada à SECOM- Secretaria de Comunicação Social da Furg e possui Coordenação Geral/Administrativa, de Jornalismo e de Operações.

Festa do Mar

Festa realizada pela primeira vez há 50 anos. O objetivo deste evento, desde seu início, é salientar as potencialidades turísticas e econômicas da região, ao mesmo tempo em que resgata em cada cidadão, o orgulho e o amor por sua terra. Organizada pela FEMAR Agência de Desenvolvimento, a Festa do Mar é um evento de característica popular, portanto, preocupado em servir a comunidade através de uma programação cultural e esportiva diversificada que satisfaça e motive a todos. Pode-se destacar, também, a área gastronômica da festa que atrai milhares de visitantes curiosos em conhecer e degustar o prato típico da região: a famosa anchova assada no espeto, além do diversificado cardápio de frutos do mar oferecido. Além disso, são atrações importantes nessa festa os estandes comerciais, que promovem produtos e serviços e alavancam a economia da região.

FEARG/FECIS

Essa "dupla" feira que acontece anualmente na cidade de Rio Grande aborda a cada ano, como temática, uma etnia, como a italiana, africana, alemã, etc. Ela reúne empresas ligadas ao artesanato e também do comércio em geral da cidade atraindo milhares de visitantes e expositores locais, regionais e até internacionais.

FEJUNCA

Festa junina realizada todos os anos no balneário do Cassino em Rio Grande. Conta com apresentação de várias bandas, vendas de artesanatos, gastronomia e shows culturais.

Festa do Peixe e do Camarão

A indústria pesqueira local perdeu força diante do cenário nacional nos últimos anos. Entretanto, o setor continua sendo um dos mais tradicionais da cidade, conhecida nacionalmente por sua vocação, através da pesca artesanal e de embarcações especializadas na captura de camarões e demais pescados. Por isso, a meta da festa é proporcionar um cardápio à base de frutos do mar, mostrando a potencialidade do município que tem São Pedro como padroeiro. Esta é uma grande feira gastronômica para degustação de peixes e camarões preparados de várias formas. A feira é realizada anualmente na Praia do Cassino.

Festa de Iemanjá

Grande festa em tributo à Rainha do Mar é realizada anualmente na Praia do Cassino. A festa conta com a participação de milhares de pessoas à beira-mar inclusive recebendo visitantes de países vizinhos. A escultura de Iemanjá localizada no desembocamento da Avenida Rio Grande é obra do escultor rio-grandino Érico Gobbi.

Romaria Interdiocesana de Nossa Senhora de Fátima

Devoção do povo português. A imagem peregrina visita comunidades, empresas, escolas, hospitais, entre outros. Como o nome já diz integra as três Dioceses do Sul do Estado – Rio Grande Pelotas e Bagé. Esta Romaria já encontra-se no calendário turístico do Município e do Estado.

Festa de Nossa Senhora dos Navegantes

Procissão marítima que reúne diversas embarcações entre os municípios do Rio Grande e de São José do Norte.

Carnaval BGV

Evento comunitário com mais de 92 anos de atividade no Bairro Getúlio Vargas.

PUBLICAÇÕES

Revista Viva mais Cultura

A Revista tem o objetivo de registrar as atividades culturais que aconteceram no município do Rio Grande, semestralmente, além de proporcionar ao leitor uma retrospectiva dos acontecimentos voltados às muitas formas de expressões artísticas, realizadas ou apoiadas pela Administração Municipal, através da Secretaria de Município da Cultura.

FESTIVAIS/PRÊMIOS/SALÕES/ENCONTROS

Festival de Esculturas em Areia

O Festival de Esculturas em Areia é uma iniciativa da Secretaria de Município da Cultura em parceria com o SESC/SENAC com o objetivo de promover, incentivar e reconhecer a produção de escultores que utilizam a areia e a água do mar como matéria-prima para suas obras.

Teatro em Cena

Projeto que visa atender à demanda do segmento de artes cênicas, em comemoração ao Dia Internacional do Teatro e do Circo.

Festival de Bandas Marciais Zeca Langone

Evento organizado em parceria com a Associação da Banda Marcial da Escola Wanda Rocha, tem como objetivo trazer novamente ao calendário do município os grandes festivais de bandas marciais.

Prêmio Apolinário Porto Alegre

O prêmio visa incentivar a criação, a produção e a difusão literária. É uma oportunidade para o surgimento e a divulgação de novos talentos literários de qualquer região do Brasil, ao mesmo tempo é uma homenagem a um dos fundadores da Sociedade Partenon Literário, o poeta, romancista, dramaturgo, ensaísta e pesquisador rio-grandino Apolinário Porto Alegre (1844-1904).

Rio Grande em Dança

A SECULT apoia o projeto Rio Grande em Dança – Dia Internacional da Dança, desenvolvido por professores de Educação Física que atuam na Universidade Federal do Rio Grande, no sentido de inserir o município do Rio Grande/RS no cenário das festividades referentes ao Dia Internacional da Dança.

Mar em Canto- Festival Popular da Canção Litorânea

O Festival de Música Mar em Canto é uma iniciativa organizada pela Secretaria de Município da Cultura e visa fomentar os talentos da música local, regional e nacional, abrindo espaço para divulgação de nossa cultura e estimulando a fruição de arte pela comunidade.

Festival de Cinema- Cine Festival Curta Rio Grande

Pretende fomentar a produção e fruição do cinema em nosso município e região, através de premiação em diversas categorias.

Curimba-Festival de Tambores

O Curimba é um festival apoiado pela Secretaria de Município da Cultura, criado no ano de 2013, para atender à demanda da comunidade por acesso a atividades culturais com identidade na tradição dos Povos de Terreiro.

Salão Rio-grandino de Artes Visuais

O objetivo do Salão é divulgar, fomentar, incentivar e valorizar a produção artística, além de promover o acesso a arte aos rio-grandinos.

Salão Nacional de Humor de Rio Grande

O projeto tem o objetivo de comunicar, reconhecer e estimular a criatividade na produção artística e cultural do Humor Gráfico realizado em território nacional.

Meeting of Styles- Encontro Internacional de Graffiti-Etapa Brasil

Realizado pela AME produções, em parceria com a Secretaria de Município da Cultura, o projeto tem duração de três dias e prevê a recepção, integração e alojamento de mais de 40 artistas internacionais e nacionais, para a finalidade de pintura de um mural coletivo, em graffiti.

Festival Varilux Cinema Francês-Cine Dunas

O festival de cinema chegou a Rio Grande através dos esforços dos administradores do Cine Dunas. No ano de 2017, o evento chega a 55 cidades no Brasil e apresenta 19 produções da cinematografia francesa. O festival costuma ainda promover sessões educativas e democráticas, laboratório de roteiros e mesas-redondas.

Simpósio de Cultura-Mostra da Produção Universitária (MPU)-FURG

O Simpósio de Cultura, programação da Mostra de Produção Universitária, que ocorre anualmente, é um espaço para divulgar e apresentar trabalhos e projetos que desenvolvem ações e pesquisas nas áreas das artes visuais e culturais, através de exposições, mostras de vídeo, oficinas e palestras.

Semana Nacional dos Museus-Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)

A Semana Nacional dos Museus, da qual Rio Grande participa todos os anos, é uma temporada cultural promovida pelo Ibram em comemoração ao Dia Internacional de Museus (18 de maio). Durante a programação, mais de mil museus de todo o país oferecem ao público atividades especiais, como visitas mediadas, palestras, oficinas e exibição de filmes.

Photofluxo-ArtEstação

Realização do Ponto de Cultura Artestação, o Festival Fotográfico Photofluxo tem o objetivo de difundir a produção fotográfica do sul do estado e fomentar o intercâmbio e o debate sobre a fotografia no contexto da arte contemporânea, privilegiando a diversidade e pluralidade dessa produção.

Arte em Trânsito-ArtEstação

O projeto tem como objetivo reunir artistas e coletivos em diferentes ações no antigo terminal de ônibus localizado na Avenida Atlântica/Cassino propondo uma nova função ao local, com intervenções urbanas, mostra e mercado de arte, varal poético e fotográfico, Escambo de

Livros, Feira de Impressos independentes, exibição de produções audiovisuais, etc.). A proposta tem a intenção de diversificar e ampliar espaços expositivos, divulgando produções locais e de artistas de outras regiões, transformando locais de passagem em lugares de fruição, tanto para a comunidade riograndina, quanto para os visitantes e turistas. A realização é do ArtEstação em parceria com o Curso de Artes Visuais/ILA/FURG. Conta com a participação de vários coletivos de artistas que atuam em diferentes linguagens.

**ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL (ONGs)/
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs)/
PONTOS DE CULTURA/
ASSOCIAÇÕES**

Centro de Produção, Promoção e Formação em Arte e Cultura - Artestação

É uma Associação civil, de caráter cultural e artístico, sem fins econômicos, fundada em 15/07/2003. Sua sede ocupa a antiga Estação Villa Sequeira (Avenida Rio Grande, 500, Bairro Cassino, Rio Grande/RS).

Na gestão do Ministro Gilberto Gil, em dezembro de 2005, foi reconhecida como Ponto de Cultura (Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura/Governo Federal). Desenvolve ações em educação para o patrimônio, produção audiovisual e constando em suas ações, exposições, oficinas, palestras, shows, saraus, festivais, encontros, mostra de vídeo e lançamentos de produções literárias.

Realiza as seguintes ações/programas:

Espaço Multiuso Ponto de Leitura Dona Mariazinha (Biblioteca - Videoteca - Gibiteca - Hemeroteca - Escambo de livros)

Ponto de Mídia Livre Editora & Gráfica ArtEstação

Fanzinoteca Mutação (Acervo de fanzines - Espaço de criação) Estação Cineclub

Espaço Pano Pra Manga (Costura e serigrafia) Núcleo de AudioVisual Estação/NAVE Coletivo ArtEstação[PHOTO]dErivA

ONG Águas do Sul

A AGUAS DO SUL - ONG é uma associação privada de Rio Grande, fundada em 2005. Sua atividade principal é Atividades em defesa de direitos sociais.

Realiza os seguintes projetos:

Projeto Boneca Africana Rana, através do trabalho da Professora Ingrid Costa.

ASMURG (Associação dos Músicos do Rio Grande)

Fundada em 4 de març o de 2013, a associação dos músicos de Rio Grande promove um espaço de representação na luta pelos direitos dos trabalhadores ligados à música, tem como objetivos a conscientização dos músicos, o incentivo à profissionalização, a defesa dos seus direitos, a conscientização do seu papel na sociedade como gerador de riqueza material e imaterial e o apoio total às demandas da classe. Opera conjuntamente ao SINDIMUS-RS.

ASDARG (Associação de Dança de Rio Grande)

Fundada em 15 de fevereiro de 2013, a associação tem como objetivo o apoio às demandas da categoria dos trabalhadores ligados à danç .

Associação de pais e amigos dos autistas do Rio Grande (AMAR)

A Associação tem por objetivo promover o desenvolvimento, a integração e inclusão. Criou em 1993 a Escola Municipal de Educação Especial Maria Lucia Luzzardi, para que crianç as, adolescentes e adultos autistas tivessem um lugar com atendimento e trabalho especiais.

Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE)

Fundada em 5 de junho de 1965, a APAE de Rio Grande tem por objetivos redigidos em sua ata de fundação “congregar todos os Pais, Mestres e Amigos dos Excepcionais, preenchendo assim, uma lacuna existente na cidade de Rio Grande. Também caberá a nobre instituição apoiar a escola Maria Montessori, já em plena atividade nessa cidade e destinada, exclusivamente, aos excepcionais”.

Associação Movimento Solidário COLMEIA

É uma associação civil de direito privado, de caráter social sem fins lucrativos localizada no bairro Santa Rosa, dentro do Complexo Assis Brasil. Tem como objetivo atender famílias em vulnerabilidade social do Bairro Castelo Branco I e II e arredores, partindo do alunado da Escola João de Oliveira Martins, situada naquele bairro, previamente cadastradas e sujeitas a uma triagem, de acordo com suas necessidades mais prementes. A base do movimento é a educação. Trabalha em quatro núcleos de ação: educação de crianças e jovens, educação de adultos, geração de renda e cultura e lazer. Visa fugir às propostas puramente assistencialistas. Tem como objetivo que seus integrantes possam atuar como cidadãos dentro da comunidade a qual pertencem.

Associação Bibliotheca Rio-Grandense

Associação sem fins lucrativos que tem por objetivo a preservação e manutenção da Bibliotheca Riograndense.

Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA)

Em 1985, um grupo de estudantes do curso de Oceanologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, preocupados com a situação ambiental do município do Rio Grande, RS, criou o Núcleo de Educação Ambiental.

No ano seguinte, em parceria com a Autarquia do Balneário Cassino – ABC, desenvolveram-se as bases filosóficas do que hoje é o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA, em uma proposta pioneira de conexão entre o conhecimento científico e a vivência da comunidade.

Na atmosfera do barraco de madeira foi montado um centro de visitação com painéis e fotos, onde ainda hoje realizam-se palestras, oficinas e saídas de campo que sensibilizam e informam as pessoas sobre as belezas, riquezas e fragilidades do Planeta.

A partir de 1987, o NEMA assumiu personalidade jurídica como associação privada sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, permitindo aos profissionais envolvidos a autonomia administrativa necessária à agilização de instrumentos jurídicos de cooperação interinstitucional.

Centro de Memória da Música/AMURG

A AMURG (antiga Associação de Músicos e Poetas do Rio Grande), fundada em 1986, criou em 2014 o Centro de Memória da Música, ainda em fase de implantação.

Academia Riograndina de Letras

A Academia Rio-Grandina de Letras foi fundada em 14/03/1981, por idealistas entusiastas na área da cultura, em reunião realizada na sede da Biblioteca Rio-Grandense, para tão nobre objetivo. Empossada sua 1ª Diretoria, firmados os moldes acadêmicos através do Estatuto e Regimento Interno, designados os Patronos, vencidas as naturais dificuldades de um grupo em formação, partiu a Entidade para seu caminho glorioso, ininterrupto, percorrido até então. Esta

trajetória de trinta anos, crescente na literatura citadina, sua propagação, incentivo, abertura junto à comunidade através das sucessivas Diretorias e corpo acadêmico, coloca a Academia em um patamar condizente às próprias finalidades.

Sem quaisquer outros recursos, além das anuidades de seus quadros sociais (membros efetivos e correspondentes), a Academia mantém o próprio expediente de atuação. São realizadas mensalmente duas sessões, abertas inclusive a visitantes, ambas divididas em partes literária e administrativa. As sessões solenes ocorrem por ocasião das posses de novos acadêmicos, e por comemorações de efemérides.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, A. *Política cultural*. Salvador: P55, 2013. (Coleção Política e Gestão Culturais).
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Guia de Orientações para os Municípios*. Brasília: MinC, 2011.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Guia de Orientações para os Estados*. Brasília: MinC, 2011.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC*. Brasília: MinC, 2011.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *As Metas do Plano Nacional de Cultura*. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Como fazer um Plano de Cultura*. São Paulo: Instituto Via Pública, 2013.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Oficina de Implementação de Sistemas de Cultura*. Brasília: MinC, 2016.
- CALABRE, L. *Conselhos de Cultura*. Salvador: P55, 2013. (Coleção Política e Gestão Culturais).
- CUNHA, M.H. *Gestão Cultural*. Salvador: P55, 2013. (Coleção Política e Gestão Culturais).
- MONUMENTO AO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br>>. Acesso em maio de 2017.
- MUSEU VIRTUAL. Disponível em: <<http://www.riograndeemfotos.fot.br/>>. Acesso em novembro de 2016.
- PEIXE, J.R. *Sistemas de Cultura*. Salvador: P55, 2013. (Coleção Política e Gestão Culturais).
- PLANO DE CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2016.
- PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br>>. Acesso em abril de 2017.
- PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em maio de 2017.
- PLANO MUNICIPAL DE CULTURA. Disponível em: <<http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em abril de 2017.
- COSTA, K. M. S. *Planos municipais de cultura e sua importância para a diversidade cultural*. Revista Observatório da Diversidade Cultural. V. 01, n. 01, 2014.
- ROCHA, S. *Planos de Cultura*. Salvador: P55, 2013. (Coleção Política e Gestão Culturais).
- RIO GRANDE-BREVE HISTÓRICO. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em abril de 2017.
- RIO GRANDE-UM GRANDE DESTINO. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br>>. Acesso em março de 2017.
- RIO GRANDE -RS. *Atlas do Desenvolvimento humano*. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em janeiro de 2017.
- RIO GRANDE (RS). Disponível em: <<http://www.turismoagora.com.br/>>. Acesso em março de 2017.
- SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2016.

ANEXO B – Ata nº 10.080 - Centésima Vigésima Quarta Sessão Ordinária da
Décima Sétima Legislatura - Câmara Municipal de Rio Grande



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

ATA N.º 10.080

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, no prédio da Câmara Municipal, situada na Rua General Vitorino n.º441, realizou-se a **Centésima Vigésima Quarta Sessão Ordinária** da Décima Sétima Legislatura. Sendo quatorze horas, havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, Vereador Flávio Veleda Maciel, deu início a presente sessão com a presença dos seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise, Rovam, Charles Saraiva, Júlio César, Laurinha, Giovani e João da Barra. Em seguida a Senhora Secretária, Vereadora Denise Rodrigues Marques, procedeu à leitura do número da última ata, sob o número 10.079 a qual foi aprovada. Após foi feita a leitura do expediente. Projetos de lei: Requerimento/ Indicação/Moção: 3477/2018, 3482/2018, 3478/2018, 3485/2018, 3487/2018, 3488/2018, 3489/2018, 3490/2018, 3491/2018. Projetos de Lei: 3480/2018, 3494/2018. Foi lido o processo de justificativa de ausência do Vereador André Lemes da Silva. Após foi dado início a **Hora da Doutrina**. Em seguida o Vereador Rovam de Castro discorreu sobre um projeto de lei afirmando que tem marcada uma reunião com o Senhor Ricardo Amaral pra ver se contempla, trata-se de vagas ociosas em departamento autárquico de transporte coletivo, a intenção é regradar esse momento de crise para que até dez vagas possam ser utilizadas. Gostariam de fazer em número de dez passagens por horário. Afirmou a necessidade de transparência e que não haverá oneração por parte do transporte público. Em explicação afirmou que essas vagas não oneram o DATC, o município repassa por todo ano um valor e a comunidade não tem retorno nenhum, desta maneira o edil externou mais uma vez a necessidade em aprovarem, citou a necessidade de deslocamento para tratamento de saúde. Após o Vereador Rafa Ceroni mencionou estar sempre buscando atender as necessidades da população e colocou o seu whatsapp: 9917075 a disposição, para que enviem fotos, mandem sugestões a fim de o parlamentar atender as reivindicações. Mencionou o projeto Desapego Literário, um projeto da Vereadora Tia Deia explicando que as pessoas poderão trazer livros e retirar livros no local. Referiu o seu respeito ao projeto e convidou a comunidade a participar. Na sequência o Vereador Giovani Moralles referiu os momentos na cidade, que estamos divididos entre saúde, investimento. Mencionou a situação da prefeitura que afirma não ter recurso e quando a receita diminui o natural seria enxugar a despesa. A prefeitura teve uma diminuição da receita com a queda do polo naval, mas não houve a retirada de despesa. Exemplificou o caso de pessoas que vão no posto de saúde e não podem retirar o medicamento pelo fato de o farmacêutico não receber as horas extras. Em



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

seguida o Vereador Júlio César mencionou o turbilhão de assuntos graves no município, endividamento da prefeitura, ideologia de gênero nas escolas, lama na praia e nenhuma atitude está sendo tomada por parte da prefeitura. Citou o número de imóveis que estão para serem alugados ou vendidos na cidade e, não vemos nenhuma atitude por parte da administração. Está tudo parado, está tudo estagnado. Após o Vereador Filipe Branco mencionou sobre o Seguro Defeso dos pescadores que em novembro deveria ter sido pago e até agora os pescadores não receberam. Citou o Recanto de Natal, um evento na Ilha dos Marinheiros que ocorreria hoje, porém, como está marcando temporal para a noite, foi transferido para terça-feira, dia dezoito. Convidou para no sábado o torneio de basquete na Praça da COHAB II. Em aparte o Vereador Batatinha informou que as quinze horas tem uma reunião marcada. Após o Vereador Jair Rizzo convidou para hoje as dezenove horas a comunidade da Vila Eulina, Vila Braz e adjacências para comparecerem na Escola Cipriano Porto Alegre, pois será apresentado o projeto da Praça Esportiva, o edil mencionou ter conseguido duzentos e trinta mil reais em emenda para beneficiar aquela região. Citou o Bairro São Miguel que não possui nenhuma praça argumentando o quanto se faz necessário este espaço de lazer para a comunidade. Após o Vereador André Lemes frisou pensar que estão vivendo em mundos diferentes, referiu que não adiantam as reclamações, que não adiantam em nada, que precisamos trazer informações e, quando o governo decide investir em torno de duzentos milhões de reais em infraestrutura as pessoas deveriam agradecer, pois, serão criados inúmeros empregos para a população. Citou que o Município de Rio Grande foi o que mais criou vagas em creches, beneficiando crianças de zero a três anos, isso é investimento público, é boa vontade de governo, e se o governo está inerte afirmou o edil não saber em qual governo está vivendo. Em seguida o Vereador Repolinho referiu que pais chegam no seu gabinete para colocar crianças nas creches, que na Vila da Quinta faz três anos que as crianças não têm creches. Que a comunidade do Taim não tem mais direito de ir e vir, somente na segunda-feira o transporte coletivo aparece por lá, e indagou se quem estuda, faz faculdade, ou trabalha no centro da cidade, como irá viver. Temos que fazer política com responsabilidade, a cidade está se desmanchando. Citou a solicitação dos cinquenta milhões que entrará hoje na ordem do dia. Precisamos votar aqui com muita responsabilidade, frisou o edil. Após o Vereador João da Barra externou que irá votar, mas quer saber as datas de início das obras. Sem data como vão fazer, indagou o edil. Indagou se a população quer que o edil vote sem mencionarem no projeto a data de início da obra. Externou que a prefeitura irá alegar que não tem data para iniciar as obras. Após a Vereadora Denise discordou dos seus colegas, por parecer que nada acontece em nossa cidade, discorda sobre as



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

manifestações de educação infantil argumentando que de alguns anos para cá, muitas vagas foram criadas e o seu debate é de que o governo tem muitos desafios, mas a educação tem sido prioridade e a sociedade reconhece uma vez que foi derrotado ontem o projeto sobre a escola sem partido. Citou o feminicídio, que os alunos precisam aprender a respeitar. Sendo quinze horas o Senhor Presidente deu início a **Ordem do Dia**. Inicialmente foi feita a leitura dos projetos em deliberação: PLV 189 e 3326. Todos os processos seguiram para as Comissões Técnicas da Casa. Após passou a leitura do projeto dado como inconstitucional PLV 175. Posteriormente a Vereadora Denise solicitou arquivamento do Requerimento 692 e o Vereador Rafa da Emenda 8 do processo 3171. Prosseguindo a secretária leu o processo 68177 de pedido de licença da Vereadora Denise que foi aprovado pelo plenário. Em seguida a Secretária procedeu a leitura do Requerimento 688 que ficou pendente em discussão. Dando sequência o Vereador Júlio parabenizou pela propositura por haver muita desinformação a respeito da lama no Balneário Cassino, desta maneira informou que protocolou um pedido de audiência pública para debater a respeito. Discorreu sobre a importância de se comparar as duas licenças ambientais, da dragagem de hoje e a de dois mil e catorze. Afirmou “quem não deve não teme”, portanto não há porque deixar aberto para os questionamentos da comunidade. Logo após o Vereador João externou que a comunidade não é mais capaz de existir no planeta sem prejudicá-lo e, portanto, ninguém parará o porto. Criticou que mesmo adorando o meio ambiente quando falta combustível as pessoas enlouquecem, pois não é mais possível viver sem esses recursos. Após o Vereador Jair Rizzo abordou que essa dragagem era para ter acontecido em dois mil e quinze e, portanto, foi formado uma Comissão para ir a Brasília, sendo que eles designaram que todo o descarte fosse colocado em terra e não no mar. Mostrou o documento da época, analisando que diante das dúvidas é necessário agir. Discorreu que com o vento desfavorável no momento fez retornar o material que deveria ser descartado para a beira da praia. Prosseguindo o Vereador Charles manifestou que o momento atual da cidade é muito difícil. Expôs que a maior arrecadação é da Refinaria. Destacou que é necessário se preocupar com a praia e o meio ambiente, mas lembrar que o Porto é fonte grande de economia do Município, desta maneira analisou que sem a dragagem mais pessoas podem perder seus empregos. Ainda ressaltou que a questão da lama está sendo divulgada em todo o mundo e isso pode prejudicar a vinda de navios. Comentou que só será resolvido unindo-se forças. Posteriormente o Vereador Rogério explanou que o porto segue batendo recordes de movimentação mesmo com esse período sem dragagem. Analisou que seria necessário mudar o sítio de descarte dos dejetos, devido a corrente



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

marítima. Explicou que nenhum outro órgão público, sem ser o Ministério Público, poderá intervir nessa questão. Abordou seu voto favorável. A seguir o Vereador Benito fez uma emenda e solicitou a leitura que foi feita. Após o Vereador Benito destacou que não se pode seguir com “achismos”, portanto a solução é abrir a “caixa-preta” com vídeo monitoramento em tempo real dentro da draga. Também citou a Ilha do Terraplano, que foi construída com dejetos da dragagem. Concluiu que se poderia aproveitar e fazer economia, construindo tijolos e tapando buracos das vias com esse material. Após o Vereador João sugeriu que a TV Câmara poderia fazer o trabalho sugerido pelo colega anterior, colocando as suas câmeras dentro da draga. Abordou que há impacto, portanto, peixes vão morrer, sendo natural, mas a dragagem continuará existindo. Prosseguindo o Vereador Rafa discorreu que não podemos ficar no prejuízo, portanto o requerimento questiona qual a contrapartida para o Município. Abordou que a Ilha da Torotama está sumindo. Solicitou os valores que estão entrando para o Porto e o que está ficando de receita para o Município. Prosseguindo o Vereador Jair comentou ser por esses motivos a importância da vinda dos responsáveis para explicar. Respondeu que é possível parar sim a dragagem, para isso temos o Ministério Público. Abordou que se estivessem cumprindo a distância necessária não haveria lama na praia. Sendo colocado em votação foi aprovado com dezesseis votos. A seguir foi lida a emenda número um do Vereador Júlio que foi aprovada com dezoito votos e a número dois do Vereador Benito também sendo aprovada com dezoito votos. Após foi lido o processo 3465 do Executivo Municipal. Passou a discutir o Vereador Benito informando que sendo da COFCE aprovou o projeto a fim de auxiliar o desenvolvimento da cidade. Comentou que a cidade de Rio Grande é uma das que tem maior poder de endividamento, devido não possuir muitos. Abordou que nada resolve vir aqui e pedir asfaltamento de ruas se a cidade não tem dinheiro, e o governo não manda nada para cá, pois no Rio de Janeiro, por exemplo, seguem construindo plataformas. Prosseguindo o Vereador Rovam saudou os diversos presentes. Relatou que o FINISA um está com vinte e quatro obras em andamento e uma já concluída, com vários bairros contemplados. Analisou que o projeto que está sendo votado é de trinta milhões para pavimentação e drenagem, além do binário com valor de vinte milhões de reais. Explicou que esse último já havia sido aprovado, mas devido ao prazo perdido foi retornado o recurso. Expôs que o Município tem capacidade A para endividamento. Logo após o Vereador Rogério afirmou estar defendendo a aprovação deste projeto porque no FINISA Um, fez o mesmo relato, ou seja, o município está melhorando muitas ruas. Pavimentação do anel viário do Cassino entrando na Querência, Visconde do Rio Branco, República de Cuba, Teixeira de Freitas, Andradas com Val Porto,



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

Escola Olavo Bilac dentre outras obras. As ruas foram escolhidas pela comunidade e o binário precisa ser construído, Ginásio da Praça Saraiva, são obras em diversos bairros que foram escolhidos pela comunidade. Após o Vereador João da Barra afirmou esperar que o executivo tenha respeito, não tem data para começo e nem para final de obra, o respeito deve ser dobrado. Afirmou votar favorável. Em seguida o Vereador Jair Rizzo citou sobre o descarte do sedimento que está sendo jogado a doze milhas a norte/nordeste da cidade de Rio Grande, referindo-se a dragagem, porque está sendo feito assim como das outras vezes e foi solicitado em Brasília que fosse em maior distância este descarte e não foi atendido. Mencionou que após três anos de orçamento participativo várias reuniões ocorreram no Bairro Bucholz e o que vem ocorrendo é graças ao financiamento feito por Fábio Branco, foi votado o primeiro FINISA, as obras estão em andamento, e agora haverá mais recursos para pavimentação, irá votar favorável. A Vereadora Laurinha mencionou sua Emenda Substitutiva ao PLE 48 e solicitou o parecer da CCJ e o Vereador Rovam solicitou a presidente da CCJ para dar o parecer no projeto. A Vereadora Denise afirmou que esses cinquenta milhões serão para beneficiar vários bairros com drenagem e pavimentação. Comunicou sobre a discussão sobre endividamento deste e do outro governo, pensa a edil que o atual governo continua pagando em dia e esse endividamento será pago por várias administrações trazendo o aquecimento de nossa economia. Serão reservados vinte milhões, afirmou que o binário se concretizará com o valor financiado. Mencionou que não estão endividando o município, mas, investindo. Em seguida o Vereador Rafa Ceroni externou que hoje os vereadores poderão colocar suas falas em prática, uma vez que os edis estão sempre solicitando obras, e precisamos entender que este FINISA é OPP, quem votar contra estará contra também a comunidade. É para as pessoas verem quem hoje realmente está a favor da população. Quero ver a minha cidade crescer. Em seguida o Vereador Júlio César afirmou que a primeira vez que vê dizer que endividamento é bom, isso é subestimar a inteligência do povo riograndino, a receita vem caindo cada vez mais e os edis vem aqui dizer que dívida é bom para o município. Se nós aprovarmos esse empréstimo mais trinta e cinco milhões de reais, dez milhões de reais para o Banco do Brasil e mais setenta e dois milhões aprovados na Caixa e um ano vamos trabalhar quatro meses para pagar banco e querem dizer que isso é bom, isso é ruim, quem vai pagar são as próximas administrações. Aí é muito fácil pagar esse endividamento, isso é a lei da irresponsabilidade fiscal e o nosso município está caminhando para uma falência, estamos nesse caminho, precisaríamos estar em cortes de gastos e não fazer dívidas e mais dívidas. Aqui tem obras de redutos eleitorais, vamos ser claros, existe interesse muito claro, haverá obra em reduto eleitoral. O Vereador Júlio



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

mencionou sua emenda que traz a transparência nos projetos que estão aprovando. Na sequência o Vereador Giovani referiu ser oposição e existe diferença entre endividamento e investimento, se eu não pagar não terei crédito e analisando o empréstimo tem carência de vinte e quatro meses e quem colocar o nome para ser prefeito irá saber o montante de endividamento. Acompanhar e fiscalizar todos podem fazer. Esse financiamento quando sai tem critérios, compromisso e os editais tem prazo de início e conclusão. Citou suas emendas no PPA para as ruas como por exemplo no Bairro São Pedro. Frisou que as empresas que vem para cá deveriam aproveitar nossa mão de obra. Infelizmente tem lugares que não foram contemplados, precisamos continuar lutando existem muitos aguardando. É um endividamento e não se tem realmente recurso para pagar à vista. O Vereador Cláudio de Lima lamentou o discurso do Vereador Júlio César. Parabenizou o Vereador Giovani. Mencionou o seu apoio ao projeto. Após o Vereador Spotorno afirmou que o óbvio é ter os recursos necessários e o setor público também deveria ter o recurso adequado. Estamos financeiramente numa péssima situação, anos atrás a situação era outra. Citou os financiamentos feitos por outros governos. Estamos estabelecendo um processo de qualificação, precisamos fazer essa mobilidade urbana, precisamos encontrar a solução. O Vereador Rafa afirmou que as dezessete horas terá uma reunião na Sala das Comissões, sobre a segurança para o futebol amador. O Vereador Spotorno solicitou prorrogação da sessão por seis horas se não for votado o projeto. Foi indagado se os edis abririam mão da discussão. Em **Declaração de Liderança** pelo Partido Republicano Brasileiro - PRB - o Vereador João Dutra Júlio - João da Barra abordou que todos têm direito de usar a tribuna. Discorreu que reuniões nos bairros são importantes e por isso também as pessoas estão lotando o plenário hoje. Criticou que os projetos são votados aqui e a população não vai ver rua nenhuma. Citou o Posto da Barra que aconteceu exatamente isso. Abordou que não tem data, portanto nada vai acontecer, pois vai se arrastar até não ser mais possível, mas, quando chegar as eleições voltam as promessas de que agora sairão as obras para pavimentação. Expôs que votará favorável, mas após ser votado aqui haverá toda uma burocracia, justificando a não realização das obras. Pediu que a população tomasse nota da data de aprovação da liberação desses recursos e para que no dia doze de dezembro de dois mil e dezenove percebessem que nada aconteceu, nenhuma rua será pavimentada. Irão explicar que a culpa é da papelada. Manifestou que o Executivo não tem recurso para nada. Após a Vereadora Laurinha expôs seu voto contrário, devido as situações que acontecem, como o próprio colega anterior expôs. Comentou onde serão usados os recursos, como a Praça Tamandaré. Criticou o governo por



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

ser desorganizado e por sua falta de planejamento. Comentou que a UPA do Cassino começou e depois parou, por recursos aprovados aqui. Anunciou que a oposição é voto vencido, pois a maioria da Casa é Governo. Expôs que o Município sequer pagou a folha de pagamento de seus funcionários e tem obras quase prontas que não tem capacidade de terminar, por situações diversas, como não haverá dinheiro disponível para pagar os funcionários. A seguir o presidente informou que não há quórum para colocar em votação o pedido de prolongamento da sessão. Logo após o Vereador Edinho solicitou que não seja impossibilitada a votação dessa magnitude com a emenda proposta do Vereador Júlio. Saudou a presença dos secretários, como a Darlene, que raramente acontece. Explicou que esse valor trará emprego e renda, além do que está previsto no projeto. Comentou sobre o projeto binário, relatando ser um desafio deixar essa obra para a comunidade, lamentando ainda não ter acontecido por uma manobra eleitoreira, devido terem conseguido o recurso em ano de eleição. O presidente colocou em votação a prorrogação da sessão por seis horas sendo aprovada. Após a Vereadora Tia Deia abordou que se lembra claramente que o candidato mais votado que a cidade teve foi o Vereador Júlio César para deputado, seguindo com sua linha. Referiu que muitos vereadores têm medo da opinião pública, baseando a sua votação em eleitorado e outras questões políticas. Lembrou que não mudou seu posicionamento sendo a única que votou contra outro financiamento e foi bastante atacada por dizer o que pensa. Parabenizou o colega por defender sua posição, mesmo já estando ganho. Logo após o Vereador André Lemes resgatou alguns argumentos importantes, sendo a solicitação de o Executivo Municipal dar andamento a análise de possibilidade de financiamento frente ao banco. Lembrou que as pessoas votaram há dois anos em o que gostariam nas Assembleias do Orçamento Participativo. Discorreu que após aprovação ainda haverá mais tempo na análise. Concluiu informando que o Prefeito colocará o seu CPF a disposição desse pleito. Prosseguindo o Vereador Vavá expôs que não tem certeza ainda de seu voto, até mesmo pela votação do financiamento anterior, pois os edis são cobrados até mesmo quando votam a favor e as ruas não são calçadas. Citou algumas ruas no qual transita diariamente e ainda não estão pavimentadas. Abordou ainda que ficarão de fora ruas importantes, mesmo votando favorável, mas informou que se votar contra as pessoas baterão a sua porta o cobrando igual. Após o Vereador Filipe informou que votará novamente contrário, pois o município não faz pequenas coisas, como o Rincão da Cebola, onde faltam dez metros para acabar a calçada. Informou que se houvesse a certeza que o Município realizará as obras seria diferente. Maldisse que o Município não desburocratiza a abertura de novas empresas, assim como não “enxuga” as despesas com diminuição de CCs, por



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

exemplo. Prosseguindo o Vereador Batatinha abordou que gostaria de poder votar até mais, pois o Município tem poder de endividamento bem maior, a fim de buscar uma qualidade de vida melhor para os munícipes, especialmente os de bairros carentes. Destacou que seria necessário muito mais dos que pavimentação, pois há bairros que não possuem infraestrutura, saúde ou lazer. Após o Vereador Júlio apresentou a emenda aditiva e a secretária leu - 127. A seguir o Vereador Spotorno solicitou a apreciação da emenda pela CCJ e para que voltasse a ordem do dia e preferência. Após o Vereador de Lima solicitou aprovação do plenário para votar, sem discussão ou justificativa, uma indicação sobre o transporte público urgente, sendo aprovado. O presidente solicitou a leitura da Indicação 1506 e foi feita. Quanto a indicação, foi aprovada com dezesseis votos. Após a secretária leu a emenda ao PLE 48, baixando as comissões. A Vereadora Tia Deia informou que já deu o parecer ao PLE 60. Dando sequência o Vereador Spotorno solicitou a reinserção e preferência ao PLE 60. Logo após a Vereadora Laurinha solicitou a preferência ao PLV 165 para segunda-feira. Voltou a discussão o PLE 60. Sendo dezoito horas foi dado início a prorrogação da sessão. Foi feita a leitura da emenda do Processo 3300- PLE 60/2018. Foi lida a emenda aditiva cuja autoria é do Vereador Júlio César Pereira da Silva. Em justificativa de voto assomou a tribuna o Vereador Júlio Cesar discorrendo sua emenda diz respeito a dificuldade de fiscalização e precisamos facilitar a vida de quem quiser fiscalizar, se as informações são públicas não há porque escondê-la, solicita o edil que o link seja atualizado mensalmente, para viabilizar as informações do financiamento. Em votação o projeto foi aprovado com quatorze votos favoráveis e dois votos contrários. Votaram favoráveis os seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André, Benito, Edinho, Spotorno, Rovam, Vavá, Tia Deia, Rogério, Jair Rizzo, João da Barra e Batatinha. Os Vereadores Filipe Branco e Laurinha foram contrários ao projeto. Após foi feita a leitura da emenda do projeto e a emenda foi rejeitada com dez votos contrários e sete votos favoráveis. Votaram contrários os seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edinho, Spotorno, Rovam, Rogério e Batatinha. Apoiaram a emenda os Vereadores: Filipe, Vavá, Júlio Cesar, Laurinha, Tia Deia, Jair Rizzo e João da Barra. Após foi feita a leitura do PLE 48/2018- Institui o Plano Municipal de Cultura. Foi lida a emenda substitutiva cuja autoria é dos Vereadores Júlio Cesar e outros. Foram lidas após as seguintes emendas: Emenda de número 3- Vereador Charles Saraiva, Emenda 4, autoria de diversos vereadores, Emenda de número 5- autoria de diversos vereadores, Emenda 6- autoria do Vereador Rafa Ceroni, Emenda 7, Emenda 9- Diversos Vereadores. O Vereador Júlio Cesar mencionou que se a última for aprovada prejudicará a segunda. A Vereadora



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

Laura solicita que mais uma vez sejam lidas as emendas. Em justificativa de voto assomou a tribuna o Vereador Filipe Branco. Afirmou seu voto favorável, é contrário à emenda que suprime a parada LGBT, é contrário a ideologia de gênero na escola, quanto aos eventos é totalmente favorável. Após a Vereadora Denise mencionou que este é o terceiro dia de debates, que uma resistência muito grande foi enfrentada e vê que a população, o processo tem que ser longo. Afirmou votar com respeito a todas e todos. Após o Vereador Charles Saraiva entende que alguns eventos do calendário estão ali, fez uma emenda para que todos os eventos estejam no anexo do projeto. Manifestou o seu apoio. Posteriormente o Vereador Júlio César justificou seu voto favorável ao Plano, mas abordou que tem uma convicção pessoal. Explanou que há discriminação econômica, ou seja, quem tem dinheiro é respeitado e quem não tem não é, independente de outras orientações, como a sexual. Sobre a sua emenda suprimindo a Parada Livre, analisou que pode ser feito o evento, mas sem o recurso público. Sobre a sua outra emenda, ressaltou que é sobre ser contra a ideologia de gênero nas escolas, pois ele se opõe a qualquer ideia nesse sentido. Dando sequência o Vereador Rovam abordou seu voto favorável ao Plano Municipal de Cultura, pois vem acompanhando essa estruturação. Ressaltou que não pode concordar com as emendas do Vereador Júlio, pois não se pode acabar com o pouco que essa classe tem. Sobre os recursos, abordou que eles não são a igreja católica que tem disponível muito dinheiro. Expôs que eles devem lutar dia a dia, pois a classe LGBT está morrendo e necessita ser exposta essa discussão. Logo após o Vereador Spotorno solicitou a Revisão Final. Dando sequência o Vereador André explanou que os movimentos sociais precisam se enxergar nos debates, portanto não cabem aos edis suprimir o que foi discutido e construído com a sociedade. Também abordou que é dever debater com as crianças e jovens o respeito a qualquer ser humano neste planeta. Logo após o Vereador Rafa expôs ser a favor ao Plano Municipal de Cultura e informou entender que deveria encaminhar uma emenda, mas percebeu ser melhor declinar. Discorreu ser contra as emendas supressivas, pois há a necessidade de se respeitar a todos e a todas. Solicitou a aprovação a sua emenda para incluir o evento de Ano Novo no interior. Logo após o Vereador Benito solicitou que a Secretária da Cultura possa apoiar mais os artistas locais, pois é o que pode alavancar a economia local. Sobre as emendas citou que a religião exige o respeito a todos os seres. Abordou que é necessário auxiliar as minorias. Prosseguindo o Vereador de Lima discorreu ser difícil praticar o que diz a Bíblia. Sugeriu fazer um relatório sobre quanta receita entra e sai com a Parada Livre. Expôs que dá mais valor à sua religião do que se gaste dinheiro com eventos desse tipo. Manifestou que a Vigília, da qual fez emenda, não é feita com dinheiro público,



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

sendo pago o aluguel, como outro colega havia questionado. Sobre a ideologia de gênero, manifestou ser contrário a doutrinação nas escolas, pois provoca, segundo ele, a sexualidade nas crianças. Logo após o Vereador Batatinha comentou que votou contra a ideologia de gênero para crianças de seis anos, no entanto, votar aqui sobre ter um espaço para que a comunidade LGBT tenha voz, com certeza terá seu apoio. Prosseguindo a Vereadora Tia Deia parabenizou a todos que estão aqui há três dias e hoje há mais de quatro horas, demonstrando a luta que poucos fazem, mas em benefício de muitos. Manifestou que tudo que promover a igualdade, para produzir as relações de respeito, será favorável. Onde não haja a desconstrução do outro para construir alguém é, assim como o ódio, malquisto por ela, obviamente. O presidente parabenizou aos presentes que contribuíram com os trabalhos. Foi solicitada a preferência do PLE 51 pela Vereadora Denise Marques. Dando prosseguimento foi feita a votação, e o PLE 48/2018 foi aprovado com dezessete votos dos seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio Cesar, Laurinha, Tia Deia, Rogério Gomes, Batatinha e Repolhinho. Após foi feita a votação da Emenda Substitutiva de número 9. A emenda recebeu nove votos contrários e nove votos favoráveis, em empate o Senhor Presidente, Vereador Flávio Maciel, desempatou a votação de forma favorável. Votaram favoráveis: Cláudio de Lima, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio César, Laurinha, Tia Deia, João da Barra e Repolhinho. Votaram contrários os seguintes Vereadores: Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Rogério Gomes e André Batatinha. Em seguida foi feita a votação da Emenda Aditiva de número 3. A emenda recebeu dezessete votos favoráveis dos seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio César, Laurinha, Tia Deia, Rogério Gomes, João da Barra e Batatinha. Na sequência foi lida a Emenda Aditiva de número 4. A emenda recebeu dezesseis votos favoráveis e um voto contrário do Vereador João da Barra. Votaram favoráveis os seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio César, Laurinha, Tia Deia, Rogério Gomes, e Batatinha. A Emenda Aditiva de número 5 recebeu dezessete votos favoráveis dos seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio César, Laurinha, Tia Deia, Rogério Gomes, João da Barra e Batatinha. A seguir foi feita a votação da Emenda Aditiva de



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

número 6. A emenda recebeu quinze votos favoráveis dos seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio César, Tia Deia, Rogério Gomes e Batatinha. Prosseguindo foi feita a votação da Emenda Aditiva de número 7. A emenda recebeu dezesseis votos favoráveis dos seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio César, Laurinha, Tia Deia, Rogério Gomes e Batatinha. A Emenda Supressiva de Número 1 foi votada e rejeitada com quatorze votos contrários e dois votos favoráveis. Votaram contrários os seguintes Vereadores: Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Laurinha, Tia Deia, Rogério Gomes e Batatinha. Os vereadores Cláudio, de Lima e Júlio César votaram favoráveis a emenda. Em seguida foi feita a chamada de presença dos vereadores, estavam presentes no momento os seguintes Vereadores: Flávio Maciel, Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Júlio César, Laurinha, Tia Deia, Rogério Gomes, João da Barra e Batatinha. Após foi feita a leitura do PLE 51/2018. Em votação o processo foi aprovado com dezesseis votos dos seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Denise Marques, André Lemes, Benito Gonçalves, Edson Lopes, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Júlio César, Laurinha, Tia Deia, Rogério Gomes, João da Barra e Batatinha. Dando continuidade foi feita a leitura do PLE 58/2018. Foi solicitada a pauta por essa sessão. Foi feita a leitura do PLV 181/2018, autoria do Vereador Repolhinho, foi solicitada por essa sessão a pauta e aprovada. Foi feita a leitura do PLV 142/2018 cuja autoria do Vereador Júlio Cesar Pereira da Silva. Foi solicitada pauta por essa sessão e aprovada. Foi feita a leitura do PLV 176/2018, autoria do Vereador Jair Rizzo foi solicitada a pauta por essa sessão e aprovada. Foi lido o PLV 165/2018, autoria da Vereadora Laurinha, foi solicitada e aprovada a pauta por essa sessão. Foi lido o PLV 149/2018 foi solicitada e aprovada a pauta por essa sessão. Foi feita a leitura do PLE 20/2018. Foi solicitada a pauta por essa sessão e aprovada a pauta. Sendo dezoito horas e trinta e sete minutos o Senhor Presidente encerrou a presente sessão. E nós, por determinação digitamos a presente Ata, que depois de registrada no programa, será lida e assinada pelo Senhor Presidente e pela Senhora Secretária.

Vereador Flávio Veleda Maciel

Vereadora Denise Rodrigues



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

Marques

Presidente
Secretária

1ª

RMR/FMM.

ANEXO C – Lei nº 8.312 de 10 de janeiro de 2019

LEI Nº 8.312 DE 10 DE JANEIRO DE 2019.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA 2018-2028 DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, CONFORME PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 8.080, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei,

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura - PMC, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 215 da Constituição Federal e no Plano Nacional de Cultura – Lei nº 12.343/2010.

Art. 2º São diretrizes do PMC:

- I** - diversidade das expressões culturais;
- II** - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III** - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV** - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V** - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI** - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII** - transversalidade das políticas culturais;
- VIII** - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX** - transparência e compartilhamento das informações;
- X** - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI** - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII** - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PMC, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do PMC e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria de Município da Cultura - SECULT;
- II - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
- III - Fórum Municipal de Cultura - FMC.

Parágrafo único: Compete, ainda, às instâncias referidas no “caput”:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em cultura.
- IV - avaliar, no quarto ano de vigência do PMC, a meta progressiva do investimento público em cultura, a qual poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

Art. 5º O Município promoverá pelo menos 2 (duas) Conferências Municipais de Cultura até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural, em conjunto com a Secretaria de Município da Cultura.

Parágrafo único: O Fórum Municipal de Cultura, além da atribuição referida no “caput”.

- I - acompanhará a execução do PMC e o cumprimento de suas metas;
- II - promoverá a articulação das conferências nacionais de cultura com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem.

Art. 6º O Município, em regime de colaboração com o Estado do Rio Grande do Sul e com a União atuarão visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º - Caberá aos gestores municipais, a adoção das medidas necessárias, junto aos demais entes federados, para o alcance das metas previstas neste PMC.

§ 2º - Participar de instâncias permanentes de negociação e cooperação entre os Municípios, os Estados o Distrito Federal e a União.

§ 3º - O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da cultura.

Art. 7º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PMC, a fim de viabilizar sua plena execução.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO



Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 10 de janeiro de 2019.

PAULO RENATO MATTOS GOMES
Prefeito Municipal em exercício

cc.:Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!